

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX

Bruno de Oliveira Andrade

**Extensão Rural e Cibercultura: Análise das Ações de Comunicação da Associação
Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural no
Facebook**

Recife

2013

Bruno de Oliveira Andrade

Extensão Rural e Cibercultura: Análise das Ações de Comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Facebook

Recife

2013

Bruno de Oliveira Andrade

Extensão Rural e Cibercultura: Análise das Ações de Comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Facebook

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito à obtenção do título de mestre, sob a orientação da Professora Dr^a Maria Salett Tauk Santos.

**Recife
2013**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valdemar e Gloria, pelo apoio que sempre me deram e por terem me ensinado que só se chega a algum lugar na vida com muito esforço e luta;

À minha esposa, Sheila, grande companheira amiga de todas as horas, que com carinho e paciência soube compreender as ausências e estresses típicos da vida de mestrando;

À professora Maria Salett Tauk Santos, pela profunda dedicação ao meu trabalho de pesquisa e grande contribuição no meu crescimento intelectual, acadêmico e, sobretudo, humano;

Aos meus irmãos Thiago e Vanessa e à minha avó, Neuza, pelo carinho e amor que dão sentido à minha vida neste mundo;

À minha família - irmãos, primos, tios, sobrinhos, afilhada, entre outros – minha rede de contatos mais preciosa, do mundo real ao ciberespaço;

À minha grande amiga-irmã-chefe Renata Sá Carneiro Leão, por todo o apoio dado para a realização desta pesquisa e, especialmente, por compartilhar comigo a fé de que é possível fazer deste mundo um lugar melhor de se viver;

Aos meus amigos da CCS/UFRPE Fernando Azevedo e João Batista, pela amizade e alegria cotidiana;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), por compartilharem comigo seus conhecimentos, preocupações e ideais;

Ao professor Angelo Brás Callou, pela inspiração e exemplo de pesquisador e professor;

Às professoras Irenilda Souza Lima e Maria Luiza Lins e Silva Pires, grandes responsáveis pela construção de minha fundamentação teórica para a compreensão do mundo rural;

Ao Dr. Júlio Zoé de Brito, presidente do IPA-PE e da Asbraer, pela gentileza em me conceder uma entrevista sobre a Associação, mesmo com uma agenda tão atribulada;

Ao professor Francisco Roberto Caporal, pela rica contribuição na etapa de qualificação desta pesquisa;

Ao professor Karl Heinz Efken, da Universidade Católica de Pernambuco, pelo incentivo dado em minha vida acadêmica, especialmente por me motivar a ir em busca do meu sonho de fazer o mestrado;

Aos meus colegas de turma do Posmex –turmas 2010 e 2011 – pelas ricas contribuições, pela amizade e por terem compartilhado momentos inesquecíveis na construção do saber. Eu os saúdo a todos e todas em nome dos meus camaradas Gildo e Everaldo;

À minha grande amiga de luta, Dona Joana, que torceu por mim durante todo o mestrado e soube entender minhas ausências em momentos importantes de nossa comunidade. A luta continua, companheira!

Aos meus amigos Rodrigo Goldman, Hoberdan Aragão e Bruno Rafael, que acompanharam de perto esse processo de mestrado, torcendo por mim e me apoiando em momentos oportunos,

Obrigado a todos e todas.

RESUMO

Essa pesquisa tem o objetivo de analisar as ações de comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) nas redes sociais virtuais, especificamente o Facebook. A intenção é compreender até que ponto o trabalho da Asbraer no Facebook colabora na promoção dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O estudo utiliza técnicas combinadas de coleta e análise de dados, entre elas a pesquisa bibliográfica, análise documental, com ênfase na Netnografia ou Etnografia Virtual e no roteiro de entrevista semiestruturada. Como referencial teórico, utilizamos principalmente os seguintes autores: Castells, Lévy, Trivinho, Wolton, Tauk Santos, Caporal, Abramovay. Para análise, a pesquisa elencou as seguintes categorias: Ater e desenvolvimento sustentável; Ater e agricultura ecológica; Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; Ater e relações de gênero, geração e etnia. Os resultados evidenciaram que, apesar de a Asbraer publicar conteúdos com regularidade em sua Linha do Tempo no Facebook, estes poucas vezes contemplam as preocupações apresentadas nos princípios da PNATER. Além disso, identificamos que a rede virtual da Associação e seus seguidores é caracterizada por poucas interações entre os *nós* ali presentes.

Palavras-chave: Extensão Rural, Cibercultura. Asbraer, Redes Sociais, Facebook.

ABSTRACT

This research aims to analyze the communication actions of the Brazilian Association of State Technical Assistance and Rural Extension (Asbraer) in virtual social networks, specifically Facebook. The intention is to understand to what extent the work of Asbraer on Facebook collaborates in promoting the principles of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension. The study uses combined techniques of collecting and analyzing data, including a literature review, document analysis, with an emphasis on netnography or Virtual Ethnography and semi-structured interviews. The theoretical approach we use mainly the following authors: Castells, Lévy, Trivinho, Wolton, Tauk Santos, Caporal, Abramovay. For analysis, the survey listed the following categories: ATER and sustainable development; ATER and farming; ATER, building citizenship and democratization of the management of public policy; ATER and relations of gender, generation and ethnicity. The results showed that despite the Asbraer regularly publish content on your Timeline on Facebook, they rarely include the concerns raised on the principles of PNATER. Furthermore, we identified that the virtual network of the Association and his followers is characterized by few interactions between *nodes* present there.

Keywords: Cyberculture; Rural Extension; Asbraer; Social Network; Facebook

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGERP-MA – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

AGRAER-MS – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

ASBRAER – Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CATI-SP – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DATER-RR – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

EBDA-BA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMATER-PR - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER-AC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre

EMATER-AL – Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas

EMATER-CE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER-GO – Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

EMATER-PI – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí

EMATER-RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER-RN – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

EMATER-RO – E Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia

EMATER-RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMDAGRO-SE – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EMPAER-MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

EPAGRI-SC – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM-AM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

INCAPER-ES - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

IPA-PE – Instituto Agrônômico de Pernambuco

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização não-governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

POSMEX – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

RURALTINS-TO – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

RURAP-AP – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Se os campos cultivados neste mundo
São duros demais
E os solos assolados pela guerra
Não produzem a paz
Amarra o teu arado a uma estrela
E aí tu serás
O lavrador louco dos astros
O camponês solto nos céus

Gilberto Gil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO	13
O problema, sua origem e importância.....	13
O processo de investigação.....	24

CAPÍTULO I – EXTENSÃO RURAL E CIBERCULTURA

1.1 Ater em tempos de cibercultura.....	33
1.2 Sociedade em transição	38
1.2.1 Comunicação, TICs e Cibercultura	40
1.2.2 Redes e sociais e ciberespaço.....	46
1.3 Princípios da Política Nacional de Ater.....	47
1.3.1 Ater e Desenvolvimento Rural Sustentável	48
1.3.2 Ater para a construção da cidadania e democratização da gestão da política pública 51	
1.3.3 Ater e agricultura de base ecológica	53
1.3.4 Ater e relações de gênero, geração, raça e etnia.....	55

CAPÍTULO II – ASBRAER NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE ATER

2.1 A Asbraer no contexto da Ater.....	58
2.2 Estrutura Organizacional e missão institucional	59
2.3 A ação externa da Asbraer: influenciando a política de Ater no país	65
2.4 Asbraer e ONGs: entre conflitos e aproximações	66
2.5 O Sisbrater: a proposta que está em pauta.....	70
2.6 Asbraer e a comunicação organizacional	77

CAPÍTULO III – A ASBRAER NA REDE SOCIAL FACEBOOK

3.1 A teia virtual da Asbraer no Facebook	81
3.1.1 O mundo rural na rede da Asbraer	83
3.1.2 Entidades e organizações na rede da Asbraer	85
3.1.3 Comunicadores na rede virtual da Asbraer	88
3.1.4 Geografia da Linha do Tempo da Asbraer	90
3.1.5 O diálogo entre os <i>nós</i> na rede da Asbraer	93

CAPÍTULO IV - AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA ASBRAER NO FACEBOOK E A PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL E ATER	97
4.1 Ater e Desenvolvimento Sustentável.....	98
4.1.1 Alimentos saudáveis para um mundo sustentável.....	99
4.1.2 Encontros de formação e conscientização.....	100
4.2 Ater e agricultura de base ecológica.....	101
4.2.1 Agricultura familiar em destaque.....	102
4.2.2 Compra direta da agricultura familiar.....	105
4.2.3 Agricultura ecológica.....	106
4.2.4 Pesquisa e crédito rural.....	107
4.2.5 Feiras e eventos para a agricultura familiar.....	108
4.3 Ater para a construção da cidadania e democratização da gestão da política pública.....	109
4.3.1 Conferências de Ater.....	109
4.3.2 Protagonismo e empoderamento.....	110
4.3.3 Dias de campo e intercâmbios.....	112
4.4 Ater e relações de gênero, geração e etnia.....	113
4.4.1 Mulheres do campo, das florestas e das águas.....	114
4.4.2 Juventude rural.....	117
4.4.3 Quilombolas, Indígenas e povos tradicionais.....	118
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	138

INTRODUÇÃO

O problema, sua origem e importância

O objetivo deste estudo é analisar as ações de comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) na rede social Facebook na perspectiva da promoção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Especificamente, o que se pretende compreender é a contribuição dessas ações no sentido de favorecer os princípios da PNATER e até que ponto a rede virtual formada pela Asbraer e seus seguidores contribui para o debate e reflexão de questões ligadas à Ater contemporânea.

Nascida no dia 8 de junho de 1990, fruto de um encontro realizado em Brasília entre representantes das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural, em 21 de abril do mesmo ano, a Asbraer surge com a missão de minimizar os impactos negativos decorrentes da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), extinta dias antes pelo governo Collor, por meio da Lei 8.029 de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990). A extinção da Embrater, resultou num duro golpe à Assistência Técnica e Extensão Rural realizadas em todo o país durante os anos 1990. Com a ausência de apoio do estado nacional para as ações de Ater, a responsabilidade ficou a cargo exclusivo dos estados e municípios, sendo, em muitos casos sucateada ou mesmo extinta (BRASIL, 2004). Desde então, a Asbraer procura exercer papel importante no debate a respeito das políticas para a assistência técnica e extensão rural (Ater) no país.

Em sua missão institucional, a Asbraer se compromete diretamente em participar e influenciar “a formulação da política de Desenvolvimento Rural Sustentável e especialmente da política nacional para a Assistência Técnica e Extensão Rural” (ASBRAER, 2012a, p. 1). Formada, ao todo, por 27 instituições associadas, a Asbraer está empenhada estatutariamente com a promoção e fortalecimento das políticas públicas voltadas à Ater no Brasil. Em um levantamento realizado pela Associação em 2010, foi registrado que as 27 instituições associadas somavam um corpo técnico de mais de 23 mil profissionais, sendo que destes cerca de 16.600 eram extensionistas rurais, que atuavam em escritórios locais de 5.298 municípios brasileiros (ASBRAER, 2010).

Em seu estatuto social fica claro o papel político que a Asbraer procura exercer no cenário nacional em relação a Ater. A entidade busca se colocar como agente ativo na promoção e fortalecimento da Ater em todos os níveis, na medida em que sua missão está intimamente

comprometida com a influência, formulação e debate de políticas públicas para a área; com a articulação das entidades associadas e na luta por recursos e financiamento de suas ações; com a divulgação das atividades das mesmas, fomento do debate público e formação de uma cultura de Ater no país; com a busca pelo desenvolvimento sustentável junto às famílias do campo (ASBRAER, 2012a).

Nesse sentido, a Asbraer atua em diferentes frentes na promoção da Ater no Brasil. Em suas assembleias ordinárias e extraordinárias, realizada no mínimo duas vezes ao ano, os dirigentes das 27 entidades estaduais, que são os representantes das mesmas no quadro de membros da Associação, debatem diversos temas relacionados à realidade da Extensão Rural nos estados e à situação de cada uma das organizações. A partir dessas discussões, o Conselho Diretor da Asbraer elabora sua pauta política e passa a atuar em fóruns específicos do setor e em espaços onde possa exercer influência e atender às demandas levantadas por cada estado. Ministérios do Governo Federal – como o do Desenvolvimento Agrário (MDA), o de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); comissões do Congresso Nacional – tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado –, além de audiências, seminários, encontros temáticos, entre outros. Os próprios presidentes das entidades associadas à Asbraer também passam a agir em seus respectivos estado no sentido de favorecer a relação das decisões tomadas em conjunto nas reuniões da Associação.

Em setembro de 2011, por exemplo, a entidade articulou 21 de suas afiliadas para debate junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na pauta do encontro, foram discutidas estratégias sobre o Plano Plurianual do MDA, ação orçamentária para as entidades estaduais de ATER e impacto das leis estaduais sobre a ação dessas entidades. Além disso, foi elaborada uma agenda de trabalho entre o MDA e as entidades estaduais, associadas da Asbraer (MDA, 2011). Mais recentemente, em 28 de março de 2012, a Asbraer solicitou apoio dos deputados durante reunião de trabalho da Frente Parlamentar de Ater da Câmara Federal para a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sisbrater), proposta que foi apresentada frequentemente nas reuniões e encontros institucionais de que participou entre 2011 e 2012 (ASBRAER, 2012c).

Ao afirmar em seu estatuto oficial que busca exercer influência nas políticas públicas voltadas à Ater no Brasil, a Asbraer passa a ter entre seus interesses político-institucionais voltados também à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Em 2003, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), a Pnater é construída com a participação de representantes de diversos segmentos da sociedade, entre membros governamentais das esferas federal,

estadual e municipal e lideranças da sociedade civil organizada, sobretudo de movimentos sociais, de organizações não-governamentais e de representações relacionadas aos agricultores familiares (BRASIL, 2004).

Em seus princípios, a Pnater ressaltou a exclusividade ser dada aos agricultores familiares nas ações da Ater pública. Além destes, foram apontados como beneficiários exclusivos da Pnater os assentados por programas de reforma agrária, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, povos da floresta, pescadores artesanais e aquiculturas, extrativistas. Esta deveria ser gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente para assegurar o fortalecimento da agricultura familiar. (BRASIL, 2004).

Os princípios e diretrizes que orientaram a PNATER em 2003 apontaram para a amplitude dos compromissos e metas da nova Ater. A busca pela superação das práticas convencionais e o reconhecimento dos erros e equívocos praticados pelo modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações¹ e nos pacotes da Revolução Verde² apareceu como ponto de partida de um caminho a ser traçado permanentemente pelos agentes e instituições responsáveis pela execução da nova política (BRASIL, 2004).

A PNATER (BRASIL, 2004) propôs um extensão rural baseada no desenvolvimento rural sustentável, uma Ater que defendesse a conservação e recuperação dos recursos naturais e agroecossistemas; que procurasse a valorização dos mercados locais e a inserção dos agricultores familiares e outros públicos da extensão nos mercados globalizados; que fortalecesse e apoiasse a diversificação das atividades socioeconômicas, unindo atividades agrícolas e não agrícolas na promoção da melhoria da qualidade de vida das populações atendidas; que estivesse comprometida com a superação das desigualdades sociais, a superação das discriminações raciais, de gênero ou contra grupos minoritários; que promovesse a valorização e resgate dos saberes e conhecimentos locais, possíveis pontos de partida para ações transformadoras da realidade.

Entre outros aspectos, a implementação da PNATER de 2003 exigia, conforme ressaltou Caporal (2005), a superação do paradigma cartesiano tanto na extensão rural quanto na pesquisa

¹ O uso de intensiva comunicação de massa tinha o objetivo de sensibilizar os agricultores a abandonarem suas tradicionais formas de cultura e passarem a adotar as medidas e inovações voltadas para a maior eficiência produtiva e produtividade. Nessa perspectiva, os profissionais de Ater deveriam ser bons comunicadores, para influenciar, convencer, persuadir e manipular os consumidores/agricultores a utilizarem destas formas de produção (LIMA; ROUX, 2008).

²Entre as décadas de 60 e 80, o Brasil assume o modelo de desenvolvimento difusionista utilizou as técnicas de comunicação de massa para difundir políticas de assistência técnica e extensão rural baseadas, essencialmente, nos ditames da Revolução Verde: implementação de insumos agrícolas, agrotóxicos e de sementes híbridas com o objetivo de aumento de produção em larga escala (LIMA; ROUX, 2008).

e no ensino, pois este modelo já não se adequa às novas exigências pautadas no desenvolvimento sustentável. Para o autor, um paradigma ecossocial deveria ser tomado como base pela ciência e tecnologia necessárias para o desenvolvimento sustentável, onde houvesse espaço para a inclusão social, para o fortalecimento da agricultura familiar, a produção de alimentos saudáveis e a preservação ambiental. Era necessário “estabelecer uma nova e qualificada aproximação entre Agronomia e a Ecologia” (CAPORAL 2005, p.4). Nesse sentido, a Agroecologia³ se fortaleceu como a ciência que orientaria os caminhos para a superação do modelo convencional de desenvolvimento para o campo para o desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, Caporal (2011, p. 2) pontuaria que a Política Nacional de Ater de 2003 foi a primeira política pública em nível nacional a apontar a Agroecologia como ciência orientadora “para as ações de apoio ao desenvolvimento rural e agrícola do nosso país”. Dias (2007) destacou que a PNATER é uma política que teve como pilares os agricultores familiares como público exclusivo da ação extensionista, a universalização e o caráter público dos serviços e o direcionamento para as concepções, métodos e princípios da Agroecologia, que defendeu, inclusive, a proposta da transição agroecológica.

No esforço de implementação da PNATER, ainda foram e ainda são bastante comuns as contradições entre discurso e prática. Embora a Política Nacional de Ater aponte para a superação das práticas difusionistas, elas ainda são hegemônicas no cenário nacional da extensão rural e assistência técnica (CAPORAL, 2005).

Nesse sentido, algumas contradições deviam ser superadas para a plena implementação da Política Nacional de Ater. O primeiro grande desafio, afirma Caporal (2005, p. 8), consistiria em sobrepujar as “macro orientações de política de desenvolvimento do Estado, tanto do Estado Nacional como dos estados federados e municípios”. Enquanto a PNATER preconizou o desenvolvimento sustentável tendo a Agroecologia como referencial, muitas políticas do Estado voltadas ao setor agropecuário financiam pacotes tecnológicos insustentáveis, típicos da Revolução Verde.

O que vemos hoje, sob a orientação de um mesmo Governo nacional é a disputa de dois modelos de desenvolvimento rural: um modelo já velho, não sustentável, mas ainda hegemônico; e outro, em construção, que trata de buscar a sustentabilidade. A solução

³ Caporal e Costabeber (2002) definem a Agroecologia como uma ciência multidisciplinar que vai beber em diversos campos do saber. Seu objetivo maior seria o de apontar os caminhos para a transição do modelo tradicional de agricultura e de desenvolvimento rural para outro de base sustentável. Nesse sentido, além de fazer o uso de ciências de diversos campos do conhecimento, a Agroecologia também busca valorizar as experiências e conhecimentos dos agricultores de base familiar em sentido amplo, tendo como ponto de partida para esse projeto de transição os potenciais e oportunidades existentes entre esses mesmos agricultores e agricultoras no território onde vivem.

desta contradição poderá definir os rumos futuros do nosso desenvolvimento como sociedade (CAPORAL, 2005, p. 8).

Dias (2007) ressalta que dentro da atual estrutura do Governo Federal, por exemplo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desempenham papéis, por vezes, antagônicos do ponto de vista do projeto de desenvolvimento que representam. Enquanto o primeiro defende políticas voltadas ao subsídio à agricultura empresarial moderna pelo Estado, baseada na exportação de commodities, o segundo dedica-se ao público da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento rural, implantação de políticas de reforma agrária e combate à pobreza.

Além desse obstáculo, também seria necessária a implementação de mudanças institucionais junto às entidades públicas de Ater. Essas instituições, em muitos casos, surgiram dentro de uma ótica desenvolvimentista, voltada à modernização do campo e em busca de resultados imediatos. A PNATER pontuou a exigência de construção de estruturas organizacionais flexíveis, democráticas, abertas à participação não só dos técnicos e extensionistas, mas também dos públicos beneficiários da Ater, inclusive na tomada de decisão sobre programas e projetos (CAPORAL, 2005).

A formação dos profissionais de Ater sob nova perspectiva também constituiu um desafio primordial imposto à luta pela implementação da Política Nacional de Ater. Se as décadas anteriores à formulação da PNATER foram marcadas por um processo de formação voltado difusionismo, a implementação da nova política exigiria que os “profissionais da Extensão Rural Agroecológica deveriam assumir novos conceitos, valores e comportamentos, ademais de novos métodos” (CAPORAL, 2005, p. 10).

Em 2010, a PNATER de 2003 foi substituída pela Política Nacional de Ater instituída pela Lei Federal 12.188, Lei de Ater (BRASIL, 2010), que excluiu, entre outras questões, a Agroecologia como ciência norteadora da transição entre a agricultura convencional e a de base sustentável. Além da retirada da Agroecologia, a Lei de Ater foi acusada de contar com pouca ou nenhuma participação popular, e também de favorecer a retomada de projetos de caráter difusionista (CAPORAL, 2011). De qualquer forma, a PNATER instituída em 2010 é a atual política pública voltada ao acompanhamento das populações rurais e demais públicos beneficiários da Ater. Os desafios para sua implementação ainda são parecidos com a reflexão feita acima.

Para a Asbraer, uma nova etapa na história da Extensão Rural brasileira se inicia no ano de 2003, ao menos é o que constatamos em alguns de seus documentos oficiais. Os representantes das entidades associadas à Asbraer destacaram, em 2011, durante a realização

do 2º Fórum de Dirigentes das Entidades Oficiais de Ater, em Brasília, Distrito Federal, que o ano da criação a Pnater foi marcado pela superação do “desmonte do sistema” de Ater e pelo ingresso “em uma rota de avanços (...), com o reconhecimento da importância dos profissionais dedicados ao setor para um novo modelo de desenvolvimento rural” (ASBRAER, 2011a, p.9). Esse processo, segundo o relatório do referido Fórum, culminou com a criação da Lei de Ater de 2010, que instituiu tanto a Política Nacional de Ater quanto o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater).

Em 2010, num documento elaborado em 2010, *Serviços de Ater para o Brasil Contemporâneo*, numa parceria com a Academia Brasileira de Extensão Rural (Aber), a Asbraer destacou que o sanção da Lei 12.188 colaborou para que a ater fosse destacada em “patamar de relevância para as políticas públicas no Brasil” (ASBRAER; ABER, 2010, p. 14). Além disso, a entidade ressaltou que os objetivos propostos pela Lei de Ater “atendem princípios fundamentais para o bom desempenho da ATER, como sustentabilidade, gratuidade, qualidade, acessibilidade, metodologia participativa, interdisciplinaridade, equidade e missão clara relativa à segurança alimentar”. A Asbraer também resalta a importância da Lei de Ater por dispor de uma regulamentação que favorece o atendimento a seus públicos beneficiários e facilita “na contratação de recursos, execução de atividades e prestação de contas, o que significa a remoção de graves interdições ao desenvolvimento da assistência aos agricultores” (ASBRAER; ABER, 2010, p.14).

Nessa perspectiva, embora não se comprometa diretamente em seu estatuto oficial em promover políticas públicas de Ater nos moldes específicos da instituída em Pnater de 2010, a Asbraer busca destacar em diversas oportunidades a importância dessa política pública como um marco histórico, político e institucional para a Ater brasileira no contexto contemporâneo.

Entre seus objetivos sociais, a Asbraer também se compromete em “divulgar as atividades realizadas pelos associados, visando à promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no país” (ASBRAER, 2012a, p. 1). Neste sentido, a Associação se utiliza de diversos meios de comunicação institucional próprios para dar conta dessa sua atribuição junto às entidades a ela associadas. Em maio de 2011, a Asbraer deu início a uma nova fase em sua comunicação no ciberespaço. Foi nesse mês que o novo site da entidade (www.asbraer.org.br) foi ao ar, trazendo consigo uma prática atual e cada vez mais presente em termos de comunicação com diversos públicos de interesse: o uso institucional de redes sociais virtuais. Nessa mesma época, a Associação criou perfis nas redes sociais virtuais Facebook, Orkut, no microblog Twitter e no compartilhador de vídeos Youtube. Desde então, a equipe de comunicação da Associação vêm se esforçando para manter permanente a atualização dessas

mídias sociais como forma de expandir as fronteiras de suas ações e da missão institucional da Asbraer.

Devemos compreender o esforço de comunicação da Asbraer dentro de uma realidade em que cada vez mais pessoas, de diferentes faixas etárias e níveis educacionais têm acessado a internet e suas aplicações. O mundo virtual ganha cada vez mais importância na vida da sociedade. Vivemos na chamada sociedade em rede (CASTELLS, 2003), em que a internet e o ciberespaço exercem um papel de grande influência na vida das pessoas e das organizações.

Esta sociedade em rede é a sociedade que eu analiso como uma sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação microeletrônica estruturada na internet. Nesse sentido, a Internet não é simplesmente uma tecnologia; é um meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. (CASTELLS, 2003, p. 287).

Como aponta Castells (2003), a internet é o centro de um novo paradigma sociotécnico, que fundamenta nossas vidas, formas de relação, comunicação e trabalho. O autor afirma que a rede on-line processa a virtualidade transformando-a em nossa realidade, de modo a constituir uma sociedade em rede, a sociedade em que vivemos. O autor aponta que a internet é para nosso período histórico o que a máquina a vapor e a eletricidade foram, respectivamente, para a primeira e segunda fases da Revolução Industrial.

Castells (2011) destaca ainda que é nas plataformas do ciberespaço que vem se desenvolvendo uma nova uma nova ágora pública, um espaço de debate e discussão em que os atores participantes têm a possibilidades de expressar suas inquietações e partilhar esperanças. Santaella e Lemos (2010) ressalta que as interações entre os internautas no ciberespaço são responsáveis pelo surgimento e fortalecimento de uma nova cultura mundializada: a cibercultura.

Pierre Lévy (1999, p.169) afirma que o ciberespaço possibilita relacionamentos que independem do tempo e do espaço. Além disso, o autor ressalta que o mundo virtual favorece ao fortalecimento da inteligência coletiva, “valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja a diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe”.

Trivinho (2001) enfatiza que a cibercultura é um sinônimo da organização social contemporânea. Ou seja, a cibercultura é um paradigma não apenas para o mundo virtual, mas para toda a vida na atualidade.

Os autores acima chamam a atenção para a importância que as novas tecnologias de comunicação e informação vêm conquistando na vida das pessoas e no dia-a-dia das

organizações. A comunicação mediada por computadores passou a ser um elemento fundamental na vida da sociedade contemporânea, favorecendo novas formas de interação entre as pessoas e instituições em todo o mundo.

Nesse sentido, cabe destacar que o número de usuários da internet cresce em todo o Brasil. Dados (IBGE, 2012) revelam que cerca de 77,7 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade declararam ter utilizado a internet no ano de 2011. Esse número, que corresponde 46,5% da população no país, representa um aumento percentual de 14,7% em relação ao número de internautas brasileiros em 2009, um acréscimo de 9,9 milhões de novos usuários para um intervalo de apenas dois anos.

Além disso, entre 2009 e 2011 houve um aumento proporcional em todas as grandes regiões brasileiras em relação às pessoas que acessaram a internet. No Centro-Oeste, região que atingiu o maior crescimento nesse período, os internautas saltaram 17,2% nesses dois anos, o que representou um total de 1 milhão de novos usuários. No Nordeste, o crescimento foi de 16,4%. Sudeste (15%), Norte (12,1%) e Sul (11,3%) também obtiveram aumentos significativos em relação à população que acessou a internet. O número de usuários da internet em relação à população total de pessoas que residem em cada uma dessas regiões ainda é desigual. No Sudeste, Centro-Oeste e Sul, mais da metade da população de mais de 10 anos de idade dessas regiões acessou a internet. Respectivamente, conectaram-se ao ciberespaço entre 2009 e 2011 54,2%, 53,1% e 50,1% das pessoas residentes nas regiões citadas. Enquanto isso, No Norte apenas 35,4% da população nessa faixa etária afirmou ter utilizado o computador para entrar no mundo virtual. No Nordeste o número foi ainda menor, com 34% de internautas (IBGE, 2012).

Em relação às faixas etárias, os números destacam que 74,1% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade utilizaram a internet. Já os grupos de idade entre 18 e 19 anos (71,8%), 20 a 24 (66,4%), 25 a 29 (60,3%) e 30 a 39 (51,3%) apresentaram percentuais de usuários acima dos 50%. Apenas os grupos etários acima dos 40 anos de idade não atingiram esse percentual. De acordo com o IBGE (2012), 39,1% das pessoas entre 40 e 49 anos acessaram a internet e apenas 18,4% do grupo com 50 anos ou mais afirmou ter utilizado a rede virtual entre 2009 e 2011.

Segundo o Ibope/Nielsen (2012), em agosto de 2012 os internautas brasileiros navegaram na internet, em casa ou no trabalho, em média 59 horas e 11 minutos, visitando um total de 2819 páginas on-line, de 83 diferentes domínios. Os brasileiros foram à frente do computador para acessar a internet por 46 vezes nesse mês.

Um recorte do nível educacional dos internautas brasileiros apresenta que pessoas com graduação se conectaram ao ciberespaço por mais de 85 horas em agosto de 2012. No mesmo

intervalo, pós-graduados (82h44min), universitários (77h32min), estudantes do ensino técnico (71h42min) ultrapassaram 70 horas de navegação no mundo virtual, seja por meio de navegadores convencionais ou pelo uso de aplicativos. Pessoas com Ensino Médio completo (53h18min), Ensino Médio Incompleto (39h2min) e Ensino Fundamental Incompleto (22h59min) navegaram menos que pessoas com níveis educacionais mais altos.

O número de pessoas conectadas e as formas de acesso ao número virtual tendem a crescer com o passar dos anos. De acordo com o IBGE (2012), em 2011, 115,4 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade declararam possuir telefone móvel celular para uso pessoal. Esse número representa um aumento de 23,1% em relação a março de 2009, o que representa um aumento de 21,7 milhões de novas pessoas com esse tipo de equipamento. Na faixa etária que vai dos 20 aos 39 anos de idade, mais de 80% das pessoas declararam ter um telefone móvel celular. Boa parte desses aparelhos possibilita o acesso à internet e a utilização de diversos aplicativos on-line, especialmente os chamados sites de redes sociais virtuais, como Facebook e Twitter.

No meio rural brasileiro, a inclusão digital das comunidades passou a ser inclusive preocupação das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, a exemplo do Projeto *IPA Conectado*, uma iniciativa promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA). O projeto é executado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco, órgão oficial de Ater do estado, também associado à Asbraer. Desde 2008, ano de sua criação, o projeto instalou 6 centros de informática em escolas públicas de Pernambuco, em municípios da Região Metropolitana do Recife, da Zona da Mata, Agreste e Sertão. O IPA-PE destaca que o projeto já atendeu mais de 1.920 com cursos de informática que duram em média três meses (IPA, 2010).

O impacto das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) tem sido uma preocupação constante entre pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE). Tauk Santos (2010), por exemplo, realizou um estudo sobre o próprio *IPA Conectado*, com jovens do polo do município de São João, no agreste pernambucano. Este estudo, que se insere no contexto maior da pesquisa *Inclusão Digital, Inclusão Social?*, do Núcleo Comunicação Cultural e Tecnologia, vinculado ao Posmex/UFRPE, revelou que, embora participassem de cursos de programas *off line*, como editores de texto e de planilhas, “o grande sonho dos jovens, entretanto, está ligado aos usos da internet” (TAUK SANTOS, 2010, p. 12). A pesquisa destacou ainda que os jovens rurais de São João faziam acesso à internet principalmente nas *lan houses* ou *Ciber Cafés* do centro da

cidade, para a realização de pesquisas escolares, para o acesso a sites e blogs de seus respectivos interesse e, sobretudo, para o uso das mídias sociais como Orkut e Youtube.

Nessa mesma direção, Callou (2011) promove uma reflexão conceitual da cibercultura como instância de socialização, buscando propor caminhos teórico-metodológicos para a compreensão de propostas de Extensão Rural que:

Veem, direta ou indiretamente, as novas tecnologias de informação e comunicação como esteio importante para a promoção do desenvolvimento rural: mobilização social, criação de redes sociais, nacionais e internacionais, de gênero e de jovens, comércio justo ou economia solidária, divulgação de produtos agrícolas e não agrícolas, educação informal e, mais recentemente, de disseminação dos preceitos da agroecologia, entre tantos outros aspectos que dependem, hoje, das tecnologias ciberculturais (CALLOU, 2011, p. 13).

Callou (2011) chama de *Ciberextensão* as iniciativas que tenham suas atenções voltadas para essa perspectiva de Ater, de inclusão digital nos contextos populares.

Quanto às redes sociais virtuais, Santaella e Lemos (2010, p. 59) afirmam que o Facebook, assim como o Twitter, estão inseridos no grupo das redes sociais da internet 3.0, que se diferenciam de suas anteriores especialmente pela “sua integração com múltiplas redes, plataformas através do uso de aplicativos e de mídias móveis”, o que favorece o relacionamento, interatividade e diálogo com públicos diversos. As redes sociais virtuais se fortalecem, nessa perspectiva, como alternativas por meios das quais indivíduos e organizações buscam ampliar seus potenciais comunicativos e dialógicos, junto a públicos específicos de interesse.

Críticas e elogios à parte, o fato é de que o uso da internet e dos sites de redes sociais virtuais como Facebook e Twitter vem se disseminando a passos largos a cada dia que se passa. Em busca da comunicação imediata e cada vez mais veloz, da interatividade, do mundo de possibilidades que a internet que essas redes potencializam, indivíduos e organizações embarcaram numa viagem sem volta à realidade virtual e ao universo da comunicação mediada por computadores. Nesse cenário a Asbraer busca realizar ações de comunicação na rede virtual no sentido de promover sua missão institucional. No presente estudo, enfatizamos a preocupação em compreender como se processa o trabalho desenvolvido pela Asbraer na rede social Facebook, no sentido da construção de um espaço voltado à promoção da Ater contemporânea.

Considerando que o uso da internet e das redes sociais cresce e ganha importância em todo o Brasil; ao mesmo em que as políticas públicas de Ater apontam para a sustentabilidade, participação e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários; e que a Asbraer é uma organização que se compromete em exercer influência nas políticas públicas de Ater para o meio rural; partimos para o estudo a partir dos seguintes questionamentos:

- 1) Até que ponto as ações de comunicação da Asbraer na rede social Facebook buscam favorecer os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural?
- 2) A Asbraer utiliza do potencial favorecido pelos usos dessa rede virtual para a construção de um espaço de diálogo e debate junto a públicos com interesse na temática de Ater?

Quando apontamos os princípios da Política Nacional de Ater como norteadores de nossa análise, acreditamos que estes se constituem preocupações permanentes das ações da Ater nos dias atuais. Embora a Associação não assuma um compromisso formal em seu estatuto social com a promoção da Pnater, os princípios desta política devem estar presentes nas ações de Ater que recebam recursos federais por meio das Chamadas Públicas promovidas pelo MDA, previstas pela Lei Nº 12.188. Além disso, uma Ater voltada à promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural; ao incentivo à prática de agriculturas comprometidas com a preservação dos recursos naturais; à inclusão sócio, político e econômica de mulheres e jovens rurais; à promoção de ações específicas entre as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e povos tradicionais; e que valorize os conhecimentos tradicionais e a participação e protagonismo de seus beneficiários são questões fundamentais na pauta da Extensão Rural na contemporaneidade. É de se esperar da Asbraer e de suas entidades estaduais associadas o exercício de uma Ater que se preocupe com estas questões.

A justificativa dessa pesquisa está relacionada às preocupações com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de Ater em todo o país. É uma preocupação do estudo a compreensão das novas fronteiras nas quais profissionais e instituições têm desenvolvido iniciativas voltadas à promoção da Ater, especificamente as fronteiras do ciberespaço. Pretendemos também contribuir para o avanço do conhecimento sobre os usos das mídias sociais virtuais. Na medida em que essas redes virtuais ganham forma e número de adeptos, o conhecimento sobre suas possibilidades de usos, apropriações pode apontar para caminhos de melhor aproveitamento das mesmas para indivíduos e organizações. Além disso, o trabalho se incorpora ao avanço dos estudos sobre Cibercultura, Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento, desenvolvidos no âmbito do Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE).

O processo de investigação

Para a realização da pesquisa, utilizamos uma combinação de técnicas de coleta e análise de dados. Entre elas, a pesquisa bibliográfica, a análise documental (AD), roteiro de entrevista semiestruturada e, de um modo especial, a Netnografia ou Etnografia Virtual, caminho metodológico que vem sendo cada vez mais utilizado para a compreensão das culturas, redes e comunidades virtuais.

A pesquisa bibliográfica nos ajudou a construir o referencial teórico sobre Cibercultura e Redes Sociais, assim como em relação à Extensão Rural e à Política Nacional de Ater.

Por meio da análise documental (AD) coletamos dados apresentados nos documentos oficiais da Asbraer, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Lei de Ater, IBGE, e órgãos de pesquisas que trabalhem com estatísticas e informações sobre internet, tecnologias da informação e comunicação, redes sociais virtuais, entre outros.

Sobre a pesquisa documental, Lavelle e Dionne (1999, p. 166) ressaltam que não importa a forma dos documentos, que podem ser visuais, sonoros, escritos. O que importa é que os documentos aportam informação diretamente, já que “os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los”. Peña e Morillo (2007) enfatizam que a análise documental ganha espaço no contexto atual de nossa sociedade, na medida em que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) possibilitam o acesso rápido e em grande volume de documentos das mais variadas naturezas. Nesse sentido, conseguimos encontrar documentos-chave para nosso estudo - referentes tanto a Asbraer quanto à Política Nacional de Ater.

Entre os documentos institucionais, utilizamos o *Estatuto Social da Asbraer* (ASBRAER, 2012a), um relatório referente ao 2º Fórum das Entidades Oficiais de Ater (ASBRAER, 2011a) e a publicação *Serviços de Ater para o Brasil Contemporâneo* (ASBRAER; ABER, 2010). Também realizamos a coleta de material jornalístico diretamente da página oficial da Asbraer na internet (www.asbraer.org.br): matérias e reportagens produzidas pela Assessoria de Comunicação da entidade que abordavam, especialmente, as atividades e ações de cunho político realizados pela Asbraer entre junho de 2011 e junho de 2012. Esses dados nos auxiliaram a construir um panorama das ações e preocupações contemporâneas da Asbraer no cenário da Ater brasileira.

Realizamos ainda uma de entrevista semi-estruturada, com o presidente do Conselho Diretor da Asbraer, Júlio Zoé de Brito, a partir de um roteiro composto por três blocos: 1) Identificação do profissional; 2) Compreensão das propostas da Asbraer; 3) relação entre a

Asbraer e a Ater contemporânea. A entrevista com o presidente da Asbraer foi bastante esclarecedora e ajudou a compreender e complementar os dados disponíveis nos documentos institucionais e no levantamento realizado de material jornalístico produzido pela Assessoria de Comunicação da Asbraer.

Já a Netnografia ou Etnografia Virtual é uma abordagem metodológica que busca se utilizar dos pressupostos da Etnografia para análise do ciberespaço. Devemos, antes de tudo, compreender a Etnografia como um método investigativo originário do campo da antropologia, mas que encontrou espaço e se desenvolveu em diversas áreas das ciências humanas, sociais e notadamente no campo da comunicação. Muitos pesquisadores do ciberespaço têm se valido desta técnica metodológica para analisar comunidades virtuais, blogs, sites de redes sociais, entre diversos outros objetos.

Diversos autores (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011; AMARAL, 2010; AMARAL, NATAL E VIANA, 2008) têm discutido as terminologias mais apropriadas para os usos da metodologia etnográfica em pesquisas de cibercultura, ligadas às práticas comunicacionais mediadas por computador. Termos como webnografia, ciberantropologia, Etnografia Virtual e Netnografia são utilizados para descrever os usos da Etnografia em pesquisas que analisam grupos, redes e comunidades no ciberespaço. No geral, os termos Netnografia e Etnografia Virtual são os mais comumente utilizados por pesquisadores brasileiros. Amaral, Natal e Viana (2008) ressaltam que o neologismo Netnografia (netnography = net + ethnography) é mais presente em pesquisas ligadas ao marketing e à administração. Já a terminologia Etnografia Virtual é mais ligada aos estudos de comunicação, antropologia e ciências sociais. Nesta pesquisa, utilizaremos os dois termos como sinônimos no presente estudo, em conformidade com o que fazem os autores acima citados.

Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 168) apresentam uma definição didática da Etnografia, apoiando-se na perspectiva de Angrosino (2009, p.30): “a Etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”. Amaral, Natal e Viana (2008, p. 35), baseando-se em Hine (2000), enfatizam que a Etnografia, em sua forma básica:

Consiste em que o pesquisador submerja no mundo que estuda por um tempo determinado e leve em consideração as relações que se formam entre quem participa dos processos sociais deste recorte de mundo com objetivo de dar sentido às pessoas, quer esse sentido seja por suposição ou pela maneira implícita em que as próprias pessoas dão sentido às suas vidas (AMARAL, NATAL E VIANA, 2008, p. 35).

A Netnografia preserva alguns cuidados e preocupações típicas do método etnográfico tradicional. A inserção do pesquisador junto ao grupo ou comunidade a ser pesquisada deve ser

fruto de reflexão e planejamento prévios. As dificuldades de entrada a campo, como a negociação junto aos informantes, “a procrastinação e uma certa cegueira que atinge o pesquisador” nos primeiros contatos da observação, faz que com que o estudioso, muitas vezes, não consiga enxergar os nexos e ligações entre os atores ali envolvidos (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p. 185). Na presente pesquisa, esse estado de procrastinação a que as autoras se referem foi observado nos primeiros contatos com a teia virtual formada pela Asbraer e seus seguidores. De início, não conseguíamos enxergar ligações entre os perfis pessoais e institucionais presentes naquele espaço virtual nem seus possíveis vínculos e interesses com a Extensão Rural. À medida em que nos aprofundamos no contato com essa rede virtual, os caminhos de análise foram se apresentando e começando a fazer mais sentido.

A manutenção de um diário de campo com anotações também é outra atenção especial dada pelo método etnográfico. Isso porque a Etnografia é um método calcado na observação, de forma que o diário de campo servirá para anotar todas as impressões do pesquisador sobre o cotidiano dos pesquisados. Na análise dos meios virtuais, plataformas como blogs podem servir não só como objetos de pesquisa, mas como diários de campo e ferramenta de coleta de dados “a partir do feedback com os participantes e a interatividade que lhe são característicos”. Neste estudo, fizemos o uso de um diário de campo para registrar as impressões do pesquisador no contato com a teia virtual formada entre a Asbraer e seus seguidores, como também para anotar informações que fossem de utilidade da pesquisa.

Com colaborações de Winkin (1998), Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 186) apontam três funções específicas para o diário de campo: Emotiva, Empírica e Reflexiva analítica. A primeira se refere aos apontamentos subjetivos feitos pelo estudioso, funcionando “como uma espécie de catarse”. A função Empírica está relacionada com a coleta de dados. Já na Reflexiva, o autor deve apontar as categorias de análise e padrões recorrentes de análise. Em nosso estudo, fizemos a utilização de um diário de campo, no qual foram sendo realizadas anotações baseadas em nossas observações e em dados que conseguimos extrair diretamente da Linha do Tempo do perfil da Asbraer e de informações presentes entre seus seguidores.

Além desses pontos, Fragoso, Recuero e Amaral (2011) ressaltam a importância no método etnográfico de contextualizar os informantes e utilizar diversos tipos de entrevistas. As autoras ressaltam que a utilização da Etnografia Virtual pressupõe não apenas a mera observação, mas intercâmbios, trocas culturais e a escuta dos informantes, por meio de entrevistas de diversos tipos. Em nosso caso, realizamos apenas uma breve conversa virtual com a equipe de comunicação da Asbraer, que nos passou algumas informações básicas sobre o gerenciamento da comunicação organizacional da entidade no meio virtual.

A adoção da Netnografia é válida no campo da comunicação na medida em que “muitos objetos de estudo localizam-se no ciberespaço” (MONTARDO E ROCHA, 2005, p. 01), exigindo novos instrumentais mais apropriados para sua compreensão e análise. Nesse sentido, compreendemos a Etnografia Virtual como uma metodologia qualitativa que “amplia o leque epistemológico dos estudos de comunicação e cibercultura” (AMARAL, NATAL E VIANA, 2008), ou seja, a Netnografia é um caminho metodológico relativamente recente que vem auxiliando pesquisadores na compreensão de fenômenos que se manifestam no ciberespaço.

Nesta pesquisa, utilizamos a abordagem etnográfica para coleta e análise de dados na rede formada pela Asbraer e seus seguidores no Facebook, na medida em que compreendemos, conforme afirmam Miller & Slater (2001, p.01 apud Fragoso, Recuero e Amaral, 2011, p. 167) que: “a internet não é um ciberespaço monolítico ou ‘um não lugar’. Em vez disso, ele é constituído por inúmeras novas tecnologias, utilizadas por diversas pessoas em muitas locações do mundo real”.

A Etnografia Virtual é apontada como uma abordagem apropriada ao estudo empírico da internet. O ponto de partida é um modelo comunicacional que considera o contexto e as culturas ali desenvolvidas, “no qual estão inscritas conversações, práticas e negociações simbólicas cuja observação sistemática e a investigação interpretativa nos ajudam a decompor e desvendar padrões de comportamento social e cultural” (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p.167-168).

Apontado como o criador do termo Netnografia, em meados da década de 1990, Kozinets (2010 apud Fragoso, Recuero e Amaral, 2011, p. 190) ressalta que essa abordagem metodológica pode ser adaptada e auxiliar o pesquisador não apenas em chats, fóruns e grupos de discussão, mas também na análise de blogs, audiovisuais, fotografias, comunidades de podcasting, mundos virtuais, jogadores de vídeo games em rede e sites de redes sociais. Esta última categoria, na qual se inserem sites como Facebook, Twitter e Orkut, representa um campo de estudo aberto a novas metodologias de análise, como a Netnografia.

“esses sites são caracterizados pela construção de um perfil com características identitárias (que são percebidos como os atores sociais) e com a apresentação de novas conexões entre esses perfis (as arestas na rede social). Como a internet possui ainda a característica da pertinência das interações sociais, essas são mais facilmente percebidas, gerando novas oportunidades de estudos desses grupos sociais” (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p. 116)

Kozinets (2002) destaca que há pelo menos duas possibilidades de coleta e análise de dados por meio da Netnografia. A primeira delas são as informações coletadas e copiadas diretamente dos participantes de uma comunidade ou rede virtual. Nos perfis de cada

membro/nó há, em muitos casos, dados referentes à formação profissional e acadêmica, aos interesses pessoais, entre outros interesses. É prudente, no entanto, que o pesquisador tome cuidado para diferenciar o que é público do que é privado e busque filtrar as informações e dados realmente relevantes para a realização da pesquisa. O segundo tipo de coleta está ligada às observações das práticas comunicacionais vistas pelo pesquisador junto aos participantes da comunidade analisada. Interações, simbologias e a própria participação do pesquisador fazem parte desse tipo de coleta. O autor também destaca uma possível de captura dados por meio de entrevistas junto aos membros da referida rede virtual, que podem ser realizadas por meio de conversas de chats, trocas de e-mails, mensagens instantâneas ou outras ferramentas (KOZINETS, 2002).

Para fins do nosso estudo, realizamos uma combinação das duas primeiras vertentes sugeridas por Kozinets (2002). A primeira consistiu em coletar e analisar as informações disponibilizadas nos perfis dos seguidores da Asbraer no Facebook, especialmente quanto à formação profissional de cada *nó*, instituição em que atuava, localização geográfica, entre outros dados. Isso nos ajudou a compreender quem efetivamente fazia parte da rede na qual a Asbraer estava inserida no Facebook e, também, em que medida essa rede continha a participação de atores, instituições e grupos ligados ao debate da Ater no Brasil e que poderiam ser interlocutores da Asbraer nesse espaço virtual. A segunda vertente que nos preocupou referiu-se às práticas comunicacionais entre a Asbraer e seus seguidores: que tipo de interações, trocas, conversações, diálogos, discussões eram possíveis de serem observadas na Linha no Facebook entre a Asbraer e seus seguidores, como também desses entre si. A Linha do Tempo é o espaço pessoal de disponibilizado pelo Facebook para que cada usuário publique seus conteúdos ou permita que outros usuários assim o façam. A Linha do Tempo pode ser considerada como a face pública específica de cada usuário do Facebook.

Os perfis da Asbraer nas redes sociais virtuais foram criados no primeiro semestre de 2011, por volta do fim do mês de maio, juntamente com o novo site da Instituição (www.asbraer.org.br). De lá pra cá, a Asbraer procurou abastecer essas mídias, em grande medida, a partir das notícias, reportagens e demais publicações de seu site institucional. É do conteúdo de sua página na web que a Associação gerenciou e atualizou seu perfil no Facebook durante o período analisado, de março a maio de 2012.

Na pesquisa, escolhemos o Facebook para análise das ações nas redes sociais virtuais da Asbraer – e não outra mídia, como Orkut, Twitter ou Youtube – por alguns motivos. O primeiro deles é o fato de que nos murais do Facebook é possível verificar as interações entre os perfis dos usuários em geral. Comentários, compartilhamentos e as manifestações positivas

por meio do botão *curtir* auxiliam de forma clara a perceber em que medida um determinado perfil interage, dialoga e se comunica com seus contatos da teia virtual. Embora isso seja possível em outras redes virtuais, as interações públicas nos perfis do Facebook favorecem uma maior visibilidade que em redes como o Twitter, por exemplo.

Além disso, o Facebook é o site de redes sociais virtuais mais utilizado no Brasil e no mundo. No país, Facebook já ultrapassa os 54 milhões de usuários. No restante do planeta, a rede social virtual criada por Mark Zuckerberg já se aproxima dos 1 bilhão de usuários ativos, dados que fazem do Facebook o site mais visitado em todo o planeta. (UOL, 2012).

Em relação aos nós/atores envolvidos, até o fim de maio de 2012, a Asbraer possuía uma rede de contatos diretos de 201 seguidores, que por sua vez, possuem cada um, centenas e até milhares de outros vínculos. Essa rede de contatos diretos tem a possibilidade de interagir, dialogar, comentar, compartilhar, criticar os conteúdos postados pela Asbraer. Do mesmo jeito, a Associação também pode interagir com sua rede de contatos de várias formas. É importante perceber que essa rede pode ser formada não só por pessoas, mas também por instituições de diversas naturezas, especialmente as que estão ligadas ao debate e promoção da assistência técnica e extensão rural nos moldes, ou não, da Pnater.

Nesse sentido, os conteúdos divulgados pela Asbraer em seu perfil no Facebook, juntamente com as interações feitas entre a entidade e seus seguidores, corresponderam a informações valiosas para a análise netnográfica proposta em nesta pesquisa. Esses conteúdos e interações estão registrados de forma pública na Linha do Tempo do perfil da Asbraer no Facebook, podendo ser coletadas e compreendidas a partir da Netnografia. Em nossa análise utilizamos os princípios da Política Nacional de Assistência e Extensão Rural como eixo norteador.

Nossa amostra foi coletada diretamente da linha do tempo da Asbraer no Facebook, nos meses de março, abril e maio de 2012. Escolhemos esse período porque foi marcado por um amplo debate no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em todo o país. Nos meses de março e abril, profissionais, gestores, movimentos sociais, centros de ensino e pesquisa, entre outros atores sociais, participaram de um amplo processo de discussão e aprofundamento que culminou com a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), realizada entre os dias 23 e 26 de abril de 2012, em Brasília, Distrito Federal. Antes disso, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais de 40 mil pessoas participaram de amplo debate nas conferências territoriais, municipais e estaduais realizadas em todos os estados brasileiros no mês de março, além dos seminários temáticos promovidos no mesmo período (MDA, 2012b). Representantes da sociedade civil e

das esferas governamentais engendraram um grande processo que envolveu 26 conferências estaduais e uma distrital, além de outras sete conferências temáticas, 160 conferências territoriais e duas conferências municipais. Todo esse processo de debate e proposição trouxeram contribuições significativas para o desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater). Um relatório final com as propostas preliminares da Cnater foi divulgado em maio de 2012, contendo as sínteses e propostas realizadas pelos participantes da Conferência (MDA, 2012a).

De acordo com o MDA, a Cnater contou com a participação de 680 delegados com direito a voz e voto. Desses delegados, 600 foram eleitos nas conferências estaduais e os outros 80 eram representantes do poder público, de entidades relacionadas à Ater. Participaram ainda 100 convidados com direito à voz, que representaram os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Agrário, Delegacias do MDA, superintendências estaduais do Inca, conselhos nacionais, sociedade civil organizada e outros observadores (MDA, 2012b).

A Cnater correspondeu a um momento de ampla participação de milhares de atores envolvidos no debate da assistência técnica e extensão rural em todo o país. A Conferência constituiu um momento histórico para a Ater pública brasileira, tendo por finalidade a proposição de diretrizes para o Pronater, atendendo às exigências da Lei 12.188, a Lei de Ater (BRASIL, 2010).

É nesse contexto em que foi realizada a análise do trabalho de comunicação da Asbraer em seu perfil na rede social Facebook. Acrescentamos também o mês de maio com o intuito de acompanhar as semanas que se seguiram com o desenrolar desse processo. Acreditamos que, num momento tão oportuno para o debate sobre a Ater em todos os níveis, os perfis das redes sociais virtuais da Asbraer poderiam se constituir num espaço de diálogo, debate, discussões e divulgação de conteúdos referentes à Ater contemporânea. Partindo dos princípios da Política Nacional de Ater, efetuamos nossa análise a partir das seguintes categorias:

- Ater e desenvolvimento rural sustentável;
- Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política pública;
- Ater e agricultura de base ecológica;
- Ater e relações de gênero, geração, raça e etnia;

Essas categorias, oriundas de reflexões sobre os princípios da Política Nacional de Ater (BRASIL, 2010) são melhor detalhadas no capítulo I, nosso referencial teórico.

Nosso objetivo inicial era realizar toda a análise exclusivamente a partir das práticas comunicacionais registradas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, tanto da Associação e seus seguidores como desses entre si. Além dos conteúdos publicados pela Asbraer, esperávamos encontrar comentários, questionamentos, diálogos, discussões e outros tipos de interação nesse espaço virtual. Como isso não foi possível, visto que foram as interações neste espaço durante o período da pesquisa foram incipientes, tivemos que realizar ajustes nos rumos deste trabalho. Nesse sentido, as publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook correspondiam, em sua grande maioria, a links de textos jornalísticos disponibilizados na íntegra em sua página institucional na internet – www.asbraer.org.br. Dessa forma, para a análise das categorias acima descritas, utilizamos as publicações feitas pela Asbraer em seu perfil virtual como *janelas*, ou seja, elas deram a indicação sobre o tipo de conteúdo que encontraríamos após o *clique* no link disponível.

Essas postagens publicadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo foram divididas em temas específicos, de forma que apenas as que se referiam a uma das quatro categorias propostas nessa análise foram levadas em consideração. Essa divisão foi realizada tanto no ambiente virtual como também em ambiente *off-line*, com a transformação da Linha do Tempo da Asbraer em arquivos de imagem⁴, que foram impressos e categorizados posteriormente.

Quanto ao formato do texto, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. No **Capítulo I – Extensão Rural e Cibercultura** –, trabalhamos a fundamentação teórica da dissertação. A discussão envolveu as relações entre a Ater contemporânea e o contexto da Cibercultura; Além disso, destacamos uma reflexão de Ater a partir dos princípios da Política Nacional de Ater (Pnater), a respeito de Ater e desenvolvimento sustentável; Ater e agricultura de base ecológica; Ater e construção da cidadania e democratização da política pública; e Ater e relações de gênero, geração, raça e etnia.

O **Capítulo II, A Asbraer no contexto contemporâneo de Ater**, apresentamos aspectos relacionados à estrutura organizacional e estatutária da Asbraer e, sobretudo, as ações de cunho político que buscou enfatizar nos últimos anos para cumprir sua missão institucional. Partimos da análise de documentos institucionais e de uma entrevista com o atual presidente de seu Conselho Diretor para compreendermos que propostas e preocupações da Asbraer no debate contemporâneo da Ater no Brasil.

⁴ Essa alternativa é possível por meio da tecla *Print Screen*, presente na grande maioria dos computadores e *notebooks* disponíveis no mercado. Ao pressioná-la, a imagem que aparece na tela do computador é digitalizada e transformada em arquivos editáveis e imprimíveis.

Já o **Capítulo III, Asbraer na rede social Facebook**, buscamos compreender a presença dos atores presentes na teia virtual dos contatos da entidade neste espaço, sobretudo os possíveis vínculos que possuíam entre si e que tipo de interesse no debate de Ater poderiam ter. Também procuramos identificar a origem das publicações postadas na Linha do Tempo e conferir em que medida as suas entidades associadas tiveram suas atividades divulgadas pela Asbraer nesse espaço.

No **Capítulo IV, Ações de comunicação da Asbraer no Facebook e promoção da Política Nacional de Ater**, realizamos compreensão das mensagens publicadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo, a fim de compreender até que ponto os princípios da Pnater foram contemplados a partir das categorias de análise supracitadas.

Ao término da análise dos dados da pesquisa, realizamos as conclusões, sugestões e encaminhamentos que objetivam contribuir com ações e estudos voltados a temas concernentes à Extensão Rural e à Cibercultura, tanto no que se refere às ações de comunicação da própria Asbraer, quanto às pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex).

CAPÍTULO I – EXTENSÃO RURAL E CIBERCULTURA

A compreensão da assistência técnica e extensão rural (Ater) contemporâneas passa, imprescindivelmente, pelo reconhecimento da complexidade e importância que esse processo representa nos primeiros anos do século XXI. As lutas travadas nas últimas décadas do século passado, seja por representantes da sociedade civil ou por membros de entidades governamentais comprometidos com a Ater pública gratuita e de qualidade, foram coroadas pela implementação da Política Nacional de Ater (PNATER), elaborada em 2003 (BRASIL, 2004). Em 2010, é promulgada pela Lei de Ater – Nº 12.188 – que promove algumas alterações no texto original da Pnater construída em 2003, como a exclusão da Agroecologia como ciência norteadora na construção de um novo paradigma de desenvolvimento para o mundo rural.

Neste capítulo, realizamos uma reflexão entre alguns conceitos relacionados à Extensão Rural dos dias de hoje, sobretudo relacionados aos princípios da Pnater vigente. Também destacamos questões relacionadas à Cibercultura e as mudanças destacadas na sociedade contemporânea possibilitadas, em grande medida, pelos usos das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

1.1 Ater em tempos de cibercultura

Em 2003, a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), política pública do Estado brasileiro junto aos homens e mulheres do campo, sintetizou os anseios dos diversos atores que sonharam e lutaram por uma nova forma compreensão do desenvolvimento do mundo rural. Era preciso superar o fracasso que representou o modelo baseado na Difusão de Inovações apregoada pela Revolução Verde, que gerou exclusão social sem precedentes no campo e degradou o meio ambiente e ecossistemas diversos em todos os cantos do país (CAPORAL E COSTABEBER, 2004). A PNATER se apresentou, nesse cenário, como norteadora das iniciativas de acompanhamento e fortalecimento junto a agricultores e agricultoras familiares.

A nova Ater brasileira passou a ser pautada formalmente no desenvolvimento sustentável como caminho a ser construído para o meio rural do país. A adoção de práticas que assegurassem a preservação dos recursos naturais e a qualidade dos alimentos foi um requisito capital para a Ater, e continua sendo na atualidade. O cuidado com os solos, rios, matas, florestas e ecossistemas de uma forma geral passou a constituir elemento fulcral nas preocupações das organizações responsáveis pela Ater pública. A prudência ambiental e o

compromisso com as próximas gerações estão diretamente associados às noções atuais de desenvolvimento para o mundo rural. (CAPORAL, 2005).

A comunicação dialógica e a educação humanista e construtivista foram apontadas como os parâmetros para as ações dos agentes promotores da assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 2004). Esses elementos tiveram o objetivo de estabelecer uma nova relação entre extensionistas rurais e agricultores familiares. Se nas décadas anteriores a Ater se utilizou de técnicas de persuasão e convencimento – o Difusionismo – para forçar os produtores rurais a implementarem as inovações e pacotes da Revolução Verde (LIMA; ROUX, 2008), a Ater do século XXI assumiu o compromisso com a construção de relações baseadas na igualdade, na busca pela liberdade das famílias do campo e pela problematização da realidade vivida no mundo agrícola, particularmente entre os pequenos agricultores (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, os conhecimentos e tradições dos próprios agricultores e suas famílias passariam a ser levados em consideração pela Ater. Se antes estes eram encarados como empecilhos para a adoção das tecnologias e insumos, a partir da Pnater de 2003 passariam a ser atores essenciais no processo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, os agricultores deixariam de ser vistos como meros repositórios das informações trazidas pelos extensionistas e passariam à condição de sujeitos ativos, protagonistas do processo de Ater, por meio de uma pedagogia libertária e progressista, da qual Freire (1983) foi o maior expoente (LIMA; ROUX, 2008).

Além disso, se em anos anteriores havia uma confusão em relação aos públicos beneficiários da Ater pública, no mundo rural contemporâneo esse problema parecia ter sido resolvido pela PNATER em 2003. Caporal e Costabeber (2004) ressaltaram que a extensão rural funcionalista não favorecia o processo de empoderamento dos agricultores familiares, além de também não contemplar significativas parcelas da população do meio rural. A implementação das tecnologias e da modernização do campo conseguia atingir apenas os agricultores que mais conseguiam a elas se adaptar, de forma que muitos pequenos produtores deixaram de receber a assistência técnica e a extensão rural de melhor qualidade. Os autores afirmam que apenas os médios e grandes produtores foram os beneficiários da Ater pública até o início da década de 1990, sendo favorecidos também pelas maiores parcelas de crédito rural e de projetos voltados ao desenvolvimento do campo. Os pequenos produtores, nas ocasiões que recebiam algum tipo de acompanhamento, eram atendidos pela extensão rural oficial em projetos de cunho social e assistencialistas, maioria das vezes (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Esse cenário resultou numa grande exclusão de agricultores e agricultoras familiares, que eram encarados como responsáveis por seu próprio abandono, já que não conseguiam se adaptar a utilização dos pacotes tecnológicos oferecidos pela Revolução Verde e pela extensão rural funcionalista que atendia a seus interesses. Era urgente a elaboração de uma nova política de Ater que priorizasse públicos até então excluídos. Além disso, essa nova Ater deveria se pautar em moldes pedagógicos progressistas, que buscassem valorizar a realidade dos agricultores e agricultoras, seus conhecimentos e sua capacidade de escolher os caminhos que desejassem (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Em seus princípios, a Política Nacional de Ater de 2003 (BRASIL, 2004) enfatizou a exclusividade a ser dada aos agricultores familiares e às populações historicamente excluídas e fragilizadas pelo capitalismo de mercado. Agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, povos da floresta, pescadores artesanais e aquiculturas, extrativistas, entre outros, são apontados como os beneficiários pela Ater pública (BRASIL, 2004).

A realidade local e os processos de desenvolvimento endógeno ganham espaço nos debates sobre a Ater pública. Nesse sentido, os agentes da extensão rural deveriam garantir o apoio e valorizar os potenciais e aspectos relevantes presentes em cada território específico (BRASIL, 2004). O desenvolvimento local⁵ é apontado, como um possível caminho de desenvolvimento a ser adotado para o meio rural, ao promover a articulação e fortalecimento dos potenciais endógenos de determinadas localidades. Para a Pnater de 2003, a Ater contemporânea deveria estar atenta aos atores sociais presentes num determinado território, fomentando a articulação, participação democrática de todos na busca por alternativas para melhoria da qualidade de vida e geração de oportunidades.

A busca por alternativas de desenvolvimento para o campo passa pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar para todo o país. Dados do Censo Agropecuário (MDA, 2010) revelam que a agricultura familiar é responsável pela ocupação de 74,4% da mão-de-obra empregada na agricultura brasileira. Além disso, mesmo concentrando apenas 24,3% das áreas cultivadas do país, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, entre tantos outros

⁵ Para De Jesus (2003), o desenvolvimento local pode ser compreendido como: “Um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida. Assim trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs e efetivos recursos locais” (JESUS, 2003, p.72)

produtos. Ela é responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e por 32% do PIB do agronegócio do país (MDA, 2010). Os dados acima revelam o potencial agrícola das famílias do campo. E isso não só para sua manutenção e subsistência, mas também na produção e segurança alimentar de todo o Brasil, já que grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros tem sua origem na produção familiar.

A criação da Pnater e as discussões que a ela se seguiram ampliaram a tradicional visão que se tinha do mundo rural. Embora as atividades agrícolas representem uma alternativa fundamental para a geração de oportunidades e de melhoria de qualidade de vida, o meio rural brasileiro é diverso, heterogêneo e cheio de caminhos e possibilidades.

Abramovay (2007, p. 7), numa crítica à Pnater de 2003, aponta algumas discordâncias em relação ao conteúdo. Entre outras questões, o autor discorda da exclusividade a ser dada aos agricultores familiares e demais beneficiários da ação extensionistas, argumentando que entre os produtores de médio e até de grande escala os profissionais de Ater poderiam contribuir na promoção de uma produção mais comprometida com a utilização “sustentável dos recursos de que dispõe”. Além disso, Abramovay também discordou da escolha da Agroecologia como enfoque científico orientador voltado ao desenvolvimento do meio rural. Para o autor, “o que caracteriza a agronomia como ciência – e a distingue da religião – é que possui diversas correntes de pensamento, diferentes tradições intelectuais”, que buscam, por caminhos diferentes, “compatibilizar aumento da produção agropecuária com a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade”, um dos grandes desafios da contemporaneidade (ABRAMOVAY, 2007, p. 7). A exclusividade a ser dada à Agroecologia fecharia, na visão de Abramovay (2007), a possibilidade de que outras interpretações científicas da Agronomia também pudessem ser empregadas no processo de desenvolvimento do mundo rural.

Abramovay (2007) também lamentou a pouca ênfase dada pela Pnater (BRASIL, 2004) em relação às atividades não-agrícolas. Para o autor, a política pública de Ater devia reconhecer, como ponto de partida para suas ações, a natureza heterogênea e diversificada do tecido social e econômico da grande maioria das regiões rurais. O reconhecimento dessa diversidade é o elemento inicial para a Ater comprometida com o desenvolvimento e a superação da pobreza de contextos do meio rural. Nesse sentido, a Ater contemporânea deve estar atenta às especificidades geracionais e de gênero junto aos públicos atendidos. Os jovens do meio rural, por exemplo, não enxergam a agricultura, em muitas situações, como o único caminho para a realização pessoal e profissional. Eles acabam buscando outras opções de trabalho, muitas vezes em regiões longínquas. Esse processo é um risco à sucessão agrícola, já que a população

economicamente ativa na agricultura envelhece e as novas gerações se interessam cada vez menos por essas atividades (ABRAMOVAY, 2007).

A promulgação da PNATER pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, representou, na visão de Caporal (2011), um retrocesso sob diversos pontos de vista. Segundo o autor, a construção da Lei de Ater de 2010 não contou com a mesma participação registrada na elaboração da Pnater de 2003, ao mesmo tempo em que subtraiu elementos importantes do texto original da política, como a opção dos Agroecologia como ciência voltada à construção de um paradigma de desenvolvimento ecossocial no mundo rural.

De acordo Caporal (2011, p. 1), ao contrário do que aconteceu em 2003, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contou com a colaboração de mais de 100 entidades e 500 pessoas para a elaboração da Política Nacional de Ater (MDA, 2004), a construção da Lei de Ater de 2010 pelo governo federal “menosprezou a participação popular”, dando passos a alterações de caráter técnico-burocrático que, “entre outras coisas, eliminou a Agroecologia do texto”. Para o autor, a quase nula participação da sociedade civil na iniciativa que culminou com a Lei de Ater de 2010 correspondeu a uma “ilegitimidade sociopolítica da iniciativa governamental” (CAPORAL, 2011, p. 2).

Caporal (2011) chamou a atenção que as mudanças feitas na PNATER de 2010 em relação à de 2003 abriram caminhos para a volta ao tradicional modelo de extensão rural produtivista e difusionista, fato que pôde, de acordo com Caporal (2011), ser observado nas Chamadas públicas de Ater posteriores à promulgação da lei 12.188, em que ficou registrada uma grande diminuição de projetos que traziam a transição agroecológica como princípio norteador. Esse processo se acentua ainda mais, segundo o autor, pela ausência de Chamadas públicas voltadas à formação dos extensionistas, pelas dificuldades advindas da descontinuidade dos projetos, pela curta duração dos contratos nas Chamadas públicas para os serviços de Ater, entre outras questões.

Embora não seja preocupação central do presente estudo, cabe salientar que o relatório preliminar da 1ª Conferência Nacional de Ater, divulgado em maio de 2012, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deu grande destaque a questões relacionadas à Agroecologia enquanto fundamento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de iniciativas de desenvolvimento rural junto à agricultores familiares e demais públicos beneficiários da Pnater. Ao todo, em pelo menos 57 oportunidades o termo Agroecologia ou dele derivados aparecem entre as perspectivas de Ater apontadas no relatório preliminar das propostas da 1ª Cnater, aprovadas na plenária final da Conferência. Isso demonstra o interesse expressivo por parte dos atores participantes em assegurar que os princípios agroecológicos norteiem as ações a serem

desenvolvidas pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater), instrumento criado pela Lei 12.188 com o objetivo de ser o principal instrumento de implementação da Política Nacional de Ater. Dessa forma, mesmo que a própria Lei 12.188 não defina a Agroecologia como enfoque científico norteador para a promoção da Ater pública, os grupos participantes da 1ª Cnater – entre representantes de movimentos sociais, de sindicatos e representações dos agricultores familiares, pesquisadores, extensionistas rurais, lideranças dos povos tradicionais, entre outros - conferem novamente à Agroecologia um papel fundamental para as ações da Ater brasileira, retomando e aprofundando propostas destacadas na Pnater de 2003.

Há que se considerar, igualmente, que todos essas questões referentes à Ater acontecem num cenário em que está sendo engendrada uma nova cultura mundializada, chamada por alguns autores de cibercultura. Os primeiros anos do Século XXI correspondem a um período de transição, marcado essencialmente pela ampla utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS). O mundo rural também é partícipe deste processo. Os usos de redes sociais e de outras ferramentas da internet pela juventude do campo, por exemplo, é um fenômeno cada vez mais comum em comunidades rurais. O acesso à internet por meio de lan houses, em suas próprias escolas ou por meio de projetos específicos das empresas promotoras de Ater, como é o caso do *IPA Conectado*, é uma realidade que se apresenta como objeto de preocupação e análise nos dias atuais (TAUK SANTOS, 2010).

Nas páginas seguintes, realizamos uma reflexão sobre a Cibercultura, suas características e especificidades. Faremos também uma breve reflexão sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que ganham importância cada vez maior em nossa sociedade. Em seguida, retomaremos a discussão sobre a Política Nacional de Ater, para aprofundarmos no momento seguinte do texto alguns apontamentos que nos ajudarão na compreensão das propostas e preocupações presentes nos princípios da atual Pnater.

1.2 Sociedade em transição

Segundo Castells (2011, p.I), “vivemos em tempos confusos”. As duas últimas décadas apresentaram fenômenos suficientes para acreditarmos estar vivenciando um período de transição entre diferentes formas de sociedade. O autor nos ajuda a compreender os desafios vividos pela sociedade contemporânea. De acordo com o mesmo autor (2011, p.I), “as categorias intelectuais que utilizamos foram cunhadas em circunstâncias diferentes e dificilmente podem dar conta do que é novo referindo-se ao passado”. O final do século XX e o início do século XXI foram marcados por transformações sociais, econômicas, culturais e

tecnológicas significativas que, juntas, deram origem a uma nova forma de sociedade (CASTELLS, 2011).

Para Castells (2011, p. II), “a nova sociedade surge a partir de expressões diversas de um processo multimodal e estrutural que se dá em meio à agonia e incerteza”. A crise econômica de 2008, diz o autor, pôs um fim definitivo ao mito da autorregulação do mercado, que “escapou do controle dos investidores, governos ou agências reguladoras”, impondo sua lógica à sociedade em nível global e, inclusive, a seus próprios criadores e estrategistas. Castells (2011, p.II) chama esse fenômeno de “autômato global”. A grande quantidade de crédito disponível para famílias e empresas cada vez mais endividadas foi a causa da crise econômica de 2008, já que os devedores não tinham condições de saldar as dívidas. A crise foi criada pelas condições estabelecidas pelos próprios criadores e gerenciadores das políticas econômicas, mas fugiu ao seu controle ao impor uma grave crise que afetou diversos países em todo o mundo.

O trabalho e o emprego também sofreram transformações profundas nas duas últimas décadas (CASTELLS, 2011). As mudanças e avanços tecnológicos registrados não acabaram com o emprego de uma forma geral, já que novas ocupações foram criadas enquanto outras foram descartadas. No entanto, o perfil ocupacional da força de trabalho apresentou um aumento no número de habilidades e no nível educacional exigido. Nas economias avançadas, milhares de empregos foram eliminados, especialmente na indústria, devido especialmente à automação e ao deslocamento de mão-de-obra para países recém-industrializados ou em desenvolvimento. No mundo como um todo, o número de empregos na indústria é o maior da história, mesmo assim as condições de trabalho e remuneração não acompanharam o aumento do lucro e da produtividade. Ao mesmo tempo, houve elevação nos custos com saúde e benefícios sociais (CASTELLS, 2011).

Castells (2011) identifica também uma crescente flexibilização da mão-de-obra, com a redução de empregos de longo prazo e carreiras previsíveis. A entrada das novas gerações e a substituição da mão-de-obra mais velha acentua esse processo a cada dia. Por outro lado, houve um crescimento tanto das ocupações que exigem alto nível educacional – os talentos – como dos empregos de baixa qualificação, com limitado poder de barganha dentro das organizações. Castells (2011, p. VIII) denomina os profissionais do primeiro grupo de “mão-de-obra auto-programável”, trabalhadores que possuem níveis crescentes de autonomia de decisão e que constituem os ativos mais preciosos das empresas em que trabalham. Já os trabalhadores de baixo nível educacional, ou “mão-de-obra genérica”, são executores de instruções e proliferam a cada dia, já que há diversas atividades servis que dificilmente podem ser automatizadas. Além

disso, muitos trabalhadores se sujeitam a quaisquer condições de trabalhos para a obtenção de uma fonte de renda, especialmente jovens, mulheres e imigrantes (CASTELLS, 2011).

A experiência humana do tempo e do espaço também sofreu profundo processo de transformação nas últimas décadas. O desenvolvimento da comunicação digital fundamentada na microeletrônica - redes avançadas de telecomunicação, sistemas de informação e transporte computadorizado – foi responsável pelas grandes transformações na espacialidade da interação social. A simultaneidade, “ou qualquer outro quadro temporal” (CASTELLS, 2011, p. XVII), já não depende da localização dos atores envolvidos no processo comunicacional. Se em épocas anteriores levaríamos anos, dias ou horas para nos comunicar com pessoas localizadas em outros países, hoje é possível manter contatos instantaneamente com qualquer indivíduo em diversas regiões localizadas dentro e até fora do globo.

1.2.1 Comunicação, TICs e Cibercultura

É importante reconhecer, diz Castells (2011), que as mudanças mais profundas sofridas pela sociedade nas últimas décadas ocorreram, certamente, no campo da comunicação, pela revolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs). O mundo contemporâneo é profundamente marcado pelo uso das TICs. Com frequência, somos surpreendidos pela invenção de novos *gadgets*, *softwares* e aplicativos criados com o objetivo não só de conquistar parcelas significativas do mercado, mas, especialmente, influenciar no modo de vida das pessoas e organizações. A internet, ao que parece, ganha a cada dia importância fundamental na vida das pessoas e da sociedade, ao ponto de afirmarmos sem titubear que “não existe mais um só domínio no cotidiano de nossas vidas que não tenha sido invadido pela Internet” (TAUK SANTOS, 2009, p.39). No mundo rural, sobretudo entre os jovens do campo, os usos das TICs e o acesso ao ciberespaço vem se tornando uma prática cada vez mais cotidiana. Por meio estações de informática instaladas em suas escolas, de projetos de inclusão digital ou, sobretudo, via *lan houses* ou *Ciber Cafés* localizados nos centros de suas respectivas cidades, muitos desses jovens vêm se apropriando das tecnologias e fazendo usos diversos das mesmas para a navegação na internet (TAUK SANTOS, 2010).

A internet e suas diversas aplicações são as bases da comunicação na vida contemporânea “para trabalho, conexões pessoais, informações, entretenimento, serviços públicos, política e religião” (CASTELLS, 2011, p. XI). Nessa perspectiva, a *World Wide Web* – a rede mundial de computadores – não é apenas uma tecnologia da qual fazemos uso e por meio da qual nos beneficiamos. Ela é, sobretudo, um meio de comunicação interativa que

constitui a configuração organizativa de nossas sociedades: “é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial” (CASTELLS, 2003, p.287).

A internet e a intensificação do uso das TICs em todos os campos da vida tem favorecido o surgimento de uma cultura e a formas de convívio que diferenciam a contemporaneidade de épocas distintas da história humana. Esse “*locus temporal*” é chamado convencionalmente pela teoria da comunicação e pela teoria social contemporâneas de cibercultura (TRIVINHO, 2007, p. 67). Esta não se resume apenas ao mundo virtual, mas a toda a existência contemporânea.

A principal confusão a ser desfeita em relação ao conceito de cibercultura reside no fato de que a sua *empíria* não constitui exclusividade interna ao *cyberspace*. (...) A cibercultura equivale a um processo histórico-social bem mais complexo do que supõe a pesquisa especializada. Ela já está pressuposta no contexto *a priori* de relação com os *media* interativos e como capital cognitivo a eles necessário. É assim que, como categoria de época, ela se confunde, imanentemente, com o cenário material, simbólico e imaginário contemporâneo. (TRIVINHO, 2007, p. 66-67).

Nessa perspectiva, a cibercultura deve ser concebida como a “configuração material e a atmosfera simbólica e imaginária em nível internacional do período pós-industrial avançado” (TRIVINHO, 2007, p. 101). Esta época histórica é caracterizada pela virtualização e informatização da vida em todas as suas dimensões. Ela está “aquém e além” da rede virtual, o ciberespaço.

No entanto, é, sobretudo, no mundo virtual que grandes revoluções vêm sendo processadas e fortalecidas. A virtualidade é hoje elemento essencial da vida real das pessoas (CASTELLS, 2011). As gerações mais recentes praticamente desconhecem como era a vida antes da popularização massiva da internet. O contexto atual é marcado por um grande fosso geracional, já que grande parte das pessoas mais velhas não consegue acompanhar a velocidade das transformações e o desenrolar de novas tecnologias. Ao mesmo tempo, as gerações mais recentes já nascem *conectadas* em tempo integral. Elas já não têm noção do que é a vida sem a internet, pois nasceram numa época em que o ciberespaço já estava consolidado. Não só para estes últimos, mas para boa parte da humanidade contemporânea, a virtualidade e o ciberespaço constituem elemento fundamental da identidade.

Para Santaella (2004, p. 40):

O ciberespaço consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual, incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração e acesso. Nessa realidade, da qual cada computador é uma janela, os objetos vistos e ouvidos não são nem físicos nem, necessariamente, representações de objetos físicos, mas têm forma, caráter e ação de dados, informação pura. É certamente uma realidade que deriva em parte do funcionamento do mundo natural, físico, mas que se constitui de tráfegos e informação produzida pelos empreendimentos humanos em todas as áreas: arte, ciência, negócios e cultura.

Lévy (1999, p.51) enfatiza que o ciberespaço “encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (...) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona)”. Embora ressalte que isto não é uma novidade absoluta, já que isso também podia ser verificado pelo uso de telefones e até mesmo por meio de correspondências, o autor destaca, no entanto, que:

As particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quantos quiserem) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários” (1999, p.51).

Esse processo está ligado à virtualização da informação, mas também à das organizações, da economia e de toda a sociedade (LÉVY, 1999).

Lévy (1999, p. 169) ressalta ainda que um dos grandes motores da cibercultura é a “inteligência coletiva”, que seria a “valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja a diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe”. A inteligência coletiva pressupõe, segundo o autor, a disponibilização da memória, da imaginação, da experiência, troca de conhecimentos e formas de organização e de coordenação flexíveis e em tempo real. Nesse sentido, o ciberespaço é o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade, o suporte no qual emergem novos gêneros de conhecimento, diferentes critérios de avaliação que orientem o saber. Surgem novos atores na produção e tratamento de conhecimentos (LÉVY, 1999).

As novas TICs e a rede mundial de computadores possibilitaram uma verdadeira revolução na forma pelas quais as pessoas se comunicam umas com as outras. Podemos afirmar que, em grande medida, está em processo de superação o modelo de comunicação de massa em que apenas uma ou poucas fontes transmissoras dirigiam a informação para uma audiência passiva, a quem só era dado o direito da recepção dos conteúdos. Para Lévy (1999), saímos do modelo de comunicação “*um-todos*” para o “*todos-todos*”, em que os usuários da rede atuam como nós com capacidade não só de recepção, mas, sobretudo, de produção, processamento e compartilhamento de conteúdos.

Tauk Santos (2009) afirma que a tecnologia de comunicação de massa tradicional, representada pelos recursos eletrônicos da televisão e do rádio, possibilitava uma comunicação ágil entre o emissor e os receptores, que recebem a mesma mensagem concomitantemente, mesmo estando separados por grandes distâncias, sejam sociais ou geográficas. Nesse sentido, os receptores vivenciam a mesma experiência comunicacional. As novas TICs, por outro lado, permitem a interação de homens e máquinas e dos homens entre si.

Segundo Tauk Santos (2009, p. 43), a “primeira característica” das novas TICs é a interação, “no sentido de possibilitar o diálogo entre o usuário e o aparelho e também de tornar possível várias pessoas se comunicarem ao mesmo tempo por intermédio desses aparelhos”. É fundamental destacar que a comunicação informatizada é “bidirecional”, na qual os envolvidos participam ativamente do processo, não como meros receptores de mensagens, mas como protagonistas da comunicação.

De acordo com Tauk Santos (2009, p. 44), a “individualização” é a segunda característica da comunicação informatizada, pois os usuários das novas tecnologias possuem sempre uma experiência interativa particular quando utiliza as mesmas. Nessa perspectiva, a comunicação informatizada também se contrapõe à comunicação de massa, já que os usuários/receptores desta última não tem o poder de “modificar as mensagens desses meios, na interação usuários-aparelhos”.

Por fim, a assincronia aparece como a terceira característica que distingue a comunicação mediada por computadores (TAUK SANTOS, 2009, p.44). A assincronia “permite ao usuário utilizar as mensagens no momento em que lhe convém”. Neste sentido, usuário do ciberespaço pode consultar um determinado conteúdo desejado no momento que desejar, pelo tempo que lhe for conveniente. O e-mail, os vídeos no YouTube ou mesmo as publicações feitas na Linha do Tempo do Facebook são exemplos de conteúdos que podem ser acessados sempre que o usuário desejar, “no momento em que lhe convém” (TAUK SANTOS, 2009, p. 44).

Castells (2011) aponta ainda que novas formas de comunicação estão sendo construídas na medida em que as pessoas se apropriam das tecnologias e seus usos. Blogs, podcasts, Wikis, Vlogs, entre outras coisas do gênero, compõem, na visão do autor, novas formas de comunicação em massa, já que possuem a capacidade de envolver milhares, milhões de pessoas. Portais de compartilhamento de vídeos, como o YouTube, por exemplo, trazem incontáveis experiências nesse sentido. O surgimento de celebridades da internet ou de correntes de discussão tem origem, muitas vezes, em experiências pessoais ou de pequenos grupos que publicam e compartilham suas produções com outros usuários da rede.

É prudente, no entanto, atentarmos ao que Wolton (2010) chama de ideologia tecnificista, que credita às novas tecnologias, por si só, avanços no campo da comunicação. Em suas reflexões, Wolton (2010) ressalta que o fato de haver mais informações circulando, processo favorecido pelas novas tecnologias da comunicação e informação, não significa haver mais e melhor comunicação. O autor ressalta que a abundância de informações pode gerar,

inclusive, a incomunicação entre as pessoas. Diz Wolton (2010, p. 16) que “a informação tornou-se abundante; a comunicação, uma raridade”.

A revolução do século XXI, alerta Wolton (2010), não é da informação, mas da comunicação. Não é da mensagem, mas da relação. Não é a da produção e da distribuição da informação por meio de tecnologias sofisticadas, mas a das condições de sua aceitação ou de sua recusa pelos milhões de receptores, todos sempre diferentes e raramente em sintonia com os emissores. O autor também denuncia a crença amplamente difundida que a web seria a condição essencial para a democracia, o saber e a cultura. “Aposta-se tudo na internet como fator de democratização da cultura e do saber, esquecendo-se que ambos dependem de experiências humanas e sociais que nada têm a ver com o acesso de todos a todos” (WOLTON, 2010, p. 43).

Por outro lado, embora mantenha o tom crítico, Wolton (2010) ressalta aspectos positivos em relação aos usos da internet e das TICs:

Tem-se a sensação de utilizar com ousadia o humor e o distanciamento, saindo de um espaço oficial controlado, inventando-se um novo laço convivial e uma nova forma de utopia para gerações que foram privadas de utopias pelo fim das ideologias e pelo economicismo hegemônico na globalização. Trata-se, em todo caso, de um contrapoder que permite a expressão e a tomada da palavra sem regulamentos nem hierarquias. (WOLTON, 2010, p. 36-37).

Na perspectiva apresentada pelo autor, é importante que se pense os caminhos e possibilidades para a construção para que uma comunicação efetiva aconteça. É preciso levar em consideração não só a disponibilização de conteúdos, mas também o fortalecimento de processos que possibilitem o relacionamento entre emissores e receptores – sendo que estes últimos também são protagonistas de todo o processo comunicacional.

Wolton (2010) também destaca a importância do papel da internet nas ditaduras, considerando-a, junto com a televisão, jornais, rádio e o telefone celular um elemento primordial na luta pela liberdade humana e para a crítica dos segmentos de oposição.

Por outro lado, Lévy (1999) também destaca que a técnica não é a causa de revoluções sociais por si só, mas as condiciona e possibilita seu acontecimento. Entusiasta da cibercultura, o autor enfatiza que não é a tecnologia em si que possibilita a realização de grandes transformações na sociedade, mas elas favorecem e tornam possíveis a concretização de certos processos sociais. Nessa perspectiva, diz o autor:

A prensa de Gutenberg não determinou a crise da Reforma, nem o desenvolvimento da moderna ciência europeia, tampouco o crescimento dos ideais iluministas e a força crescente da opinião pública no século XVIII – apenas condicionou-as. Contentou-se

em fornecer uma parte indispensável do ambiente global no qual essas formas culturais surgiram. (LÉVY, 2010).

É nessa perspectiva que compreendemos o surgimento e fortalecimento de uma nova cultura, não só no ciberespaço, mas em todas as dimensões da vida. Esse processo se acentua a cada dia, com a criação de novas TICs e com sua utilização nos contextos e situações mais diversas. A internet, o ciberespaço e as redes sociais virtuais constituem uma realidade com potencial de favorecer grandes implicações na vida de toda a humanidade.

A cada dia que passa surgem inovações de todos os tipos no campo das tecnologias da informação, não só pela ação das grandes empresas e corporações do mundo tecnológico, mas, de um modo especial, pela engenhosidade de jovens usuários espalhados em todo o mundo, que se tornaram produtores de conteúdos de todas as naturezas (CASTELLS, 2011).

Aparelhos como *smartphones*, *tablets*, *ultrabooks* são lançados em períodos cada vez mais curtos, com novas funcionalidades e capacidades de armazenamento e processamento cada vez maiores. Os preços elevados e a velocidade com que as novas tecnologias chegam ao mercado fazem com que a grande maioria da população mundial não consiga consumir os produtos mais atuais. Um grande número de pessoas é deixado às margens das benesses possibilitadas pela criação de novas TICs. Em muitos casos, a revolução tecnológica no campo da informação e comunicação pode não apenas consolidar as desigualdades sociais já existentes, mas aprofundá-las, já pode elevar o “distanciamento cognitivo entre aqueles que já convivem com ela e os que dela estão apartados” (SILVEIRA, 2001 p. 16).

Trivinho (2011), por sua vez, reflete sobre as contradições sociais no atual cenário de cibercultura. Os *dromoaptos ciberculturais*, como diz o autor, seriam aqueles que possuem a capacidade de acompanhar financeira e cognitivamente os avanços e novidades do mundo tecnológico. Em contrapartida, os *dromoinaptos ciberculturais* são os excluídos, os que não possuem as condições de acesso às senhas *infotécnicas* (recursos financeiros e conhecimento cognitivo) para manterem-se atualizados nessa realidade. Com a excessiva velocidade com que o mundo tecnológico se modifica e se atualiza nos dias de hoje, mesmo os indivíduos nele inseridos vivem em estado de *dromoinaptidão permanente*, ou seja, passam da inclusão à exclusão em períodos cada vez mais curtos, pela criação de novos aparelhos, que exigem novos conhecimentos e investimentos financeiros cada vez mais altos (TRIVINHO, 2007).

É importante registrar, nesse sentido, os esforços feitos por governos em todas as esferas e pela sociedade civil para minimizar os efeitos dessa nova exclusão social. Diz Tauk Santos (2009, p. 26), que a garantia do acesso à informática se tornou um item indispensável ao exercício da cidadania, tanto quanto do direito à educação e saúde. E isso se traduz numa

enorme variedade de projetos de inclusão digital desenvolvidos em todas as esferas da administração pública, bem como de empresas e organizações não governamentais.

1.2.2 Redes e sociais e ciberespaço

Antes de refletir sobre as redes sociais formadas no ciberespaço, devemos reconhecer que essas estruturas não são uma exclusividade do mundo virtual. Numa reflexão sobre o desenvolvimento local e as redes sociais, Dowbor (2001) chama a atenção para o caráter democrático e descentralizado que estas possuem. Segundo o autor, a rede opera sempre por um sistema de descentralização do poder, ao contrário dos tipos tradicionais de organização, nos quais o poder se concentra apenas nas mãos de alguns poucos. A situação do poder na rede talvez seja o seu principal caráter distintivo em relação aos demais modelos de organização. A rede é um conjunto dinâmico de elementos por definição já empoderados e que mantêm, entre si, relações isonômicas. Todos partilham o mesmo grau de poder e é isso que confere natureza à rede de rede. Ou seja, só existe rede com o poder diluído (DOWBOR, 2001, p. 29).

Dowbor (2001) ressalta ainda que a formação de uma rede de comunicação potencializa os impactos da informação que circula entre os membros que a compõem, de modo a permitir que cada comunidade possa conhecer o que se faz em outras regiões, municípios, bairros. Esse processo gera o avanço de ideias de uma localidade a outra ou entre os membros de uma comunidade, colaborando para a construção e o fortalecimento dos grupos e atores sociais articulados em rede (DOWBOR, 2001).

De acordo com Gohn (2003), as redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada, que atuam de acordo com objetivos comuns e buscam produzir articulações destinadas a criar resultados positivos e relevantes para a sociedade civil. Para a autora, as redes favorecem o empoderamento⁶ dos atores nela envolvidos. Gohn (2003) afirma que as redes podem ser de diversos tipos: redes de sociabilidade, redes locais, redes ligadas ao associativismo, redes virtuais antiglobalização, redes temáticas, redes geracionais, redes históricas, redes de governança, redes de entidades parceiras, de ONGs, entre outras.

Entre outras questões, Peruzzo (2002) chama a atenção para o surgimento e fortalecimento das chamadas comunidades virtuais. A autora afirma que essas comunidades da era do ciberespaço alteram as dimensões do tempo e do espaço, antes consideradas fundamentais para a realização de um processo comunitário. As comunidades virtuais, cujas

⁶ Para Gohn (2004, p.23), o empoderamento está relacionado a “processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos- os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. O novo processo tem ocorrido, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos.”

relações se tornam possíveis pela comunicação mediada por computadores, podem ser definidas como “agregações sociais que emergem na internet quando um número de pessoas conduz discussões públicas por um tempo determinado, com suficiente sentimento humano para formar teias de relações humanas no ciberespaço” (RHEINGOLD, 1996, p. 4, apud PERUZZO, 2002, p. 6).

Peruzzo (2002) destaca ainda que toda comunidade virtual constitui uma rede, com sentimentos de confiança e compromisso, onde o sentir-se conectado e pertencente a um grupo são importantes fatores de coesão. Contudo, a autora diz que nem toda a rede virtual chega a formar uma comunidade, já que muitas dessas redes do ciberespaço não apresentam características fundamentais para a definição de comunidade: participação; sentimento de pertença; caráter cooperativo e de compromisso; confiança, aceitação de princípios e regras comuns; senso de responsabilidade pelo conjunto; identidades; linguagem comum; entre outros. (PERUZZO, 2002, p. 11).

Os sites de redes sociais, como são categorizados por Recuero (2009) portais como Facebook, Twitter e o Orkut, são definidos como:

Estruturas sociais construídas e modificadas pelos atores através de ferramentas de comunicação proporcionadas pelos sistemas, incluindo-se aí o aparecimento das redes sociais e, aqui compreendidas como grupos de indivíduos (atores). (...)Nesses espaços, são construídas conversações síncronas e assíncronas que têm diferentes efeitos sobre a estrutura da rede social (RECUERO, 2009, p. 122).

A esse mesmo grupo de estruturas sociais Lemos e Lévy (2010) chamam de softwares sociais, ressaltando que eles permitem ampliar as formas de relacionamento entre as pessoas, modificando a esfera pública. Os autores ressaltam que o ciberespaço e as redes sociais virtuais estão expandindo as fronteiras do espaço público onde atuam diversas instituições. Além disso, cada vez mais atividades humanas coletivas se realizam em um “espaço virtual de comunicação integrado a espaço físico efetivo” (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 110). Nessa perspectiva, dizem os autores, aspectos de nossa vida, como o trabalho e o lazer, estão cada vez mais ligados a uma ou mais comunidades e/ou redes sociais.

1.3 Princípios da Política Nacional de Ater

É nesse contexto de mudanças socioculturais em que milhares de extensionistas de todo o Brasil trabalham com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares, e todas as populações beneficiárias da Política Nacional de Ater. Estima-se que 24 mil técnicos da extensão rural estejam atuando em todo o país (MDA, 2010),

entre profissionais das entidades oficiais e das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Em 2010, a PNATER é promulgada como política pública do Estado brasileiro, pela Lei 12.188, juntamente com a instituição do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Na ocasião, a Assistência Técnica e Extensão Rural é definida como um:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, p. 1).

No artigo 3º da Lei 12.188 (BRASIL, 2010, p. 1), o Estado brasileiro apresenta os princípios da Política Nacional de Ater:

I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V – equidade nas relações de gênero, geração e etnia; e

VI – contribuição para a segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2010, p. 1)

A partir dos princípios acima descritos e com o auxílio da reflexão teórica sobre temáticas importantes para a Ater contemporânea, iremos realizar abaixo uma breve discussão que norteará nossa análise sobre as ações de comunicação da Asbraer em seu perfil virtual no Facebook. Neste sentido, acreditamos que os princípios da Pnater são a síntese das preocupações imprescindíveis para a realização das ações de Ater. Nesse propósito, também utilizaremos algumas contribuições do relatório preliminar das propostas aprovadas na plenária final da 1ª Conferência Nacional de Ater (Cnater). No texto que se segue, destacamos a discussão de questões relacionadas à Ater e o desenvolvimento sustentável; Ater e construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; Ater e agricultura de base ecológica; Ater e relações de equidade de gênero, geração, raça e etnia.

1.3.1 Ater e Desenvolvimento Rural Sustentável

A extensão rural contemporânea deve estar atenta às questões ligadas à sustentabilidade do mundo rural, em todas as suas dimensões. Na realidade, a sustentabilidade é um dos maiores

fundamentos não só da extensão rural contemporânea, mas de diversos campos do conhecimento e da atividade humana.

Milanez (2003) questiona a visão economicista do desenvolvimento, ressaltando a necessidade de se pensar o desenvolvimento a partir de novos olhares, especialmente comprometidos com a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida das futuras gerações. O autor define o desenvolvimento sustentável como uma forma alternativa de construção do desenvolvimento de toda a sociedade. Nesse sentido, o autor lembra que o meio ambiente está sujeito às ações antrópicas, tendo sofrido diversas agressões nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, Milanez (2003) critica a perspectiva neoliberal do desenvolvimento, segundo a qual o desenvolvimento econômico e industrial levaria toda a sociedade a progredir. Nessa visão, a ciência e a tecnologia conseguiriam por si só contornar os problemas e agressões que o meio ambiente vem sofrendo crescentemente. O autor faz ainda uma crítica à sociedade consumista em que vivemos, marcada pelo individualismo, pelo egoísmo, pela solidão, pela centralidade na economia e no ter.

Milanez (2003) também ressalta a necessidade de superar certa visão ingênua que alguns têm a respeito do desenvolvimento sustentável, que se baseia apenas em aparências e não questiona os verdadeiros pilares da devastação ambiental. O autor também afirma a necessidade de quebra de paradigmas, de superação da visão parcial do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o primeiro passo a ser dado é uma reformulação e discussão profunda nos valores e costumes da sociedade atual.

Jara (1996) argumenta que o desenvolvimento sustentável apresenta as dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Essa multidimensionalidade apresenta preocupações de várias naturezas, especialmente quanto ao futuro da humanidade; às necessidades básicas de subsistência; à produção e consumo de bens e serviços; ao equilíbrio ecossistêmico e os recursos naturais; às estruturas e práticas decisórias e a distribuição do poder; e à cultura e os valores pessoais.

Para Moreira (2000), o desenvolvimento rural sustentável – compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente – nasce do questionamento ao modelo de desenvolvimento imposto ao mundo rural ao longo do século XX, e que ainda nos dias de hoje exerce bastante influência. Os pacotes da Revolução Verde foram responsáveis por grande degradação socioambiental, em todos os níveis. Segundo Moreira (2000), a atuação de movimentos ambientalistas e o aprofundamento das teorias sobre a compreensão mundo rural colaboraram para a compreensão das questões da biodiversidade no campo, especialmente quanto ao questionamento da Revolução Verde.

Esse questionamento leva em conta a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios, e advoga um novo requisito à noção de desenvolvimento herdada: o de prudência ambiental. Desta crítica emergem tanto os movimentos de agricultura alternativa, como aqueles centrados nas noções de agricultura orgânica e agroecológica, e sugerem as discussões dos impactos da engenharia genética e da utilização de matrizes transgênicas em práticas agropecuárias e alimentares. (MOREIRA, 2000. p. 44).

Caporal e Costabeber (2002) definem a sustentabilidade como a capacidade de um agroecossistema permanecer socioambientalmente produtivo ao longo do tempo, de modo que a recuperação e manutenção dos recursos naturais e da biodiversidade são premissas do desenvolvimento sustentável. Para os autores, independente das estratégias de intervenção a serem utilizadas, é necessário assegurar uma abordagem sistêmica e holística a todos os elementos do agrossistema a serem impactados pela ação do homem.

As preocupações com o meio ambiente ganharam espaço de destaque na 1ª Cnater (MDA, 2012a). O relatório preliminar das propostas aprovadas pela plenária final destaca em diversos momentos a preocupação com a preservação ambiental e o compromisso com as gerações futuras, com o objetivo de fomentar o florescimento de novas formas de lidar com os ecossistemas.

Nesse sentido, a Ater busca articular as diversas políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, “considerando as abordagens territoriais, as especificidade étnicas, o acesso a terra e água” (MDA, 2012a, p. 1). A Ater também se preocupa em “promover, orientar, qualificar, capacitar e garantir o fomento da produção, o beneficiamento, a comercialização e o consumo de alimentos agroecológicos e saudáveis” (MDA, 2012a, p.1), que não utilizem insumos químicos, agrotóxicos, transgênicos, hormônios.

A 1ª Conferência Nacional de Ater (Cnater) também destacou a necessidade de assegurar a realização e divulgação de pesquisas e “ferramentas de reconhecimento e pagamento por serviços ambientais, como incentivo para um modelo de convivência com as riquezas naturais e fomento a iniciativas agroecológicas, agroflorestais e agropastoris”, (MDA, 2012, pp. 3-4).

O relatório final da Cnater – versão preliminar – (MDA, 2012a) também propõe a articulação entre instituições de ensino, pesquisa e extensão junto à agricultura familiar, no sentido da construção e disseminação do conhecimento e de inovações tecnológicas e organizacionais voltados à sustentabilidade. A promoção da agricultura de base ecológica e a orientação quanto à transição agroecológica, bem como a sensibilização para a baixa emissão

de carbono em estabelecimentos da agricultura familiar também devem corresponder a preocupações permanente da Ater contemporânea (MDA, 2012a).

Ainda na direção do desenvolvimento sustentável, é indicada a necessidade de construção de projetos políticos-pedagógicos que tratem da temática ambiental para as instituições de ensino fundamental, médio e técnico e superior. Nessa mesma perspectiva, as instituições de ensino superior voltadas às ciências agrárias, sociais, de saúde e humanas também devem levar em conta, em suas grades curriculares, a diversidade do meio rural e a perspectiva do desenvolvimento sustentável (MDA, 2012a).

Por fim, o destacamos a importância do fortalecimento, fomento e ampliação dos “quintais produtivos em bases agroecológicas”, com a “utilização de alternativas como cisternas calçadão, poços aluvionais, microssistemas de abastecimento de água, barragens superficiais e subterrâneas e outras práticas de convivência com o semiárido” (MDA, 2012a, p. 8).

1.3.2 Ater para a construção da cidadania e democratização da gestão da política pública

A adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar e intercultural tem o objetivo de fortalecimento da cidadania e democratização da Política Nacional de Ater em todos os níveis. Nessa perspectiva, a participação dos agricultores e demais públicos beneficiários deve não só ser estimulada, mas é um requisito fundamental da Ater contemporânea.

Nessa perspectiva, a adoção de metodologias participativas tem como o objetivo o despertar da cidadania junto às populações rurais e públicos prioritários. Nessa concepção, Brose (2004) afirma que esse tipo de enfoque está relacionado à distribuição do poder em nossa sociedade:

Trata-se de poder. De poder para deliberar sobre a deliberação de recursos, de decidir o início e o término das atividades, de beneficiar certos grupos em detrimento de outros. Quando falamos de participação, de enfoque participativo, de métodos participativos, estamos tratando da distribuição do poder em nossa sociedade. Quando debatemos a extensão rural, estamos debatendo sobre o poder no meio rural (BROSE, 2004, p. 11).

Brose (2004, p. 19), ressalta que a adoção do enfoque participativo não deve ser resumido unicamente à adoção de um conjunto específico de métodos, mas deve colaborar para a redução da vulnerabilidade das famílias rurais e fomentar o empoderamento das mesmas. Nessa perspectiva, o autor afirma que a extensão rural deve ser, antes de tudo, “um instrumento

de fortalecimento da capacidade de auto-gestão e inovação permanente das comunidades rurais”.

Nessa mesma perspectiva, Caporal (2005) destaca ser necessária a superação dos princípios do Difusionismo no processo de extensão rural. Para o autor:

Ao contrário dos métodos que geram dependência e alienação, deverão ser adotadas metodologias que possam contribuir para o “empoderamento” dos atores sociais. Estas formas de intervenção devem favorecer o estabelecimento de plataformas de negociação entre técnicos e agricultores que permitam a construção de saberes novos e mais compatíveis com a vida real das populações envolvidas. Estes novos saberes, na prática cotidiana, poderiam ser aqueles conhecimentos sobre a realidade social, ambiental, econômica, cultural e política, onde agricultores e técnicos buscam o “desenvolvimento” (CAPORAL, 2005).

Ao refletir sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar⁷, Sabourin (1999) destaca a importância de elaboração de políticas públicas específicas para o fortalecimento das esferas participativas e de ação coletiva. O autor aponta a importância do convívio, da responsabilidade conjunta, da formação política em grupos, associações ou sindicatos.

Para Sabourin (1999), as políticas públicas deveriam incentivar e fortalecer esses dispositivos coletivos, ao invés de remunerar individualmente cada agricultor. Por meio do apoio técnico, financeiro, educacional, político, organizacional a essas esferas participativas haveria um fortalecimento não só do agricultor familiar em si, mas de todo o tecido social que compõem o universo rural e seus desafios.

Nessa perspectiva, a Ater deve buscar:

Promover e assegurar a participação ativa de todos/as os/as agentes da sociedade civil organizada beneficiária nos espaços de debate, principalmente nos conselhos de desenvolvimento rural, no levantamento e qualificação das demandas, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2012a)

A participação de mulheres, jovens e idosos também deve ser fomentada, no sentido de fortalecer a construção de redes e assegurar a participação desses setores em todos os processos. A formação de membros dos conselhos do desenvolvimento rural e conselhos territoriais, gestores, extensionistas deve ser fomentada em temáticas diversas, para que tanto as equipes de Ater como os próprios públicos beneficiários possam acompanhar seu funcionamento e monitorar as políticas públicas ali desenvolvidas (MDA, 2012a).

⁷ Cazella et al (2009) apontam que a multifuncionalidade da agricultura é tomado como uma espécie de novo olhar sobre a agricultura familiar, que possibilita a interação entre as famílias rurais e territórios na dinâmica da reprodução social. Nessa perspectiva, consideram-se os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. Os autores destacam quatro níveis de análise no enfoque da multifuncionalidade da agricultura: 1) as famílias rurais; 2) o território, 3) a sociedade e 4) as políticas públicas. Pela ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar, a unidade de observação deixa de ser puramente agricultura e passa a ser a família rural, considerada uma unidade social e não apenas unidade produtiva.

A realização de intercâmbios e dias de campo, cursos voltados às comunidades indígenas e demais povos tradicionais, formação de multiplicadores, bem como a sistematização e instalação de unidades de experimentação agroecológicas de interesse coletivo também são apontadas como possibilidades de formação junto aos beneficiários da PNATER, de modo favorecer seu empoderamento e a democratização da Política Nacional de Ater em todos os níveis (MDA, 2012a).

1.3.3 Ater e agricultura de base ecológica

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (MDA, 2010), as 4,3 milhões de famílias que vivem na terra produzem cerca de 70% dos alimentos da cesta básica consumidos pelos brasileiros diariamente. Nessa perspectiva, a manutenção, fortalecimento e apoio à agricultura de base familiar por meio de políticas públicas é um requisito à segurança e soberania alimentar não só dessas populações, mas de todo o país.

Os estabelecimentos rurais da agricultura familiar representam 84,4% das unidades de produção agrícolas do país, apesar de ocupar apenas 24,3% do total de áreas da agricultura brasileira. Além disso, ela ocupa cerca de 12 milhões de pessoas em todo o Brasil, contra apenas 3 milhões de pessoas envolvidas na agricultura não familiar. Nessa mesma perspectiva, enquanto a agricultura patronal atinge os R\$ 358,00 a cada hectare, a agricultura familiar gera R\$ 677,00, sendo 89% mais produtiva. Ao todo, a agricultura familiar correspondeu a 10% do Produto Interno Bruto no ano de 2006, o que corresponde a uma parcela significativa em relação à economia nacional (MDA, 2010).

Mas não só de números se destaca a importância da agricultura familiar. Segundo Wanderley (2009), o modo de vida das famílias da agricultura familiar no Brasil colabora para a manutenção e preservação dos recursos naturais de um determinado território, além das diversas iniciativas em termos de organização social e produtiva. Além disso, a agricultura familiar tem um grande papel na ocupação do mundo rural, ao contrário dos vazios demográficos típicos do grande latifúndio. Wanderley (2009) também enfatiza a crítica socioambiental ao modelo agroindustrial, apontando a agricultura familiar como uma alternativa que ganha importância na contemporaneidade.

É necessário ressaltar que, diferentemente do que apontava a PNATER de 2003, que destacava claramente a Agroecologia como orientadora da transição do modelo convencional para uma nova agricultura, a Política Nacional de Ater promulgada em 2010 aponta para os princípios da agricultura de base ecológica, como caminho voltado ao desenvolvimento de

sistemas de produção sustentáveis. Nesta pesquisa, utilizamos a definição destacada pela Pnater de 2010.

Caporal e Costabeber (2002) fizeram anteriormente uma crítica ao que se convencionou chamar de agricultura ecológica. Segundo os autores, embora se utilize de meios ecológicos, não poluentes, orgânicos, a agricultura ecológica não busca superar todas as dimensões propostas pela Agroecologia. Em muitos casos, a agricultura ecológica reproduz a lógica mercantilista da agricultura tradicional, a conquista cada vez maior por mercados e, não raro, não incluem as famílias de agricultores familiares em todos os seus processos. Para os autores, o uso de insumos de base orgânica, no lugar de insumos químicos, não representa por si uma transformação nos rumos do desenvolvimento rural nos moldes defendidos pela Agroecologia. Os impactos no solo e na natureza podem ser inclusive iguais, a depender de uma série de variáveis.

Em suas reflexões, Caporal e Costabeber (2002) também ressaltam a importância do acesso de qualidade a assistência técnica e extensão rural (ATER) entre agricultores de base familiar, além de crédito e consultorias. Para esses autores, é possível perceber grandes diferenças e contradições entre os que têm e os que não têm acesso a uma ATER que busque a valorização dos produtos limpos e sua inserção em nichos de mercado (2002).

Sabourin (1999) enfatiza que as políticas públicas devem levar em consideração estratégias de fortalecimento dos produtos da agricultura familiar, por meio da conquista e acesso a mercados diferenciados. O autor destaca a possibilidade de valorização de produtos agrícolas e seus derivados a partir de diversas estratégias, como a certificação de origem, além de aspectos culturais, humanos e ambientais. Nesse sentido, diversos produtos podem ter seus valores agregados com ou sem a necessidade de certificação, podendo também ser valorizadas por atenderem a demandas coletivas ou ao interesse geral.

Além de propostas comerciais e de conquista de mercado, Sabourin (1999) destaca as de caráter misto, que envolvem também o apoio e a intervenção pública ou não-governamental. Inserem-se nessa classificação ações como o pagamento por serviços ambientais, a criação de feiras e mercados para produtos agroecológicos, somados ao uso de produtos originários da agricultura familiar locais como merenda escolar.

Alguns programas governamentais tem o objetivo de favorecer a comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2010), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa uma garantia de mercado desses produtos. Dados do MDA estimam que, até o ano de 2010, 764 mil famílias tenham sido beneficiadas pelo PAA, que consiste na compra direta pelo Governo Federal junto

aos produtores. Agricultores familiares, aquicultores, indígenas, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, membros de remanescentes de quilombos, entre outros públicos, já foram atendidos pelo programa. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possibilita a compra diretamente da agricultura familiar. A lei 11.947, de 2009, determina, para esses fins, a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos para alimentação escolar do valor que é repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1.3.4 Ater e relações de gênero, geração, raça e etnia

Segundo a Lei de Ater (Brasil, 2010), a Política Nacional de Ater tem como públicos beneficiários:

I – Os assentados de reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II – Nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários dos programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela lei. (BRASIL, 2010, p.2).

Nessa perspectiva, podemos perceber a amplitude da extensão rural contemporânea, na medida em que cada público desse pressupõe desafios específicos para os agentes e empresas de Ater.

Quanto às mulheres, sua inserção político-econômica constitui um desafio que se apresenta aos promotores da Ater em todos os níveis. Nesse sentido, em consonância com Tauk Santos (2009), acreditamos na inclusão feminina que garanta às mulheres o controle das esferas reais, que passam pelo exercício dos direitos civis, direitos políticos, direitos socioeconômicos, direito à ecologia e à diversidade cultural.

A Ater contemporânea deve atuar de modo a favorecer sua participação política nas esferas dos fóruns temáticos e demais ambientes relacionados às suas realidades. Mais do que isso, a Ater tem o dever de divulgar as políticas públicas destinadas a garantir os direitos das mulheres em todas as suas dimensões. Os agentes de Ater também devem fomentar o debate sobre a divisão sexual do trabalho na propriedade rural, sociedade, família e Estado, com o objetivo de contribuir na socialização do trabalho doméstico. A luta pela garantia de espaços infantis e de creches deve estar presentes nas ações das equipes de Ater, de modo a favorecer “a autonomia das mulheres do campo, da floresta e das águas” (MDA, 2012a, p. 24).

A Ater deve se comprometer com o fortalecimento das iniciativas de cunho socioeconômico realizadas pelas mulheres rurais, ligadas à "produção sociocultural e à segurança, autonomia alimentar e nutricional, hídrica e energética" (MDA, 2012a, p. 20). O

relatório final preliminar da 1ª Cnater (MDA, 2012a) aponta ainda para a necessidade de contratação mínima 30% de mulheres nas equipes de Ater.

A juventude rural também deve ser alvo de ações específicas da Ater. Nessa perspectiva, a extensão rural deve atuar com o objetivo de assegurar que esse grupo geracional tenha acesso às políticas públicas voltadas não só à permanência no campo, mas a processos educacionais formais e não formais e de formação profissional (MDA, 2012a).

Abramovay (2007) ressalta que é importante valorizar a diversidade de atividades e oportunidades presentes no contexto rural, já que boa parte dos jovens rurais pode não optar pela agricultura como alternativa para suas vidas.

O processo de envelhecimento da população economicamente ativa na agricultura é uma expressão clara da natureza não agrícola da pobreza rural: os jovens migram em busca de oportunidades de trabalho fora das regiões em que estão seus familiares com imensa frequência. Não será uma das missões fundamentais da extensão rural trabalhar favorecer a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para ao menos parte destes jovens, cuja possibilidade de realização profissional na agricultura é cada vez menos provável? (ABRAMOVAY, 2007, p. 3).

Faz-se necessário reconhecer que alguns instrumentos de políticas públicas voltados à agricultura familiar e aos públicos beneficiários da Pnater estão se tornando mais abrangentes e complexos, no sentido de atender a demandas cada vez mais específicas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dizem Bonnal e Maluf (2009), vem, ao longo do tempo, buscando superar os limites do crédito agrícola tradicional.

‘Novos’ temas e instrumentos vêm sendo incorporados ao programa, levando a criação de linhas diversificadas de financiamento (mulheres, jovens rurais, agroecologia, Semi-Árido, pesca, florestal, turismo, entre outras) e outras linhas de atuação como nos casos do seguro e da assistência técnica e extensão rural. (BONNAL E MALUF, 2009, p. 96)

Nessa perspectiva, faz-se necessário enxergar o mundo rural em toda a sua complexidade, pois os problemas vividos pelos públicos beneficiários da Ater se apresentam em diversas dimensões. Os agentes e promotores da Ater devem estar presentes nos espaços onde as políticas públicas voltas ao desenvolvimento rural sustentável são debatidas, formuladas, monitoradas e avaliadas. A Ater deve lutar para que as populações beneficiárias sejam atendidas por toda a gama de políticas do Estado brasileiro (MDA, 2012a). A Ater deve, nesse sentido:

Promover a integração de todas as políticas públicas - educação, saúde, igualdade racial, de gênero, orientação sexual, políticas de produção e comercialização, dentre outras - compreendendo a diversidade da agricultura familiar e buscando a redução das desigualdades do meio rural (MDA, 2012a, p. 30).

A Ater deve estar intimamente ligada à luta por políticas de habitação; de educação; saúde; formação política e fortalecimento da participação popular; de crédito e compras institucionais (PAA, Pnae, etc); aquisição de sementes; acesso à água; entre tantas outras.

Junto às comunidades tradicionais, a Ater deve se preocupar, entre outras questões, com a busca por mecanismos de compensação socioambiental. Essas populações devem ser estimuladas a valorizar e fortalecer seus costumes e história, de modo a assegurar o "conhecimento popular já existente e o respeito, preservação, valorização, divulgação, proteção de sua ancestralidade, saberes, culturas, valores e tradições" (MDA, 2012a, p. 15).

A Ater contemporânea também deverá se comprometer com a garantia dos direitos das populações indígenas aos povos indígenas. Nessa perspectiva, a Ater deve fortalecer a articulação de suas instituições promotoras junto à Funai, com o objetivo de diminuir desigualdades sofridas por esses grupos, como também assegurar a formação de profissionais de Ater voltados a esse segmento (MDA, 2012a).

A inclusão das pessoas com deficiência também é uma das preocupações da Ater contemporânea. Nesse sentido, devem ser estimuladas as iniciativas que assegurem a inclusão das pessoas com necessidades especiais no meio rural, especialmente quanto à sua participação e presença nas ações pelos promotores de Ater (MDA, 2012A).

Em seus estatutos a Asbraer se compromete diretamente em participar e influenciar a política de desenvolvimento sustentável, sobretudo, a política pública voltada à Assistência Técnica e Extensão Rural. No capítulo seguinte, buscamos compreender de que forma a entidade buscou desenvolver sua missão institucional nos últimos anos. Nosso propósito é elaborar um panorama de ações, iniciativas e preocupações mais recentes da Asbraer que nos ajudasse a conhecer seu *modus operandi* no cenário contemporâneo da Ater brasileira.

Esse levantamento nos ajudou na realização da análise das ações de comunicação desenvolvidas pela Asbraer em seu perfil na rede social Facebook, que será realizada nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa.

CAPÍTULO II – ASBRAER NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE ATER

O objetivo deste capítulo é o de construir um perfil institucional da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). A preocupação nesta etapa da pesquisa é a de apresentar aspectos institucionais da Asbraer para que possamos compreender a atuação da entidade no cenário contemporâneo da Ater brasileira. Inicialmente, será apresentada a estrutura organizacional e aspectos do funcionamento interno da instituição, bem como informações referentes a seu estatuto social, missão institucional e rotina de trabalho junto às associadas. Em seguida iremos construir um panorama de ações de cunho político-institucional realizadas pela Asbraer na atualidade, que nos permita visualizar suas propostas materializadas no cotidiano do site de redes sociais Facebook. Entre nossas preocupações para esta etapa da pesquisa, destacamos os fóruns de discussão em que a associação buscou participar e exercer influência nos últimos anos, especialmente junto ao Governo Federal e seus ministérios; ao Congresso Nacional - Câmara dos Deputados Senado; e às entidades ligadas a Ater no Brasil. Procuramos conhecer quais propostas, mais relevantes, a Asbraer defendeu no exercício de realizar sua missão institucional no contexto atual da Ater no Brasil.

2.1 A Asbraer no contexto da Ater

A fundação da Asbraer está diretamente relacionada ao fechamento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) pelo governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Por meio da Medida Provisória Nº 151, de março de 1990, transformada posteriormente na Lei Nº 8.029 de 12 de abril do mesmo ano, foi promulgada a extinção do órgão federal que até então era responsável pela articulação e fortalecimento da Ater pública em todo o país. Pela referida lei, diversas fundações, autarquias e empresas públicas foram extintas, como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Fundação Nacional do Cinema Brasileiro (FCB), a Distribuidora de Filmes S.A (Embrafilme), entre tantas outras instituições e órgãos da administração pública federal.

Com a extinção da Embrater, a responsabilidade da Extensão Rural recaí sobre os estados e municípios, que, em muitos casos, não destinaram ou não possuíam os recursos necessários para manter a estrutura organizacional de suas respectivas Ematers. Algumas organizações não governamentais (ONGs) passaram a assumir responsabilidades no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural, no sentido de minimizar a ausência do estado entre as famílias rurais (BRASIL, 2004).

No dia 21 de abril de 1990, dirigentes das instituições estaduais de Ater se reúnem em Brasília e decidem fundar uma associação que buscasse, ao menos, minimizar os efeitos negativos que se seguiram durante anos com a extinção da Embrater. Em 8 de junho, a Asbraer é formalmente fundada, tendo seu estatuto registrado em cartório. Atualmente a entidade está presente em todo o país, por meio de suas 27 entidades associadas - 26 estaduais e 1 distrital (ASBRAER, 2012a). O atual presidente da Asbraer, Júlio Zoé de Brito, embora não mantivesse contatos com a Extensão Rural nesse período, destacou que a fundação da Associação teve o objetivo de manter, ao menos, um espaço de diálogo entre os dirigentes das entidades de cada estado.

Foi naquele momento dos ventos neoliberais, em que se achava que só a iniciativa privada tinha eficiência e que esse serviço teria que ser pago, a onda da terceirização, resolveram fechar a Embrater. (...) Então um conjunto de extensionistas resolveu se organizar para criar a Asbraer, como um ambiente político para que as pessoas que fizessem extensão rural tivessem um fórum pra discutir, propor, se colocar. (BRITO, JÚLIO ZOÉ).⁸

A história da extensão rural tem em seus registros que a década de 1990 foi marcada por um verdadeiro desmonte da estrutura pública de Ater em todo o Brasil. O fim da Embrater foi um duro golpe nas entidades estaduais que realizavam esse serviço junto às populações do meio rural. Inclusive, algumas chegaram a fechar as portas por falta de apoio e financiamento para suas ações.

Nas próximas páginas, conheceremos melhor a estrutura organizacional da Asbraer para, em seguida, construirmos um panorama de suas principais preocupações em relação à Ater contemporânea.

2.2 Estrutura Organizacional e missão institucional

Em seu estatuto social, a Asbraer é definida como uma:

Associação, pessoa jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos os associados (ASBRAER, 2012a, p. 01).

Cada uma das associadas são representadas na Asbraer por seus respectivos dirigentes, os presidentes das entidades estaduais oficiais de Ater. A entidade tem sede própria e foro em Brasília, Distrito Federal.

⁸ BRITO, Júlio Zoé. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro, na sede do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA-PE).

No capítulo II de seu estatuto social, seção I, a Asbraer apresenta seus objetivos sociais, que devem se basear nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência. Os objetivos sociais da Asbraer são:

1. Zelar pelos interesses comuns de seus associados, representando-os junto aos poderes públicos e entidades privadas, de âmbito regional, nacional e internacional, visando ao fortalecimento de suas atividades e ao atendimento de suas reivindicações;
2. Participar e influenciar a formulação da política de Desenvolvimento Rural Sustentável e especialmente da política nacional para a Assistência Técnica e Extensão Rural;
3. Divulgar as atividades realizadas pelos associados, visando à promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no país;
4. Lutar pelo cumprimento e/ou adequação de dispositivos constitucionais que contemplem a dotação de recursos orçamentários para Assistência Técnica e Extensão Rural;
5. Negociar recursos financeiros, junto a fontes alternativas nacionais e internacionais, para fortalecer as atividades da ASBRAER e de seus associados;
6. Promover o intercâmbio com outras associações do gênero;
7. Firmar convênios, contratos ou ajustes, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando a pesquisa de novos métodos ou processos de trabalho, a educação não-formal e o desenvolvimento institucional, direcionados à extensão e ao meio rural;
8. Coordenar, articular e executar programas, projetos e atividades de apoio técnico/administrativo aos associados, individualmente ou em grupo, desde que parte integrante de uma política aprovada pela Assembleia Geral;
9. Promover o intercâmbio de experiências com entidades nacionais e internacionais visando o aprimoramento da ATER brasileira;
10. Promover atividade visando a formação de técnico gerencial e político-institucional profissionais de ATER e agricultores brasileiros de países que mantiver convênio técnico-científico. (ASBRAER, 2012a)

Para a realização de seus objetivos, a Asbraer busca desenvolver uma série de atividades de cunho essencialmente político. A entidade é considerada um fórum de discussão no qual os representantes das entidades estaduais se encontram para compartilhar experiências, dificuldades, bons resultados e, especialmente, construir coletivamente estratégias para a defesa de seus interesses em todas as esferas de poder, especialmente junto ao governo federal.

As preocupações desta pesquisa se concentram, de modo especial, nos objetivos sociais 2 e 3 apresentados acima, que se referem ao compromisso que a Asbraer assume em seus estatutos de participar e exercer influência nas políticas de desenvolvimento rural sustentável,

sobretudo nas políticas de Ater; e também em relação à divulgação das ações de suas associadas, voltadas para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil.

Nessa perspectiva, para a realização de seus objetivos institucionais, a Asbraer busca desenvolver uma série de atividades de cunho essencialmente político. Entre os dirigentes das entidades estaduais de Ater, a Asbraer é considerada um fórum de discussão no qual se encontram para compartilhar experiências, dificuldades, bons resultados e, especialmente, construir coletivamente estratégias para a defesa de seus interesses em todas as esferas de poder, especialmente junto ao Governo Federal.

Abaixo segue a lista das 27 entidades estaduais associadas à Asbraer, iniciando primeiramente pelas organizações que mantiveram em suas siglas institucionais a denominação de Emater, nomenclatura que caracterizou os órgãos estaduais de Ater de todo o país até o desmonte do setor, ocorrido após a extinção da Embrater.

1. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-AC);
2. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF);
3. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RIO);
4. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE);
5. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG);
6. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA);
7. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS);
8. Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER-GO);
9. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB);
10. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER-PI);
11. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater-RN);
12. O Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER-AL)
13. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR);
14. Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO);

A seguir, apresentamos as empresas estaduais de Ater que modificaram nome e sigla:

15. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER-MS);
16. Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP-MA);
17. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI-SP);
18. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER-RR);
19. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA-BA);
20. Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO-SE);
21. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI-SC);
22. Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT);
23. Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE);
24. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER-ES);
25. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM-AM);
26. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP-AP);
27. Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins-TO)

Juntas as 27 associadas da Asbraer são responsáveis pela assistência técnica e extensão rural governamental realizada nos estados de todo o país. Um levantamento feito pela Associação em 2010, apontou que as entidades estaduais agregam cerca de 23 mil funcionários, dos quais 16.600 são extensionistas rurais, que atuavam em cerca de 5.300 municípios da federação. Ainda segundo esse levantamento da Asbraer, apenas “um terço dos estados contam com entidades de Ater estruturadas e com um processo moderno de gestão” e que apenas 30% dos agricultores familiares do Brasil recebiam algum tipo de acompanhamento de Ater por uma dessas organizações (ASBRAER, 2010, p.5).

Na estrutura da Asbraer, cada entidade participante é representada por seus respectivos presidentes nos fóruns, encontros e assembleias. Os membros da Associação têm direito a votar e a serem votados para a escolha da presidência do Conselho Diretor da entidade, cargo hoje ocupado pelo presidente do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Júlio Zoé de Brito, eleito em março de 2011 para um mandato de dois anos.

Os associados também elegem cinco membros para as diretorias regionais Norte, Nortesde, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Estes são escolhidos pelos representantes das entidades do referido regional, por meio do voto direto e secreto. Entre os diretores regionais é escolhido

o vice-presidente do Conselho Diretor, função exercida pelo presidente da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro-SE), Jefferson Feitosa de Carvalho, que também é diretor do regional Nordeste da Asbraer.

Atualmente, o regional Norte tem direção da presidente da Emater-PA, Cleide Maria Amorim de Oliveira. No Sul, ocupa a função o Rubens Ernesto Niederheitmann, da Emater-PR. Na região Centro-Oeste, o cargo é exercido por José Guilherme Tollstadius Leal, presidente da Emater-DF; e no Sudeste, por Marcelo Lana Franco, presidente da Emater-MG. Presidente, vice-presidente e diretores regionais compõem o Conselho Diretor da Asbraer, subordinado à Assembleia Geral, e que tem por função realizar ações que busquem atingir as metas e objetivos propostos pela entidade. Todos esses cargos e funções são eleitos para mandatos coincidentes de dois anos de duração. (ASBRAER, 2012a) A última eleição foi realizada em março de 2011 e resultou na atual direção da entidade.

Cabe também ao Conselho Diretor a promoção do relacionamento da Asbraer com entidades externas, tanto do setor público quanto privado; a escolha do Diretor Executivo da entidade, cargo político, administrativo e técnico relacionado à gestão da entidade; a resolução, em primeira instância, de possíveis dúvidas ou problemas omissos no estatuto social da associação, que devem ser apreciados posteriormente pela Assembleia Geral; a constituição de comissões específicas, permanentes ou temporárias; a proposição do valor das taxas a serem pagas pelas associadas, que deve ser discutida e aprovada pela Assembleia Geral; entre outras atividades (ASBRAER, 2012a).

O estatuto da Asbraer também prevê a escolha de um Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização financeira, patrimonial e contábil da associação. Os membros desse conselho - três titulares e três suplentes - são eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandatos de dois anos coincidentes aos do Conselho Diretor.

É nas Assembleias Gerais, órgão máximo da entidade, que os dirigentes das empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural têm a possibilidade de se encontrar para discutir temas pertinentes à realidade das associadas, à própria Asbraer e ao cenário de Ater no Brasil. O estatuto da Asbraer prevê a realização de duas assembleias ordinárias ao longo do ano, sendo que a primeira delas deve acontecer até o trigésimo primeiro dia do mês de março de cada ano. O documento também enfatiza a realização de assembleias extraordinárias, tantas quantas forem necessárias. Estas últimas podem ser convocadas pelo presidente do Conselho Diretor, pela maioria dos membros do mesmo conselho ou por um quinto dos associados da Asbraer (ASBRAER, 2012a).

O presidente da Abraer, Júlio Zoé de Brito, destacou que a entidade possui um caráter eminentemente político, ressaltando a diversidade de opiniões entre os dirigentes e da realidade vivida em cada entidade estadual. “Evidentemente o Brasil é um país muito diverso (...). E lá (nas assembleias) somos um fórum de discussão que respeitamos a opinião de cada um. E evidentemente tentamos sempre, na medida do possível, construir o consenso”⁹.

Segundo Zoé, um dos temas que está longe de ser consenso entre os presidentes das entidades estaduais de Ater é a adoção da Agroecologia como ciência orientadora na transição entre o modelo tradicional de agricultura para um de base sustentável.

Não existe unanimidade com relação a esse tema. Aí é a realidade de cada estado. Tem companheiros da extensão rural que não querem nem ouvir falar disso (da Agroecologia), companheiros presidentes. A gente respeita. E tem uns que só querem saber disso, eu também respeito. Acho que tem espaço para todo mundo, penso que é uma coexistência durante muito tempo. Dentro da Asbraer, das suas associadas, de longe é uma unanimidade.¹⁰

Apesar de a Agroecologia não ser uma “unanimidade” entre os dirigentes das entidades oficiais de Ater, vale destacar que o documento final preliminar da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, deu grande ênfase a essa perspectiva científica enquanto enfoque a ser adotado para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável no campo (MDA, 2012a). A Cnater foi constituída por um amplo debate sobre a Ater no Brasil, que teve como objetivo elaborar as propostas para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pronater), principal instrumento de implementação da Política Nacional de Ater, em atendimento à Lei Nº. 12.188.

Um dos poucos consensos que uniu a maior parte dos presidentes das entidades estaduais, senão todos, foi a defesa da proposta de recriação de uma entidade nacional nos moldes da antiga Embrater, que buscasse centralizar os recursos destinados à Ater e promover a articulação de entidades comprometidas com sua promoção em todo o país. A criação do Sistema Brasileiro de Ater, o Sisbrater, foi a bandeira defendida com maior empenho pela Asbraer nos últimos anos, sendo defendida em praticamente todos os fóruns dos quais a Associação participou. Essa luta da entidade foi coroada com o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff em março de 2012, da criação de um novo órgão federal voltado ao fortalecimento da Ater brasileira em todos os níveis. Não temos o intuito de afirmar que a criação dessa nova entidade, ainda em fase de debate e formulação, foi fruto exclusivo da luta

⁹ BRITO, Júlio Zoé. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA-PE).

¹⁰ Ibid.

da Asbraer junto ao governo federal. Ressaltamos apenas que a Asbraer buscou dar ênfase em suas ações públicas a essa demanda, discutida e aprofundada pelos representantes das entidades estaduais de Ater nas Assembleias Gerais em fóruns diversos.

2.3 A ação externa da Asbraer: influenciando a política de Ater no país

Em seu estatuto social, no inciso II do artigo 3º, a Asbraer se compromete em “participar e influenciar a formulação da política de Desenvolvimento Rural Sustentável e especialmente da política nacional para a Assistência Técnica e Extensão Rural” (ASBRAER, 2012a, p.1). Nesse sentido, seria possível afirmar que a Associação estaria comprometida em favorecer o desenvolvimento do meio rural nos moldes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), promulgada pela Lei de Ater de 2010? De acordo com o presidente da Asbraer, apesar de atual direção da Associação considerar a Política Nacional de Ater um marco para a assistência técnica e extensão rural brasileira, é possível que as entidades estaduais desenvolvam ações e até políticas que sejam pautadas por outras perspectivas de Ater, que podem se contrapor às propostas da PNATER.

Embora tenhamos a preocupação de que a política é uma diretriz, não pode existir barreiras de que algo possa fugir da política (PNATER) (...) O fato é de que a grande maioria dos recursos de cada entidade estadual vem do próprio estado, que tem suas próprias políticas públicas, não é? E muitas vezes podemos dizer: essa política não está muito de acordo com a PNATER¹¹

Dados da Asbraer destacam que o investimento feito pelo Governo Federal junto às entidades oficiais de Ater representa menos de 10% do total que é financiado pelos estados (ASBRAER; ABER, 2010). De acordo com o presidente da Asbraer, esse fato justifica que cada estado defina que tipo de políticas de Ater deseja implementar. A Associação, inclusive, defende de que cada estado da federação tenha uma política e uma lei de Ater próprias, que estejam de acordo com os interesses das políticas públicas desenvolvidas na esfera estadual.

Nós da Asbraer estamos lutando para que cada estado tenha uma política e tenha também uma lei de Ater. Da mesma forma, estamos defendendo para que cada estado tenha, dentro da respectiva assembleia legislativa, uma célula de apoio, uma frente parlamentar de apoio à assistência técnica e extensão rural, onde você tem a oportunidade de ter audiências públicas para discutir os temas que envolvem essa questão. Como nós temos em nível nacional, ter também nos estados.¹²

Se, por um lado, a proposta de criação de frentes parlamentares estaduais de apoio à Ater poderia favorecer o fortalecimento das entidades governamentais e não-governamentais

¹¹ BRITO, Júlio Zoé. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE).

¹² Ibid.

envolvidas com a temática, pela criação de leis e políticas específicas e com a realização de audiências públicas; por outro, é de se questionar possíveis contradições que surgiriam no caso da criação de políticas e leis de estaduais de Ater que fomentassem práticas de extensão rural que a PNATER buscou superar, como o difusionismo, a supervalorização da dimensão econômica na agricultura familiar, entre outras. Em estados que tivessem em seus legislativos forte presença de representantes da bancada ruralista, ligados ao mundo do grande agronegócio, poderia exercer influência para a criação de políticas e legislação que não contemplasse satisfatoriamente os agricultores familiares e demais públicos beneficiários da Pnater.

Nessa perspectiva, a Asbraer tem dado espaço em sua comunicação institucional à divulgação de experiências em que gestores das associadas no sentido de fomentar a criação de frentes parlamentares estaduais de Ater. Em agosto de 2011, por exemplo, foi noticiada no página institucional da Asbraer (www.asbrae.org.br) a criação da Frente Parlamentar de Agricultura Familiar e Apoio à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina. A formação dessa frente parlamentar contou com participação direta da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri-SC), associada à Asbraer, por meio de seu presidente Luiz Hessmann (ASBRAER, 2011b).

A ação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina segue um modelo baseado na Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, instalada Câmara Federal dos Deputados, no dia 23 de março de 2011, proposta pelo deputado José Silva, ex-presidente da Asbraer. Nessa mesma perspectiva, em junho desse mesmo ano, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) recebeu a visita de deputados estaduais da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Na ocasião, Júlio Zoé discorreu sobre a importância da Ater para o estado e buscou apoio dos parlamentares para a criação de uma possível lei geral de Ater para Pernambuco (ASBRAER, 2011d).

Os exemplos acima demonstram que, mesmo que não haja atualmente uma grande articulação entre as entidades estaduais de Ater e as assembleias legislativas dos estados, no sentido de criação de leis e políticas próprias para a área, há o interesse, fomentado pela Asbraer e por outras entidades, de que esse processo aconteça e se desenvolva.

E é certamente do interesse da Asbraer ocupar esses espaços e neles exercer forte influência para a defesa dos interesses de suas associadas.

2.4 Asbraer e ONGs: entre conflitos e aproximações

As organizações não-governamentais (ONGs) desempenham um papel importante no atual cenário da Ater brasileira. A lei 12.188 de 2010, conhecida como Lei de Ater, estabelece

que as entidades têm a possibilidade de participar das chamadas públicas, modalidade de contratação para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos agricultores familiares e públicos beneficiários pela Política Nacional de Ater, a PNATER. Nesse sentido, elas concorrem junto com as entidades governamentais estaduais, associadas da Asbraer, pela aprovação de projetos e respectiva liberação de verbas. Essa situação tem gerado descontentamento entre os dirigentes das entidades estaduais.

De acordo com o presidente da Asbraer, a partir da criação da modalidade de contratação baseada nas Chamadas Públicas, pela Lei de Ater de 2010 (BRASIL, 2010), começou a haver uma acirramento mais profundo na relação entre ONGs e as entidades estaduais, associadas à Asbraer.

E aí começou o primeiro problema: as Ematers disputando com as ONGs. Eu percebi claramente que isso era um calo de disputa que não é bom para a extensão rural. E nós estamos lutando firmemente para que as entidades (estaduais) não disputem as Chamadas Públicas, porque ficam concorrendo e os caras nos veem como inimigos. E nós não queremos, queremos convergência.¹³

As assembleias da Asbraer têm sido palco para debates sobre essa pauta entre os presidentes das Associadas, que querem uma atenção diferenciada junto ao governo federal de modo a garantir a liberação de recursos sem a necessidade de concorrer nas chamadas públicas. A Asbraer, por meio de seu Conselho Diretor, tem buscado pressionar politicamente o Governo Federal para que essa solicitação dos dirigentes de suas associadas seja atendida.

Hoje esse problema é quase unânime. A gente sempre recebe reclamação de entidade que apresentou projeto, ganhou uma ONG eles não se conformaram. Tem havido raiva, cartas... Esse assunto tem sido muito forte em nossas assembleias. (...) A Asbraer está trabalhando para que se encontre um meio das entidades (governamentais) não participarem das chamadas públicas para evitar um clima de disputa com as ONGs.¹⁴

Em suas Assembleias e nos encontros que participou junto a representantes da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, os representantes da Asbraer têm defendido que 51% dos recursos destinados às chamadas públicas de Ater sejam destinados, obrigatoriamente, às entidades estaduais, sem a necessidade de participação da concorrência com as ONGs. Os outros 49% seriam destinados às entidades não-governamentais, que continuariam a concorrer nas chamadas públicas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (ASBRAER, 2011c).

¹³ BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).

¹⁴ Ibid.

Em encontro realizado, em julho de 2011, que reuniu parte do Conselho Diretor da Asbraer com o então secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir André Müller, os integrantes da Associação afirmaram que entraves na atual legislação dificultam ou até impedem a formação de parcerias entre as entidades estaduais de Ater e as ONGs que atuam nessa esfera. (ASBRAER, 2011c). Na ocasião, os dirigentes da Asbraer apontaram a dificuldade que as entidades estaduais encontravam para atuar em algumas áreas de assentamentos da reforma agrária, por exemplo. A Assessoria de Comunicação da Asbraer registrou, na página institucional da entidade (www.asbraer.org.br), da seguinte forma o encontro entre o Conselho Diretor da entidade e os representantes da Secretaria de Agricultura familiar:

A disputa entre entidades oficiais de extensão rural e as organizações não governamentais nas chamadas públicas é uma das preocupações dos dirigentes das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural. Nesta quarta-feira (20), durante com encontro com o secretário de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir André Müller, diretores da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) insistiram na necessidade de fortalecimento da ATER oficial. O presidente da associação e do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Júlio Zoé de Brito, propôs que 51% das chamadas públicas sejam destinados aos sistema oficial e 49% para as ONGs. (ASBRAER, 2011c).

Além disso, é possível perceber que os problemas entre a Asbraer e suas associadas com as ONGs, ao que parece, não ficam apenas restritos à questão das chamadas públicas ou a problemas relacionados à legislação. Eles também repercutem em outras dimensões da Ater, tanto em questões concernentes à metodologia a ser empregada junto às famílias do campo, como também em relação aos objetivos mais amplos da assistência técnica e extensão rural contemporânea. Segundo o presidente da Asbraer:

Houve um tempo em que companheiros das organizações não-governamentais abominavam as máquinas (o uso delas na agricultura). Querer que o homem seja a força motriz para tocar sua propriedade é um equívoco. O homem que utiliza como ferramenta a enxada e o facão está fadado a chegar aos 60 anos completamente envelhecido (...). Nenhum filho quer continuar fazendo a agricultura como seu pai faz hoje, utilizando apenas seu corpo como máquina. E como produz pouco, tem pouca renda. E como tem pouca renda, hoje temos adolescentes com vergonha de dizer que são filhos de agricultor. Começa a virar sinônimo de que é uma pessoa pobre. As meninas não querem namorar com quem é agricultor. E a gente tem a obrigação de mudar essa cultura. E ela (a mudança) passa pela incorporação de inovações tecnológicas que tragam renda, que se construa vida digna, que se construa felicidade.¹⁵

O depoimento do presidente da Asbraer acima pode nos ajudar a compreender parte dos conflitos entre a Associação das Entidades Estaduais de Ater e algumas ONGs. A incorporação de tecnologias para o aumento da produção e da renda das famílias rurais pode significar a

¹⁵ BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE).

defesa da velha assistência técnica e extensão rural difusionista, combatida com ênfase nos projetos políticos de muitas organizações da sociedade civil. Além disso, ao que parece, o enfrentamento do problema da sucessão geracional na agricultura familiar pela via da incorporação de tecnologias e aumento de renda se contrapõe a políticas de Ater de diversas ONGs, que buscam enfatizar outras dimensões desse processo para além das meramente economicistas.

Por outro lado, segundo o presidente da Asbraer, o clima de conflito entre os sistemas de extensão rural das ONGs e das entidades oficiais já foi mais acirrado em anos anteriores. Hoje a relação entre as ONGs e a Asbraer, destaca Júlio Zoé de Brito, é de mais respeito e diálogo.

Algumas tinham muita raiva da Asbraer. Eu sempre digo: não tenham raiva da gente, pois nós não temos raiva de vocês. Precisamos deixar de olhar nossas diferenças e olhas as nossas convergências, e aí é que a gente vai ser estratégico. Porque se a gente for olhar apenas para as nossas diferenças, estamos construindo um cenário para quem não gosta da extensão rural¹⁶.

O dirigente da Asbraer destaca ainda o papel político exercido pelas organizações não governamentais atualmente e, de um modo particular, nos anos 1990, momento em que a estrutura oficial encontrava-se debilitada nos anos que se seguiram com o fechamento da Embrater.

Durante esse período, esse vácuo, elas seguraram a Extensão Rural, algumas procurando financiamento internacional. Eu tenho respeito pelas organizações não governamentais sérias nesse país, que fizeram principalmente assistência técnica e contribuíram. E principalmente pela Contag¹⁷, que representa milhares e milhares de trabalhadores, que instituíram o Grito da Terra: um movimento político para exigir do Governo Federal políticas públicas e assistência técnica e extensão rural. Eles foram, são e serão protagonistas e parceiros da Asbraer, porque se você não tiver densidade política nas suas ideias elas ficam só para você. Elas precisam ser discutidas, aperfeiçoadas para que elas possam ter musculatura e possam se dar.¹⁸

Ao mesmo tempo em que afirma a importância das ONGs “sérias” para a Ater no Brasil, o dirigente as coloca como parceiras da Asbraer na defesa de ideias e propostas que, em tese, beneficiem tanto as entidades oficiais quanto as não governamentais. Nesse sentido, quando comenta sobre a necessidade de densidade política na defesa de ideias e propostas, o presidente da Asbraer, ao que parece, vislumbra nas ONGs a possibilidade de articulação junto às entidades oficiais na luta por propostas comuns. A luta pela construção de um Sistema Nacional

¹⁶ BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador em 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE).

¹⁷ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

¹⁸ Op. Cit. 2012.

de Ater (Sisbrater) e da criação de uma entidade pública que o coordene – pauta que norteou grande parte das preocupações da Asbraer nos últimos anos, como se discutirá em seguida – certamente é uma das ideias nas quais a Asbraer afirma se colocar ao lado dos movimentos sociais e instituições da sociedade civil.

2.5 O Sisbrater: a proposta que está em pauta

Quando a presidenta Dilma Rousseff anunciou, no dia 28 de junho de 2012, durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, no Palácio do Planalto, em Brasília, a proposta de criação de uma nova agência nacional voltada à promoção da Ater pública em todos os níveis, os dirigentes da Associação das Entidades Estaduais de Ater (Asbraer) viram atendidas uma parte importante de suas reivindicações, defendidas com maior empenho nos últimos anos. A cinco quilômetros do Palácio, os presidentes das entidades estaduais de Ater estavam reunidos na realização da 22ª Assembleia Geral Extraordinária, no Setor Hoteleiro Norte de Brasília, sendo surpreendidos com o anúncio feito pelo Governo Federal (ASBRAER, 2012d) naquele mesmo momento.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, os dirigentes comemoravam os 22 anos da Asbraer, fundada no dia 8 de junho de 1990, exatamente por conta do fechamento da entidade nacional até então responsável pela articulação dos esforços de Ater em todo o país, a Embrater. O anúncio da criação de uma agência ou empresa nacional de Ater, que dias depois foi elevada à categoria de órgão federal pela própria presidenta Dilma Rousseff, foi comemorada como uma vitória da Ater brasileira entre os 25 dirigentes das entidades estaduais oficiais ali presentes, que também destacaram a importância da Asbraer nesse processo.

A assembleia iniciou no dia 28 de junho pela manhã e seguiu até o dia seguinte, contando com a participação de membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA (DATER), da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar do MDA, do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), de organizações não governamentais, entre outras instituições (ASBRAER, 2012c). A criação da nova entidade nacional foi certamente o tema que mais acalorou os debates realizados nos dois dias de encontro.

Ressaltamos novamente que, na presente pesquisa, não temos o intuito de afirmar que a criação do futuro órgão nacional de Ater é obra das ações políticas desenvolvidas pela Asbraer ao longo dos anos. Longe disso, nosso propósito neste estudo é apenas o de mostrar que a Asbraer buscou construir um discurso e uma proposta para esse fim nos últimos anos, levando-

a a espaços políticos e dando sua contribuição para que a futura entidade nacional de Ater se tornasse realidade. Queremos apenas destacar que, nos últimos anos, a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – o Sisbrater –, como convencionou chamar os dirigentes da Asbraer – e de uma entidade fizesse sua respectiva gestão foram preocupações permanentes da Associação nos espaços em que esteve presente e buscou exercer sua missão institucional e influência política.

Nesse sentido, a proposta da Asbraer para o Sisbrater foi sendo amadurecida ao longo dos últimos anos. No início da gestão da atual direção do Conselho Diretor, a ideia que começou a ser discutida era a da recriação da Embrater. Em encontro realizado no dia 6 de junho de 2011, promovido pela Frente Parlamentar de Ater, na Câmara Federal dos Deputados, em Brasília, o presidente da Asbraer defendeu abertamente a proposta de recriação da Embrater, afirmando na ocasião que “não é preciso ter vergonha de lutar por essa ideia de retomada de uma instituição” (ASBRAER, 2011e). Desde os primeiros encontros que participou, a atual direção do Conselho Diretor da Asbraer buscou defender a necessidade de criação de uma entidade que centralizasse os recursos destinados ao sistema de Ater e que, de acordo com o presidente da entidade, encontravam-se pulverizados entre diversos órgãos que compõem a administração federal. Além disso, a Asbraer defendia que essa nova entidade que coordenaria o Sisbrater fosse vinculada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Menos de 15 dias depois desse encontro, em 20 de julho de 2011, em reunião com o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, o Conselho Diretor da Asbraer, representado por todos os seus membros, passou a defender não mais a recriação da Embrater, e sim do Sisbrater. Nesse encontro, o representante da Emater-MG, Marcelo Lana, afirmou que a Asbraer representava todo o país e que a entidade não queria “resgata a velha Embrater”, mas que desejavam, nas palavras do dirigente, “algo novo, que contemple a modernidade” (ASBRAER, 2011f). Nesse mesmo dia, os representantes das entidades estaduais também haviam se reunido para o mesmo propósito com o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir André Müller. Em ambos os encontros os dirigentes se propuseram a apresentar posteriormente um estudo técnico que a Asbraer sobre a possível estrutura da nova entidade.

De acordo com Júlio Zoé, essa mudança de discurso teve um caráter estratégico por parte da direção da Asbraer. O receio dos dirigentes era de que o Governo Federal, as entidades não governamentais e movimentos sociais pensassem que a proposta se tratasse de uma luta que beneficiasse apenas as entidades estaduais: “Começamos a defender a recriação da entidade (Embrater) para coordenar, mas isso começou a parecer corporativismo. Então passamos a

defender um sistema”¹⁹. Evidentemente que se essa proposta fosse identificada – pelo Governo Federal e, especialmente, pelos movimentos sociais e ONGs que atuam no setor – como corporativista, ou seja, preocupada apenas em beneficiar as entidades estaduais associadas à Asbraer, certamente ela perderia força política e poderia ser vista com maus olhos por diversos atores envolvidos no debate da Ater no Brasil.

Ainda em 2011, ao longo do segundo semestre, a Asbraer buscou defender a proposta de criação do Sisbraer nos diversos fóruns que participou, apresentando, inclusive, o estudo técnico com a proposta da estrutura do órgão a ser criado para gerir o Sisbrater. Essa proposta foi apresentada insistentemente ao longo do segundo semestre de 2011, entre outros fóruns de debate, a representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, incluindo Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER – (ASBRAER, 2011h)²⁰; do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA); da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário, além da Subcomissão Especial da Agricultura Familiar da Comissão de Agricultura e da Subcomissão do Leite da Câmara dos Deputados (ASBRAER, 2011g;²¹ ASBRAER, 2011i;²² ASBRAER, 2011j);²³, entre outras instituições e fóruns.

Nas diversas reuniões, audiências públicas, encontros, seminários e eventos que participou, sendo representada por seu presidente, pelos membros do Conselho Diretor ou por diversos dirigentes das entidades associadas a Asbraer buscou sensibilizar e conquistar apoio para a criação do Sisbrater e de uma entidade nacional de Ater entre ministros, secretários e diretores de estado; entre deputados e representantes do Congresso Nacional; entre gestores de entidades públicas, organizações não governamentais e institutos de pesquisa.

Realizada entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2011, em Belém, no Pará, a 41ª Assembleia Ordinária da Asbraer, como não poderia deixar de ser, teve como pauta central a recriação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Entre

¹⁹ BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA-PE).

²⁰ ASBRAER. **Para um Brasil sem miséria, é preciso investir na extensão rural**, Brasília, 16 de setembro de 2011h. Disponível em: <<http://migre.me/diNhk>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

²¹ ASBRAER. **ASBRAER apresenta proposta para um novo tempo de extensão rural**, Brasília, 13 de setembro de 2011g. Disponível em: <<http://migre.me/diN6R>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

²² ASBRAER. **Criação de entidade nacional de ATER é consenso no Congresso Nacional**, Brasília, 8 de dezembro de 2011i. Disponível em: <<http://migre.me/diNot>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

²³ ASBRAER. **Subcomissão aprova proposta do Sisbraer**, Brasília, 13 de dezembro de 2011j. Disponível em: <<http://migre.me/diOFU>>. Acesso em: 7 dec. 2012.

as determinações estabelecidas durante a assembleia, ficou acertado que os dirigentes das entidades estaduais iriam lutar dali em diante para a criação de frentes parlamentares nos seus respectivos estados e municípios. Essas frentes deveriam ter como modelo a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado José Silva, de Minas Gerais, ex-presidente da Asbraer. Foi exatamente nessa comissão e em subcomissões a ela vinculadas que a Asbraer encontrou espaço para apresentar suas propostas e buscar apoio do Congresso Nacional, nas audiências públicas de que participou. Ao todo, 22 das 27 entidades estaduais participaram da 41ª Assembleia Ordinária, chegando a um consenso quanto à estratégia de criação de frentes parlamentares estaduais e municipais de Ater. Segundo texto publicado na página da internet da Asbraer, em 5 de dezembro daquele ano:

O intuito é agregar força política e formar um amplo movimento nacional em favor da criação do Sisbrater. O tema será levado aos encontros municipais e estaduais preparatórios para a Conferência Nacional de ATER, marcada para abril de 2012. Para a direção da Asbraer, esse movimento fortalecerá as entidades nos estados e até mesmo as organizações não governamentais que atuam no setor. (ASBRAER, 2011m).

Ficou acertado ainda entre os participantes da 41ª Assembleia Ordinária da Asbraer de que a proposta a ser defendida pela entidade não iria entrar em concorrência com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), mas sim:

fortalecer a estrutura Dater com ampliação da atual estrutura, a fim de garantir a racionalização dos recursos das diversas rubricas de ATER pulverizados por diferentes e qualificar a ação dos mais de 30 mil extensionistas perante os 3 milhões de agricultores familiares, em 5.500 municípios brasileiros” (ASBRAER, 2011m).

Em 13 de dezembro de 2011, os integrantes das subcomissões de Agricultura Familiar, Extensão Rural e Energias Renováveis e do Leite, vinculadas à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, aprovaram um indicativo ao Governo Federal para a criação do Sisbrater. No dia seguinte, a própria Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário da Câmara dos Deputados também aprova o indicativo ao Poder Executivo para a criação da entidade federal de coordenação do Sisbrater. (ASBRAER, 2011k).

Logo no início de 2012 o Conselho Diretor da Asbraer se reúne em Brasília, Distrito Federal, nos dias 18 e 19 de janeiro, e aponta a criação do Sisbrater e a realização da 1ª Conferência Nacional de Ater (CNATER) como as prioridades na pauta política da entidade para todo o ano (ASBRAER, 2012e). Nesse mesmo encontro, os dirigentes enfatizaram que as entidades estaduais deveriam se esforçar para exercer papel de protagonismo na mobilização e organização das conferências estaduais de Ater, realizadas entre março e abril, que

antecederiam a CNATER, que seria realizada de 24 a 26 de abril de 2012. Nesse sentido, registrou a Assessoria de Comunicação da Asbraer:

De acordo com os dirigentes, as associadas devem assumir a mobilização e a organização das conferências estaduais de ATER, a fim de garantir a participação dos delegados nos cinco eixos temáticos, que orientarão a etapa nacional, marcada para abril, em Brasília. Eles lembraram ainda da importância de cada entidade buscar apoio nos legislativos estaduais e municipais, conforme deliberação da 41ª Assembleia Geral Ordinária, realizada no fim do ano passado, em Belém, para a criação de frentes estaduais e municipais para eliminar a pulverização de recursos destinados às atividades de assistência técnica e extensão rural (ASBRAER, 2012e).

Não cabe nesse trabalho analisar como cada uma das associadas à Asbraer buscou realizar esses objetivos, tanto no que se refere à organização das conferências estaduais, quanto em relação à mobilização dos legislativos estaduais e municipais em torno da criação do Sisbrater. Pretendemos, no entanto, ressaltar que ao menos o Conselho Diretor da entidade traçou essas metas como as prioridades da Asbraer para 2012, buscando, ao longo dos meses que se seguiram, dar visibilidade a essa proposta e conquistar apoios de modo a fortalecer essa pauta em todas as esferas de poder, especialmente junto ao Governo Federal.

Da mesma forma que em 2011, o Conselho Diretor da entidade marcou presença em diversos fóruns de debate de Ater nos primeiros meses de 2012, apresentando em diversas instâncias sua proposta para a criação do Sistema Brasileiro de Ater (Sisbrater). Nesse sentido, os dirigentes da Asbraer participaram de audiências públicas no Congresso Nacional – tanto comissões da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal – e em encontros com diversas organizações, incluindo institutos de pesquisa, sindicatos e movimentos sociais ligados à Ater, como a Contag (ASBRAER, 2012f; ASBRAER, 2012g).

Durante a realização da Conferência Nacional de Ater, em abril, a Asbraer deu ênfase mais uma vez à proposta de criação do Sisbrater. O presidente da entidade, Júlio Zoé de Brito, apresentou logo na abertura da CNATER a pauta que a Asbraer buscou defender com tanto empenho nos últimos meses:

O presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Júlio Zoé de Brito, defendeu a necessidade de criação do sistema que organize os recursos disponíveis para a assistência técnica e a extensão rural. Na abertura da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que ocorre em Brasília, ele lembrou que a Lei Orçamentária da União (LOA) tem R\$ 1,6 bilhão e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi contemplado com R\$ 400 milhões. No entanto, a maior parte desses recursos está pulverizada pelos diferentes órgãos de governo e pela falta de uma coordenação (ASBRAER, 2012h).

Esses dados apresentados pelo presidente da Asbraer na abertura da CNATER vieram de um estudo técnico que a própria entidade realizou para embasar sua argumentação da

necessidade de criação do Sisbrater. O referido esboço apontava que havia cerca de R\$ 1,6 bilhão pulverizados entre diversos ministérios para a assistência técnica e extensão rural no ano de 2012, dos quais apenas R\$ 395 milhões estavam destinados ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER). Além disso, Asbraer calculou nesse estudo que o custo de cada família acompanhada pelos serviços de Ater girava em torno dos R\$ 1 mil por ano, de forma que, contando apenas com os recursos do DATER, somente estariam sendo atendidas cerca de 395 mil famílias rurais, num universo de cerca de 5 milhões de produtores familiares (ASBRAER, 2012f). Na visão da Asbraer, a criação do Sisbrater e de uma entidade para gerenciá-lo favoreceria o melhor aproveitamento desses recursos supostamente dispersos, de modo a fortalecer todo o sistema de Ater no Brasil.

O anúncio da presidenta Dilma Rousseff de criação de um órgão nacional, no final de junho de 2012, soou como entre os dirigentes da Asbraer como uma grande vitória da entidade. Evidentemente, essa proposta contou com a participação de diversos segmentos ligados à Ater em todo o Brasil. Movimentos Sociais, ONGs, entidades de pesquisa, entre diversos outros atores, participaram desse debate e influenciaram para que o Governo Federal anunciasse a criação desse novo órgão, cuja formatação, no início de 2013, ainda estava em processo debate e aprofundamento.

Convidada, no início de julho de 2012, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para fazer parte do grupo de trabalho que estuda a estruturação do novo órgão de Ater, a Asbraer defende que não se restrinja ao atendimento exclusivo dos agricultores familiares, mas que contemple públicos diversos. Segundo o presidente da Asbraer, busca defender a universalização da assistência técnica e extensão rural:

Até porque, como disse a ministra Ideli Salvatti, o MAPA já tem a Embrapa, que é uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura. Apesar do público mais vinculado ao MAPA ser o médio e o grande (agricultores), quando a Embrapa trabalha inovação tecnológica contempla também a agricultura familiar... Então a presidente Dilma não quer uma entidade que seja exclusiva da agricultura familiar, mas uma entidade que trabalhe com todos os públicos. E evidentemente que nós vamos trabalhar com o público do Ministério da Agricultura, com o público da Pesca, com o público do Meio Ambiente, com os perímetros irrigados, que estão vinculados ao Ministério da Integração (Nacional), com todos os públicos. Esse é um perfil que a gente deseja.²⁴

Ainda não se sabe se a presidenta Dilma Rousseff irá sancionar a criação de um órgão de Ater voltado a diversos públicos – como defende a Asbraer – ou que seja exclusivo da agricultura familiar e demais públicos beneficiários da Pnater. Essa discussão ainda está em

²⁴ BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA-PE).

processo dentro do grupo de trabalho encarregado de formatar o futuro órgão de Ater. A Asbraer, por outro lado, afirma se colocar ao lado de movimentos sociais ao compreender que a nova entidade deverá ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que é responsável atualmente pelas políticas públicas de Ater junto aos agricultores familiares de todo o Brasil.

O presidente do Conselho Diretor da Asbraer aponta pelo menos três grupos que tem medido força para ver seus interesses atendidos com a criação do novo órgão de Ater:

Eu diria que tem até três grupos. Política é assim. Tem a senadora Kátia Abreu, pela CNA, Confederação Nacional de Agricultura, que apresentou uma proposta. Ela esteve com a ministra Ideli Salvatti e apresentou. É uma proposta muito distante. Eu nunca esqueci o dia em que chegaram dois assessores dela lá querendo saber o que era Extensão Rural, para você entender como essa é uma proposta frágil (...). Não tem integração com nenhuma representação, nenhuma. Mas de qualquer maneira, respeitamos. Depois tem o MAPA, que geralmente mais vinculado ao empresariado rural, os médios e uma lacuna que nem é agricultor familiar nem é médio-grande, é aquele médio que tá ali quase caindo para agricultura familiar ou subindo. E aí você tem a grande massa que está no MDA. Evidentemente que nós achamos – porque conhecemos as três propostas – que de longe a proposta sustentável é a do MDA. Essa é boa do ponto de vista técnico, do ponto de vista intelectual e do ponto de vista político. Ela foi discutida no Condraf com todos os representantes dos movimentos sociais. Hoje se essa entidade for para o MAPA a zuada dos movimentos sociais vai ser muito grande. Vai pegar fogo em Brasília.²⁵

A criação do novo órgão nacional de Ater ainda está em processo. Até o fim da realização da presente pesquisa ainda não havia uma definição quando ao destino institucional da entidade, nem quanto aos limites de sua atuação. Nosso propósito foi o de ressaltar que a Asbraer realizou esforços em diversas frentes pra que uma nova entidade fosse criada para concentrar recursos e, certamente, favorecer de um modo especial as ações das entidades estaduais de Ater a ela associadas.

Essas ações da entidade, em grande medida, são divulgadas pela Asbraer em sua comunicação organizacional, especialmente em sua página oficial da internet (www.asbraer.org.br) e nos sites de redes sociais virtuais que utiliza, incluindo Twitter e Facebook. É nesses canais de comunicação que a entidade busca dar visibilidade a suas ações e as de suas associadas, na realização de sua missão institucional. É também nesses espaços que a Asbraer apresenta suas propostas e ações políticas, de modo a sensibilizar seus públicos e possíveis parceiros institucionais.

²⁵ BRITO, Júlio Zoé de. Entrevista concedida ao pesquisador no dia 16 de novembro de 2012, na sede do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA-PE).

2.6 Asbraer e a comunicação organizacional

Em maio de 2011, a Asbraer deu início a uma nova fase em sua comunicação organizacional, ao menos no ciberespaço. Foi nesse mês que o novo site da entidade foi ao ar, trazendo consigo uma prática atual e cada vez mais presente em termos de comunicação com diversos públicos de interesse: o uso institucional de redes sociais virtuais. Nessa mesma época que a Asbraer criou perfis nas redes sociais Facebook, Orkut, no microblog Twitter e no compartilhador de vídeos Youtube. Desde então, a equipe de comunicação da Associação vêm se esforçando para manter permanente a atualização dessas mídias sociais como forma de expandir as fronteiras de suas ações e da missão institucional da Asbraer.

É importante compreender que esse esforço de comunicação da Asbraer faz parte de uma realidade dos dias atuais, sendo praticamente uma exigência às instituições que buscam potencializar suas ações de comunicação, dialogar com seus públicos de interesse e promover sua missão institucional na contemporaneidade.

Ao pensarmos as organizações nesses primeiros anos do século XXI, é fundamental levar em conta a emergência dessa nova sociedade e de cenários complexos e flexíveis nos quais elas atuam, brigam para garantir sua manutenção e realizar sua missão e visão e cultivar os valores em que acredita. (KUNSCH, 2006).

Srouf (1998, p. 27) afirma que as organizações tendem a tornarem-se virtuais, não ocupando mais lugares específicos, “porque é mais fácil e mais barato transportar a informação do que as pessoas, através das tecnologias do teleprocessamento e da comunicação”. Essa tendência pode ser observada com o aumento do uso da comunicação online no cotidiano de pessoas e organizações.

Nesta realidade, torna-se imprescindível uma comunicação orgânica, viva e permanente, baseada numa política de integralidade, que leve em conta todas as esferas comunicativas da organização. Kunsch (2006, p. 129) afirma que as organizações contemporâneas “terão que se valer de serviços integrados nessa área, pautando-se por políticas que privilegiem o estabelecimento de canais efetivos de diálogos com os segmentos a elas vinculados e, principalmente, a abertura das fontes e à transparência de suas ações”.

Na página oficial da Asbraer na internet (www.asbraer.org.br) é possível acompanhar notícias da entidade e de suas associadas, além de documentos oficiais, vídeos, entrevistas, informações institucionais sobre a Asbraer e suas associadas, acessar links de entidades parceiras e acessar os perfis das redes sociais virtuais gerenciadas pela equipe de comunicação da Asbraer.

A partir da página virtual da Asbraer é possível clicar em ícones dos sites de redes sociais da referida instituição. O Youtube institucional ainda é um canal de comunicação utilizado com pouca frequência pela Asbraer, com apenas oito publicações realizadas desde julho de 2011 até

janeiro de 2012. Ao que parece, a entidade praticamente deixou de atualizar o seu perfil nesse site de compartilhamento de vídeos, pois a última publicação data de agosto de 2012. Situação parecida acontece com o perfil do site de rede social Orkut da Asbraer que, embora permaneça com link no site oficial da entidade, já não é mais atualizado pela Associação.

No site oficial também é possível que o usuário realize o cadastro de seu e-mail, para receber a newsletter da Asbraer. A newsletter é enviada periodicamente pela entidade para os correios eletrônicos cadastrados, com assuntos de relevância, informes e notícias.

O perfil da Asbraer no Facebook – www.facebook.com/asbraer.brasilia – é certamente a mídia social mais utilizada pela entidade em sua comunicação organizacional, juntamente com o Twitter. Ambos os sites de rede social são atualizados quase diariamente pela assessoria de comunicação da Asbraer, com conteúdos de diversas naturezas.

No microblog Twitter (@asbraerbrasil), que permite a inserção de conteúdos com até 144 caracteres, a Asbraer busca, em geral, links das reportagens já publicadas no site institucional da entidade. A partir de cliques nos links postados no Twitter institucional da Asbraer, o internauta é direcionado, na maioria das vezes, ao site oficial da entidade, onde é possível acessar todo o conteúdo do assunto em questão. A Associação também disponibiliza links de sites jornalísticos com temas que tratam de questões ligadas à Ater, à Agricultura e ao mundo rural. Ao todo, de julho de 2011 a 14 de janeiro de 2013 a entidade disponibilizou 1.047 *tweets*, como são conhecidas as publicações feitas pelo Twitter.

Por fim, o perfil do Facebook da entidade, objeto de estudo da presente pesquisa, também pode ser acessado por meio de link na página oficial da entidade. Criado no fim de maio de 2011, o perfil do Facebook da Asbraer é atualizado quase diariamente pela assessoria de comunicação da entidade, com notícias vinculadas na página da Asbraer e em links de sites jornalísticos com temas ligados ao meio rural, especialmente produção agrícola e a atividades ligadas ao meio rural – pecuária, financiamento, safras, entre outros.

O Facebook é um site de rede social virtual criado em 2003 pelo norte-americano Mark Zuckerberg. No início, o Facebook foi pensado para ser uma rede social exclusiva dos alunos da Universidade de Harvard, mas em poucos meses, devido à grande procura e à engenhosidade de seus inventores, foi ganhando milhares e milhares de novos adeptos por todo o mundo. Depois de Harvard, o Facebook passou a adicionar estudantes universitários dos principais centros de ensino superior dos Estados Unidos. Em seguida, passou a aceitar alunos do ensino médio americano para, na sequência, dar um passo ainda maior com a liberação para pessoas de todas as idades e de quaisquer países (KIRKPATRICK, 2010).

De início, seus criadores idealizaram o Facebook para facilitar o contato entre amigos e pessoas que já se conheciam, por meio do mundo virtual. No entanto, com o passar dos anos, a

ferramenta se tornou uma plataforma que favorece não só as interações em nível pessoal, mas também cultural e, sobretudo, político. De olho no potencial dessa rede social virtual, milhares de pessoas, entidades e organizações de todo o planeta criaram perfis no Facebook para disseminar as mais variadas causas e propostas (KANTER; FINE, 2011). Em pouco mais de oito anos, o Facebook atingiu um bilhão de usuários por todo o planeta, sendo considerado também o maior site de redes sociais no Brasil, com mais de 54 milhões de usuários cadastrados (UOL, 2012).

De olho nesse potencial comunicativo, a Asbraer vem fazendo uso do Facebook na realização de sua missão institucional. Nesta pesquisa, o objetivo é compreender em que medida a Asbraer utiliza o Facebook para a promoção de grandes temas da assistência técnica e extensão rural contemporâneas. Tomamos como base os princípios da Política Nacional de Ater (PNATER), que sintetizam aquilo que o Estado brasileiro aponta como fundamental em termos de política pública de Ater. É preocupação deste estudo compreender até que ponto são contempladas nas ações de comunicação da Asbraer no Facebook as categorias 1) Ater e desenvolvimento rural sustentável; 2) Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; 3) Ater e agricultura de base ecológica; 4) Ater, Gênero, geração, raça e etnia. Também pretendemos analisar se a Asbraer tem feito proveito dos potenciais de comunicação junto aos seus seguidores na referida rede social virtual.

No próximo capítulo realizaremos a análise da rede virtual formada pela Asbraer e seus seguidores, em busca de pistas para compreender até que ponto esse espaço virtual favorece a divulgação das atividades das associadas à Asbraer e a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil.

CAPÍTULO III – A ASBRAER NA REDE SOCIAL FACEBOOK

Neste capítulo vamos analisar aspectos relacionados à rede virtual formada pela Asbraer e seus seguidores/amigos virtuais no Facebook. Nosso objetivo é o de conhecer os *nós* presentes na teia formada entre a Asbraer e seus seguidores, sobretudo para compreender até que ponto os atores presentes nesse espaço possuem vínculos entre si e com a temática da Ater. Também buscamos identificar as possíveis interações entre esses *nós* e a origem das publicações feitas pela Associação em sua Linha do Tempo.

A Asbraer criou seu perfil no site de rede social Facebook no dia 29 de maio de 2011. A primeira publicação feita pela Asbraer em seu mural, intitulada *Conheça o novo presidente da Asbraer*, trazia o link de notícia que apresentava o perfil do presidente do Conselho Diretor da Entidade, Júlio Zoé, eleito em 22 de março de 2012 para o exercício de mandato de dois anos. Ao clicar no link disponível na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, o internauta é direcionado a uma página do site oficial da Associação (www.asbraer.org.br), tendo acesso ao conteúdo completo do texto. Grande parte do conteúdo publicado em seu perfil no Facebook obedece à mesma lógica, especialmente no período de recorte desta pesquisa – março, abril e maio de 2012. A grande maioria dos conteúdos divulgados pela Asbraer nesse site de redes sociais tem origem em publicações de seu site oficial, que em sua quase totalidade são de autoria das assessorias de comunicação das entidades estaduais de Ater associadas à Asbraer.

Kozinets (2002) afirma que é possível obter informações de grupos ou comunidades virtuais para análise da Etnografia Virtual por meio de pelo menos duas possibilidades²⁶. O primeiro caminho de coleta de dados se relaciona às informações disponibilizadas nos perfis de cada usuário da rede. Nessa perspectiva, os perfis do Facebook da Asbraer e de seus contatos mais próximos constituíram uma rica fonte de informações para a presente análise. Como grande parte dos contatos da Asbraer no Facebook disponibilizaram publicamente informações a seu respeito, foi possível identificar dados que nos auxiliou a caracterizar as pessoas, profissionais e instituições que fazem parte da rede de amigos/seguidores da Associação no Facebook. Nesse sentido, o propósito foi o de coletar informações sobre os usuários/nós dessa rede a fim de compreender até que ponto a teia formada pela Asbraer e seus seguidores envolvia efetivamente atores interessados no debate da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

²⁶ “There are at least two important element to this data colection: (1) the data that the researcher diretly collect copies from the computed-mediated communications of on line community members, and (2) the data that the researcher inscribes regarding his/her observation of the community, its members, interactions and meanings. (KOZINET, K.V. **The field behind the screen:** using Netnography for marketing research in on line commutities. 2002).

Essa etapa de investigação proporcionou um conhecimento mais aprofundado a rede virtual formada por pessoas, instituições e grupos que seguem a Asbraer no Facebook.

A outra forma de coleta de informações em comunidades e grupos virtuais, a que Kozinets (2002), se referiu está ligada às práticas comunicacionais realizadas entre os atores envolvidos. Desta forma, os conteúdos publicados pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook, bem como as possíveis publicações feitas pelos seus seguidores neste mesmo espaço e, sobretudo, as interações – comentários, compartilhamentos de conteúdo, manifestações de aprovação ou reprovação, possíveis debates – foram objeto das preocupações dessa pesquisa.

Primeiramente realizamos a caracterização descritiva da rede social virtual em que a Asbraer se insere no Facebook. Em seguida, construímos uma análise das ações de comunicação da organização, com o objetivo de identificar até que ponto elas se aproximam das propostas estabelecidas nos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

3.1 A teia virtual da Asbraer no Facebook

A caracterização da teia social mediada por computadores formada pela Asbraer - www.facebook.com/asbraer.brasilia - e seus amigos/seguidores nos ajudou a compreender até que ponto os atores presentes nessa rede tem ligações ou interesses voltados, sobretudo, à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Ao todo, a Asbraer contabilizou 298 seguidores até o dia 19 de dezembro de 2012, último dia observado durante o período de coleta das informações utilizadas nesta pesquisa. No entanto, como nossas preocupações se centraram nas ações de comunicação da Asbraer nos meses de março, abril e maio de 2012, tivemos que realizar um esforço para identificar os seguidores/nós que compunham a rede virtual da Asbraer no Facebook no referido período estudado: março, abril e maio de 2012. Isso se deve ao fato de que, nos meses que se seguiram ao período analisado, a Asbraer ampliou sua rede de contatos em dezenas de novos seguidores. Tivemos a cautela de excluir aqueles nós/seguidores que foram adicionados pela Asbraer em sua rede entre junho e dezembro de 2012, pois esses novos amigos virtuais não estavam presentes no momento em que a Associação publicou em sua Linha do Tempo os conteúdos aqui analisados. Embora os mesmos pudessem acessar essas publicações e com elas interagir, já que a comunicação mediada por computadores tem como característica a assincronia, como diz Tauk Santos (2009), podendo ser acessada por qualquer usuário na hora que este desejar, no entanto, as chances de interação diminuem na medida em que não foram enviadas às páginas pessoais dos novos seguidores da Asbraer pelo sistema do

Facebook, o que aconteceu com quem já fazia parte da rede no momento em que elas foram postadas.

Dessa forma, até fins de maio de 2012 a Asbraer possuía 201 seguidores em sua rede no Facebook. Desses, conseguimos acessar o perfil de 183, dentre os quais identificamos 26 que não foram considerados nesta pesquisa pelo fato de estarem inativos, ou por não possuírem nenhuma ligação entre si ou com a temática da Ater. Ao todo, 157 contatos foram objeto de nossa análise netnográfica da teia virtual formada pela Associação e seus seguidores.

Num primeiro momento, tivemos a preocupação em estabelecer as possíveis ligações entre os perfis presentes entre os seguidores da Asbraer. Isso nos auxiliou na descrição da rede e a perceber os possíveis interesses desses atores nas temáticas trazidas pela Asbraer em suas postagens de sua Linha do Tempo. De uma forma geral, identificamos pelo menos três grupos com perfis relativamente próximos, especialmente quanto à formação e atuação profissional. O primeiro grupo a ser descrito levou em conta os profissionais que afirmaram em seus perfis possuírem vínculos com as Ciências Agrárias. O segundo grupo, destacamos os perfis que se identificaram com as Comunicações Sociais. O terceiro grupo envolveu as instituições e entidades que seguem a Asbraer. Por fim, delimitamos um grupo de perfis em que não foi possível identificar possíveis vínculos com as preocupações desta pesquisa, seja por que em suas configurações de segurança não permitiam a observação de pessoas que não tivesse vínculos virtuais com os mesmos, ou por que tratavam-se de perfis inativos. Estes não foram levados em consideração nesta análise.

Não é objetivo do presente estudo a realização de uma análise voltada ao conjunto de contatos e seguidores vinculados ao perfil da Asbraer no Facebook, já que esse processo fugiria dos propósitos de nossa pesquisa: analisar as ações de comunicação da Associação nesta rede virtual. Vale lembrar que cada um dos 201 seguidores que a Asbraer possuía em sua rede virtual nessa plataforma constitui pessoas, grupos instituições com histórias próprias, formações pessoais e profissionais distintos, ideais políticos específicos e, sobretudo, utilizam seus perfis virtuais no Facebook cada um à sua maneira. Alguns perfis possuem milhares de outros contatos, que corresponde a uma rede secundária que a própria Asbraer pode atingir direta ou indiretamente e influenciar com suas ações de comunicação. Seria inviável, para os fins desta pesquisa, que nos comprometêssemos em realizar uma análise mais crítica de toda essa rede de contatos. Nosso objetivo nesse momento da análise era o de construir um panorama descritivo da rede social virtual formada pela Asbraer e seus amigos, a fim de identificar possíveis atores/nós com interesse e vínculos no debate da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) ou que fossem sinais, ao menos, de fortalecimento dessa rede.

3.1.1 O mundo rural na rede da Asbraer

Navegar por entre os perfis dos seguidores da Asbraer no Facebook a fim de encontrar possíveis ligações entre os internautas ali presentes nos ajudou a perceber a diversidade ali existente. Entre os perfis pessoais, que correspondiam a pessoas físicas, encontramos uma vasta variedade de profissionais, que atuam nas mais diversificadas entidades em todo o país. Encontramos diversos deles em que seus proprietários publicaram como informação pública suas formações profissionais, as organizações em que trabalham, os estados e cidades da federação em que vivem, seus vínculos com o debate da Ater, entre outras questões.

Dos 183 perfis que conseguimos acessar entre os amigos virtuais da Asbraer, pelo menos 49 identificaram-se como profissionais com formação em Ciências Agrárias ou áreas afins. Entre esses, identificamos 16 perfis que se definiam como engenheiros agrônomos, 14 como técnicos agrícolas ou agropecuários, 4 como médicos veterinários, 2 como zootecnistas, 4 como extensionistas rurais – sem identificarem a formação acadêmica –, 3 pós-graduados em áreas afins, 1 graduado genericamente em ciências agrárias, 3 estudantes de graduação – dois de agronomia e um sem definição específica – 1 especialista em direito ambiental e 1 engenheiro ambiental. Entre esses profissionais, nove afirmaram publicamente em seus perfis trabalharem como extensionistas rurais, sendo quatro vinculados à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA); dois à EMATER do Estado de Minas Gerais; um à EMATER do Piauí; um ao Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE); e um não declarou vínculo empregatício, mas informou em seu perfil que trabalha em São Luís do Maranhão.

O número de extensionistas rurais pode ser ainda maior do que os nove que se auto identificaram como tal, já que parte dos agrônomos identificados e, sobretudo, dos técnicos agrícolas e/ou agropecuários apenas divulgaram suas formações acadêmico-profissionais em seus perfis, sem destacarem os cargos que ocupam e a respectiva organização de trabalho. A identificação dos profissionais das ciências agrárias é de grande valia para este estudo na medida em que estes podem ser interlocutores qualificados da Asbraer no Facebook, por meio da interação com as publicações realizadas, pelo compartilhamento de conteúdos, ao realizarem comentários e críticas aos conteúdos postados, entre outras formas de interação.

Vale ressaltar ainda que esses profissionais residem e trabalham em cidades distintas em diversas partes do Brasil. Entre os 49 seguidores da Asbraer que afirmam em seus perfis serem oriundos das Ciências Agrárias ou afins, onze residem em cidades do estado de Minas Gerais, outros nove em Pernambuco, sete no Pará, três em Mato Grosso, três no Maranhão, dois no Distrito Federal, dois na Paraíba e um em cada um dos seguintes estados: Alagoas, Piauí,

Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins. Apesar da diversidade geográfica desses profissionais, cabe salientar que apenas 13 dos 27 estados da federação não tiveram presentes nenhum profissional das Ciências Agrárias ou afins na rede formada pela Asbraer e seus seguidores.

Além disso, o número de contatos diretos que a Asbraer possui com esse perfil de internauta ainda é substancialmente pequeno, considerando os potenciais de interação permitidos pelo Facebook e, sobretudo, lembrando que em todo o país mais de 16.600 mil extensionistas rurais estão diretamente ligados às organizações estaduais de Ater (ASBRAER, 2010).

Identificamos também entre os contatos da Associação um grupo diverso de profissionais que atuam nas entidades estaduais associadas à Asbraer, especialmente no quadro administrativo e gerencial das entidades. Ao todo, 19 seguidores da Asbraer no Facebook se enquadram nesse perfil, dos quais encontramos pelo menos uma presidente de entidade estadual (EMATER-PA); o diretor executivo da Asbraer; quatro assessoras de comunicação social (três do IPA-PE e uma da EMATER/PB); duas secretárias (IPA/PE e EMATER-MG); uma pesquisadora (IPA-PE); um assistente administrativo (EMATER-MG); um servidor ligado ao setor de licitação (IPA-PE); uma nutricionista (IPA-PE) e seis profissionais que não indicaram em seus perfis os cargos que ocupam, sendo dois do IPA-PE, dois da EMATER-MG e dois da EMATER-PA. A presidente de entidade estadual em questão é Cleide Amorim de Oliveira, que ocupa a presidência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA).

Gestores e funcionários administrativos das entidades estaduais de Ater correspondem a um público que também poderia ser do interesse da Asbraer em suas ações de comunicação no Facebook. À medida em que grande parte ou a quase totalidade das publicações postadas pela Associação – como se verá adiante – são oriundas das próprias assessorias de comunicação das entidades estaduais de Ater, que buscam divulgar as ações das mesmas. No entanto, o número reduzido desses profissionais e sua pouca diversidade geográfica – reduzida praticamente aos estados de Minas, Pernambuco e Pará – deixam transparecer que a Asbraer ainda está longe de atingir uma parcela significativa desse público, espalhado por todo o Brasil e certamente engloba milhares de trabalhadores. A própria Asbraer (2010) afirma que cerca de 23 mil profissionais estão vinculados diretamente às entidades estaduais de Ater a ela associadas, dos quais cerca de 16.600 são extensionistas rurais e os demais ligados a cargos administrativos.

Por fim, a grande ausência, senão a maior, é a de pessoas que se identificam como agricultores familiares, jovens e mulheres do campo, populações ribeirinhas, quilombolas, populações extrativistas, indígenas e demais grupos atendidos com exclusividade pelas ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Apenas três pessoas identificaram em seus perfis que são agricultores. Um deles, residente na cidade de Santa Helena de Goiás, faz ensino superior – em área não divulgada – e teceu, em julho de 2012, uma crítica sobre as condições dos agricultores em seu próprio perfil no Facebook: “Dia 28 de julho dia do agricultor...Vamos comemorar ou lamentar?? A sociedade urbana e seus representantes desrespeita quem coloca alimentos nas mesas.” Outro agricultor reside em Natal, Rio Grande do Norte, e também é professor e analista de sistemas. Por fim, o terceiro e último a se afirmar agricultor em seu perfil do Facebook nasceu em Garanhuns, Pernambuco, formou-se técnico agrícola pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, e mudou-se no início de 2013 para a cidade de Brasnorte, no Mato Grosso do Sul, onde passou a exercer sua atividade profissional. Esse jovem, de 18 anos, utiliza o Facebook para como meio de expressão. Em seu perfil nesse site de redes sociais, assim este jovem se define: “sou uma pessoa simpática, gosto da minha cultura da Roça, prego isso sem vergonha! Jovem do Campo! O sistema nos oprime, nosso esforço nos elevam”.

3.1.2 Entidades e organizações na rede da Asbraer

Na rede formada pela Asbraer e seus seguidores, conseguimos catalogar ao todo 34 perfis de institucionais, entre entidades de Ater, ONGs, empresas, associações, sindicatos, entre outros. Apesar de o número de perfis de instituições não ser tão elevado, há uma diversidade substancial entre cada uma delas, sob diversos aspectos. Em geral, as entidades ligadas a grupos de agricultores familiares ou demais públicos beneficiários da PNATER são minoria, quase inexistentes na rede virtual de amigos da Asbraer. Uma das poucas presentes nesse espaço, a Associação dos Pequenos Produtores Rural do Córrego de Três Pedras, município de Ouro Verde de Minas, em Minas Gerais, criou um perfil no Facebook - [facebook.com/pequenosprodutores.rurais](https://www.facebook.com/pequenosprodutores.rurais) – exatamente para divulgar as ações realizadas pelos agricultores e, sobretudo, para buscar parcerias e apoio de pessoas e instituições. Na definição que há no perfil do Facebook sobre a associação, os gerenciadores da página explicam o porquê de estarem presente nas redes sociais:

Ao longo dos anos a associação vem lutando em busca de fomentos para o desenvolvimento sócio econômico desta comunidade e das comunidades Norte e São Roque ao entorno. Sem muito sucesso e apoio. Mas nunca vamos desistir de lutar, um dia nós pequenos produtores poderemos realizar alguns de nossos pequenos sonhos. Por isto criamos nosso facebook para que as pessoas possam ver nosso sofrimento e

realidade, talvez através das redes sociais podemos mobilizar e sensibilizar os políticos e os órgãos competentes numa parceria. Pois existem projetos nossos que já caducaram, como um trator agrícola, um caminhão para que possamos trabalhar em nossas terras. Quero fazer meu apelo aqui nas redes sociais se alguém conhece algum canal ou órgão estadual ou federal, por favor nos comunique. (RURAI, 2012).

Ao todo, a Associação dos Pequenos Produtores possuía até dezembro de 2012 mais de 2.100 contatos, entre amigos virtuais e assinantes de suas publicações. Nelas, a entidade costuma disponibilizar fotos de reuniões, encontros, e de atividades diversas, como a da cavalgada realizada pelos agricultores por ocasião do aniversário da associação, em 19 de maio de 2012. Além dessa entidade, o perfil Arruda São Pedro destaca as ações da Associação Rural Municipal de São Pedro da União, de Minas Gerais, que congrega pequenos produtores de café dessa região. No Facebook, essa associação possui mais de três mil contatos virtuais em seu perfil. Com feição parecida a essas entidades, identificamos também os perfis virtuais do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), seção Canoinhas, Santa Catarina, vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do São Francisco (Accosf), de Juazeiro, Bahia; da Associação dos Apicultores de São José dos Ramos, Paraíba.

Embora esses perfis sejam uma parte pequena no número total de seguidores da Asbraer, eles representam uma possibilidade de comunicação da entidade com grupos de agricultores familiares e suas representações. Ao agregar centenas e até milhares de contatos, esses perfis de entidades rurais poderiam constituir uma ponte entre a Asbraer e a realidade de muitas comunidades. No entanto, o que percebemos, é que essas possibilidades foram pouco aproveitadas no período analisado, já que em nenhum momento registramos interações, diálogos, compartilhamentos, questionamentos, nem interações de qualquer natureza entre a Asbraer e essas entidades citadas. Não foi registrado na linha do tempo da Asbraer nem dessas associações e sindicatos ações de comunicação em comum, ou seja, não houve qualquer tipo de interação no período analisado.

Além dessas entidades, registramos também perfis de organizações que trabalham pela conscientização do consumo consciente e respeito ao meio ambiente, como é o caso da organização Brasil Ecológico - [facebook.com/brasil.ecologico](https://www.facebook.com/brasil.ecologico) –, que produz camisetas a partir do reaproveitamento de garrafas PET. Já a Preserva Mundi – [facebook.com/preserva.mundi](https://www.facebook.com/preserva.mundi) – define-se como uma empresa que trabalha junto a comunidades ribeirinhas de São João de Pirabas, no Pará, por meio do plantio e beneficiamento de produtos orgânicos, especialmente de uma planta conhecida como Neem, utilizada para fabricação de produtos medicinais e até de um tipo de adubo orgânico. A entidade divulga sistematicamente mensagens voltadas à

preservação ambiental, contra a utilização e agrotóxicos, sensíveis a uma agricultura de base agroecológica, entre outras. Presentes na rede virtual da Asbraer no Facebook, a Brasil Ecológico e a Preserva Mundi agregam juntas em suas próprias redes virtuais mais de 11 mil contatos virtuais em seus perfis. Essa rede secundária também pode ser alcançada pelas ações de comunicação da Asbraer, por meio de compartilhamento de conteúdos, trocas de informação, interações, entre outras formas. No entanto, não identificamos comunicações conjuntas, interações, diálogos, compartilhamentos de conteúdo, entre a Asbraer e essas entidades. A construção da inteligência coletiva, de que fala Lévy (1999), não se realizou entre esses perfis citados.

Numa outra perspectiva, o agronegócio e o comércio ligado ao mundo rural tem um espaço significativo na rede virtual da Asbraer no Facebook. Empresas diversas apresentam seus produtos nesse site de redes sociais com o objetivo de fortalecerem suas imagens institucionais, principalmente, conquistarem novos consumidores. Estão presentes na rede social virtual da Asbraer no Facebook empresas que atuam no ramo de venda de tratores e máquinas agropecuárias – [facebook.com/grupo.triama](https://www.facebook.com/grupo.triama) –; de selas para montaria – [facebook.com/selariaestradaareal](https://www.facebook.com/selariaestradaareal) –; de melhoramento genético de animais – [facebook.com/nelore.santabeatriz](https://www.facebook.com/nelore.santabeatriz) –; de fabricação e venda de motosserras – [facebook.com/unai.motoserra](https://www.facebook.com/unai.motoserra) –; de comercialização de alevinos para grandes criadores – [facebook.com/piscicultura.multipeixes](https://www.facebook.com/piscicultura.multipeixes) –; de organização de leilões de grandes animais – [facebook.com/minasgerais.leiloes](https://www.facebook.com/minasgerais.leiloes); entre outras instituições. Embora ligadas ao meio rural, certamente boa parte dessas organizações representam uma perspectiva completamente diversa da que é apresentada pela Política Nacional de Extensão Rural (PNATER) para o desenvolvimento do campo, que busca promover a melhoria de qualidade de vida a partir de um olhar não meramente econômico, mas que contemple outras dimensões.

Um perfil que chamou nossa atenção entre os que estão na rede de amigos virtuais da Asbraer é o Paz No Campo - [facebook.com/paz.nocampo](https://www.facebook.com/paz.nocampo), com residência em Brasília, Distrito Federal. Aparentemente tínhamos a impressão de que se tratava de um perfil virtual ligado a movimentos sociais ou entidades não-governamentais vinculado à luta pela efetivação dos Direitos Humanos e preservação ambiental. No entanto, uma visita ao referido perfil fez com que percebêssemos que se tratava de uma entidade ligada ao universo do agronegócio e de grandes empresários do campo. Em sua linha do tempo, o perfil *Paz No Campo* traz publicações que tratam, por exemplo, do aquecimento global como uma grande farsa que atrasa o desenvolvimento da Amazônia. Em outras publicações, movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), são geralmente criminalizados em algumas

publicações feitas por esse perfil. A paz no campo pregada por esse perfil, ao que parece, é vista a partir dos olhos dos grandes produtores rurais do país.

Por fim, registramos a pequena ou quase nula presença entre os contatos virtuais da Asbraer no Facebook das entidades estaduais de Ater. Apenas duas entidades estaduais – EMATER-PB E EMATER-MG – estiveram presentes na rede social virtual da Asbraer no Facebook, e mesmo assim por meio de escritórios regionais. Em relação à EMATER-PB, o perfil virtual encontrado era o da microrregião de Itaporanga, localizada no sertão paraibano. Em Minas Gerais, a EMATER-MG da cidade de Passos é quem tinha um perfil virtual vinculado à rede da Asbraer no Facebook. Essa pouca presença das entidades entre os contatos virtuais da Asbraer efetivamente enfraquece a formação de uma rede institucional de troca e compartilhamentos de conteúdos sobre ações de Assistência Técnica e Extensão Rural. Num breve levantamento que realizamos, nos sites institucionais das entidades estaduais de Ater e por meio das ferramentas de busca do Facebook, identificamos que pelo menos 14 das 27 associadas possuem perfis ou páginas no Facebook²⁷. Entre essas, destacamos as EMATER do Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rondônia, além do IPA-PE, INCAPER-ES, e EPAGRI-SC. A Asbraer pode buscar interagir com esses perfis ou páginas, de modo a favorecer suas ações de comunicação e de suas associadas para a promoção da Ater nesse ambiente virtual.

3.1.3 Comunicadores na rede virtual da Asbraer

Profissionais e instituições ligadas à Comunicação Social marcaram presença significativa entre os contatos diretos da Asbraer no Facebook. Ao todo, do 201 amigos virtuais que a Associação registrava até fins de maio de 2012, 40 perfis virtuais se relacionavam a jornalistas, assessores de comunicação, publicitários, estudantes da área e veículos de comunicação das mais variadas naturezas. A forte presença desse tipo de público se justifica, aparentemente, pelo fato de que por meio do perfil institucional da Asbraer é possível acessar grande número de informações de diversas partes do país que relatam experiências de Ater nos mais diferentes contextos e localidades. O fato de o perfil virtual da Asbraer no Facebook ser gerenciado por uma equipe de comunicação – uma única jornalista, na verdade – para o

²⁷ O Facebook oferece duas possibilidades para a criação de perfis. Uma delas é voltado ao uso pessoal. No entanto, muitas organizações acabam utilizando desse caminho ao ingressarem nessa rede virtual. A outra possibilidade são as páginas ou *fan pages*, destinadas à utilização por empresas e organizações. Além de algumas diferenças em termos de funcionalidades, as relações que esses dois tipos de mantém com seus contatos também é definida de forma diferente. Os contatos dos perfis pessoais são os “amigos virtuais”. Já os contatos das *fan pages* são chamados de fãs ou seguidores. A Asbraer utiliza o que seria um perfil pessoal para desenvolver suas ações de comunicação, o que, em tese, contraria as normas de utilização do próprio Facebook (FACEBOOK, 2012). No entanto, a utilização de perfis pessoais por organizações é corriqueira entre os usuários da referida rede virtual.

cumprimento da missão institucional da organização certamente colabora para o registro de outros profissionais e veículos da área. É uma via de mão dupla que pode ser estabelecida: de um lado, jornalistas e veículos de comunicação recebem notícias e informações de uma fonte oficial e que veicula conteúdos regularmente; de outro, a Asbraer poderia ver aumentadas as chances de divulgar suas próprias iniciativas e as de suas associadas.

Entre os 40 perfis de comunicadores presentes na rede social da Asbraer no Facebook, 22 eram de repórteres, produtores de veículos diversos ou de assessores de comunicação em geral, sem vínculos diretos aparentes com instituições ligadas à Ater ou ao meio rural. Chamou nossa atenção o fato de que entre esses 27 profissionais, 23 informaram em seus perfis residir ou trabalhar em cidades de Pernambuco, sobretudo Recife e Olinda. Essa concentração de profissionais de comunicação de apenas um estado talvez se justifique pelo fato de que a presidência da Asbraer é ocupada pelo também diretor geral do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE), Júlio Zoé. Some-se a isso que entre esses 23 comunicadores pernambucanos, 3 deles trabalham diretamente em funções e cargos vinculados à gestão de comunicação no IPA-PE. Chamou também a nossa atenção a presença do perfil virtual do secretário de Imprensa de Pernambuco entre os seguidores da Asbraer, gestor que ocupa um cargo relevante na estrutura do Governo do Estado de Pernambuco.

Dos 40 perfis de comunicadores e veículos de imprensa, quatro se referiam a profissionais vinculados à gestão de comunicação de entidades estaduais de Ater associadas à Asbraer. Além dos três pernambucanos já citados, uma profissional que afirmava ocupar o cargo de “Mídia Social” na Emater-PB também foi registrada entre os contatos virtuais da Asbraer no Facebook. Esses profissionais certamente deveriam constituir um público de interesse específico por parte da equipe que gerencia a comunicação social da Asbraer no Facebook. Além do fato de que estes estão relacionados à produção de notícias e conteúdos referentes às suas respectivas organizações de trabalho, é do conteúdo produzido por estas pessoas que a Asbraer procurou abastecer grande parcela do seu perfil virtual no Facebook.

É relevante ressaltar também que esse tipo de público foi o que mais manifestou interesse em interagir com a Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook, sendo responsável por 16 dos 22 compartilhamentos de conteúdos feitos por amigos virtuais da Asbraer que foram registrados nesse espaço. Além disso, das nove manifestações positivas feitas pelos nós nesse mesmo espaço, três foram feitas por um desses profissionais. Num espaço marcado pela quase ausência de diálogo, interações ou práticas comunicacionais de quase todos os tipos, como se verá adiante, essa pequena parcela de seguidores correspondeu aos nós mais interessados em curtir e, sobretudo, compartilhar os conteúdos disponibilizados pela Asbraer. Ainda assim, o

registro de apenas quatro profissionais de comunicação de entidades estaduais de Ater é um número ainda pequeno em relação ao que a Asbraer poderia atingir, especialmente levando-se em conta de que a Associação conta com a participação de outras 27 entidades estaduais que possivelmente possuirão em seus quadros profissionais e um setor específico de comunicação organizacional.

Identificamos também a presença de 11 perfis institucionais ligados à comunicação social entre os seguidores da Asbraer. Revistas de temática rural, programas de televisão, sites especializados, produtoras de publicidade voltada ao agronegócio e ao comércio rural foram registrados em nossa análise entre os nós dessa teia virtual. O perfil Terra Caipira – facebook.com/TerraCaipira –, que possuía em sua própria rede mais de 7,5 mil contatos diretos, entre amigos e assinantes, se auto definiu como um site “para atender às necessidades de qualquer pessoa envolvida com o mundo agro”. Nesse perfil era possível acessar informações sobre festas sertanejas, rodeios, feiras e exposições ligadas ao agrobusiness. Já o Canal Rural – facebook.com/tvcanalrural – era um perfil de um canal televisivo que vincula notícias diversas sobre o universo rural, podendo ser acessado por pessoas que possuem antenas parabólicas ou TV a cabo de todo o país. Dos 11 perfis institucionais identificados na rede virtual da Asbraer no Facebook de organizações que trabalham com comunicação, ao menos 9 aparentemente se dedicavam à promoção de um tipo de agricultura e pecuária distante da realidade de boa parte das famílias rurais beneficiárias da PNATER. Em geral, esses perfis ou divulgavam notícias sobre temas como a agricultura de grande escala, pecuária de corte, criação de bovinos e equinos de alto rendimento, comércio de máquinas e acessórios rurais, eventos e festas com grandes estrelas da música sertaneja.

Não foi identificado nesse espaço nenhum veículo de comunicação que tivesse a agricultura familiar como proposta de atuação. Perfis de assessorias de comunicação de sindicatos rurais, de movimentos sociais, de blogs ou sites voltados às famílias rurais, ribeirinhas, quilombolas, às mulheres do campo, à juventude rural poderiam constituir uma rede de relação institucional de comunicação que se interessasse pelas ações promovidas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. No entanto, esses tipos específicos de perfis não foram encontrados entre os nós da rede virtual formada pela Asbraer e seus seguidores.

3.1.4 Geografia da Linha do Tempo da Asbraer

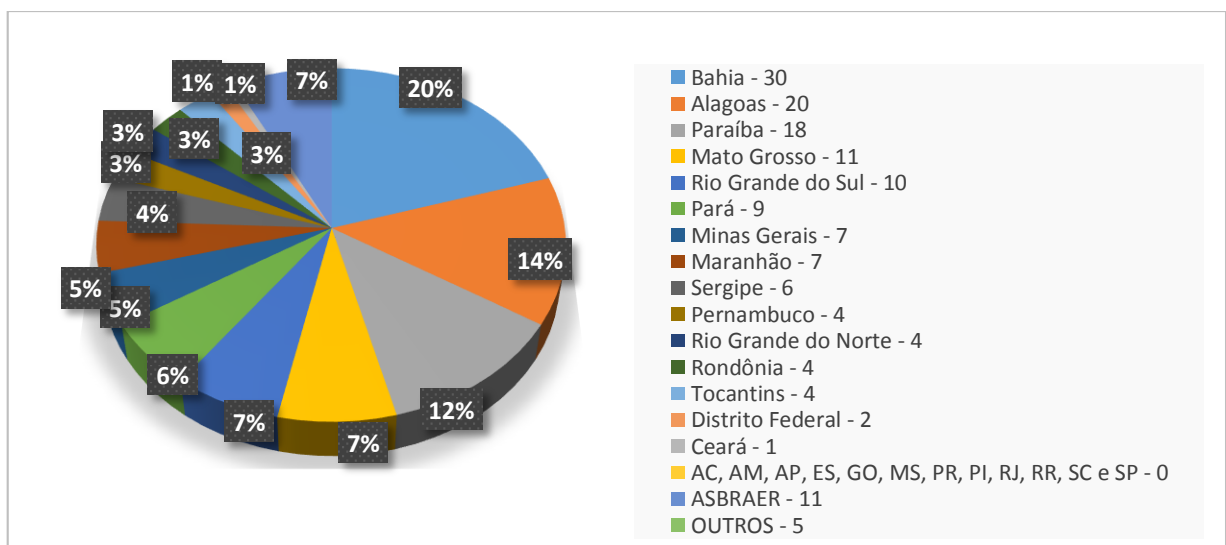
Em seu estatuto social, a Asbraer se compromete em seus objetivos sociais em “divulgar as atividades realizadas pelos associados, visando à promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural no país” (ASBRAER, 2012a). Nesse sentido, nesta etapa da pesquisa,

pretendíamos conhecer as origens dos conteúdos postados pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook e em que medida essas publicações se relacionavam a assuntos disponibilizados pelas entidades estaduais de Ater a ela associadas. Em nossa análise, descobrimos que a grande maioria dos conteúdos publicados naquele espaço tinham origem nas assessorias de comunicação das organizações associadas à Asbraer. Das 153 publicações registradas na Linha do Tempo da Abraer entre março e maio de 2012, 137 foram produzidas por assessorias de comunicação das entidades estaduais em diversos pontos do país. Nesse mesmo período, apenas 11 publicações feitas pela Asbraer foram produzidas por sua própria equipe de comunicação, e outras 5 tiveram origem em fontes diversas.

Os dados acima revelaram que apenas 7,1% do que é publicado no perfil virtual da Asbraer é produzido por ela mesma e que 89,5% das publicações têm origem nas suas associadas. No entanto, a distribuição dessas publicações acontece de forma bastante irregular, já que uma grande parcela das entidades estaduais não foi contemplada pelas ações de comunicação da Asbraer no período de nossa análise. Para chegar a tais dados, seguimos os rastros deixados pela própria associação em suas publicações. Todas, com raras exceções, são links que levam o usuário/amigo diretamente ao site da Asbraer. Lá, é possível ter acesso ao conteúdo completo das sínteses que são postadas no Facebook. Na verdade, a Associação, como outras diversas organizações, publica no Facebook apenas o título das matérias jornalísticas que já foram divulgadas no seu site institucional (www.asbraer.org.br), com a fotografia da notícia ou informe e o respectivo link.

O gráfico abaixo apresenta um resumo da origem por estado das postagens feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook.

GRÁFICO 1: Origem das publicações da Asbraer no Facebook por estados da federação.



Fonte: elaborado por Bruno Andrade a partir dos dados disponíveis no perfil virtual da Asbraer no Facebook.

No gráfico acima, é possível perceber que grande parte das publicações identificadas pela análise contemplaram ações de Ater em diversos estados brasileiros. A Bahia, por exemplo, foi contemplada ao todo em 30 das 153 publicações feitas pela Asbraer, entre março e maio deste ano. Todo o conteúdo divulgado sobre a assistência técnica e extensão rural baianas foram produzidos pelas assessorias de comunicação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e da própria Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri-BA) da Bahia, à qual a EBDA-BA é vinculada. O estado de Alagoas, que ocupou a segunda posição no ranking de publicações no perfil virtual da Asbraer no Facebook, com 20 publicações durante o período analisado, teve suas ações produzidas pela assessoria da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri-AL). Cabe destacar que a EMATER-AL, associada à Asbraer, é vinculada à Seagri-AL e foi criada apenas em dezembro de 2011. Isso pode explicar o porquê de as publicações de Ater referentes a Alagoas terem sido produzidas pela assessoria de comunicação da referida secretaria. Antes da criação da EMATER-AL, a Seagri-AL representava o estado de Alagoas na Asbraer.

As publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo que se referiam a ações de Ater das demais entidades estaduais associadas foram produzidas em sua totalidade pelas respectivas assessorias de comunicação. Dos 14 estados da federação contemplados, além do Distrito Federal, identificamos uma grande irregularidade na distribuição geográfica desse conteúdo. Ao analisarmos esses dados entre as diferentes regiões geográficas do Brasil, pudemos perceber que as ações das entidades localizadas no Nordeste ocupam cerca de 60,1% do total de postagens feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo. Ou seja, das 153 publicações registradas entre março e maio de 2012, 90 tiveram origem nas entidades estaduais de Ater dos estados nordestinos. No Centro-Oeste, o percentual foi de 11,1%, com respectivas 17 postagens. Na região Norte, esse número foi de cerca de 8,5%, com 13 publicações no total. No Sul, foram registrados 10 conteúdos oriundos das estaduais dessa região, 6,5% do total aproximadamente. No Sudeste a participação foi ainda menor, com 7 publicações, ou cerca de 4,5%.

O que de mais grave observamos ao analisar a origem das publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo é a ausência de conteúdos que se referissem a ações de Ater realizadas pelas entidades oficiais de Ater de 12 estados brasileiros. Esse número corresponde a cerca de 44,5% do número de estados que possuem uma organização de Ater associada à Asbraer – 27 ao todo. Inserem-se nessa lista os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. Apesar de os motivos dessa ausência não serem objeto da presente pesquisa, é possível perceber que a Asbraer pode aperfeiçoar o processo de publicação de conteúdos em

seu perfil virtual no Facebook, solicitando junto às assessorias de comunicação das entidades que costumeiramente não têm suas ações de Ater divulgadas pela Associação nesse espaço, a fim de que o mesmo seja um instrumento que contribua para a realização da missão institucional a que a Asbraer se compromete em seus estatutos.

3.1.5 O diálogo entre os *nós* na rede da Asbraer

Antes de iniciarmos os trabalhos referentes a esta pesquisa, tínhamos a impressão de que o espaço virtual ocupado pela Asbraer no Facebook poderia ser uma oportunidade para o diálogo e comunicação entre a instituição e públicos diversos, sobretudo extensionistas rurais, profissionais de comunicação, gestores de empresas estaduais de Ater, membros de organizações não-governamentais que atuam no setor, movimentos sociais, agricultores familiares, entre outros interessados em informações sobre a Assistência Técnica e Extensão rural no Brasil. Acreditávamos que, num momento em que boa parte dos atores envolvidos com a temática da Ater no país estavam envolvidos na realização das conferências municipais, estaduais, temáticas e, posteriormente, na Conferência Nacional de Ater, o perfil virtual da Asbraer poderia configurar-se como um espaço de encontro, interação, diálogo, debate. No entanto, ao realizarmos uma análise mais cautelosa das ações de comunicação registradas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, percebemos que o referido espaço estava longe de ser considerado um ambiente de participação e intercâmbio entre os *nós* que formavam a rede virtual da Associação. Nesse sentido, podemos afirmar que a Linha do Tempo analisada nesta pesquisa correspondeu quase que a um monólogo, em que uma organização de Ater buscou promover ações de comunicação sem conseguir conquistar a interlocução dos atores presentes na teia virtual na qual estava inserida.

Ao todo, a Asbraer disponibilizou 153 publicações sobre as ações das entidades a ela associadas, de alguns parceiros e de entidades não-governamentais, como a CONTAG, registrando uma média de 51 postagens por mês durante o período analisado – de março a maio de 2012. No entanto, apesar da quantidade significativa de conteúdos disponibilizados pela Asbraer em sua Linha do Tempo, é desanimador o registro feito nesse mesmo espaço em relação às interações entre a Associação e seus amigos virtuais. Uma primeira questão que se mostrou relevante nesta análise foi o fato de que nenhuma das 153 ações de comunicação feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook foi seguida por comentários de seus amigos/seguidores. Ou seja, em nenhuma dessas postagens veiculadas pela Asbraer nesse espaço virtual foi registrado manifestações por escrito de qualquer um dos 201 seguidores Associação no período analisado. Os comentários são uma das formas mais comuns possibilitadas pelo Facebook para que os

usuários manifestem opinião, concordem, discordem, complementem uma informação, construam o conhecimento coletivamente.

Pela análise netnográfica, os comentários dos participantes de uma determinada rede constituem uma rica fonte de informação que pode ser coletada e analisada. As práticas comunicacionais entre a Asbraer e seus seguidores/amigos virtuais e destes entre si, por meio de comentários, não foram registradas no período específico de nossa pesquisa. Essa questão inclusive nos forçou a modificar os rumos metodológicos desta pesquisa, já que o intuito inicial de nosso estudo era o de aprofundar a análise dessas práticas comunicacionais, sobretudo dos comentários registrados na Linha do Tempo da Asbraer. Com a ausência dos mesmos, tivemos que ir além da rede Facebook e partir para os links que a Asbraer disponibilizou nas postagens que fez no seu perfil virtual, que direcionavam para o site institucional da entidade. Nesse sentido, a ausência de comentários e interações mais profundas nos levou a partir para a análise de conteúdo não só na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, mas também dos textos a que essas postagens remetiam ao se clicar nelas nesse espaço virtual.

Além da ausência de comentários por parte dos *nós* da presentes na rede virtual da Asbraer, identificamos um número incipiente de outros tipos de interação. A tabela abaixo apresenta as publicações feitas pela Asbraer em que pudemos registrar interações por parte dos seguidores da entidade no Facebook.

QUADRO 1: Interações entre os participantes da rede virtual da Asbraer no Facebook.

Título da publicação	Data	Origem	Interações
1. Tudo pronto para a realização da 1ª Conferência de ATER de Sergipe	12 de março	Emdagro-SE	1 curtir
2. Agricultores podem vender para alimentação escolar em Mata Grande.	12 de março	Seagri-AL	1 curtir e 1 compartilhar
3. Governador empossa Miyuki Hyshida e Ruraltins tem primeira mulher na presidência	13 de março	Ruraltins-TO	1 curtir e 1 compartilhar
4. Brasil Sem Miséria: primeira chamada de Ater de 2012 atende 93,4 mil famílias no Nordeste	29 de março	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	1 compartilhar
5. Conferência Nacional de Ater (galeria de fotos)		Asbraer	1 compartilhar
6. AGERP capacita novos bolsistas	18 de abril	Agerp-MA	1 curtir
7. Agricultores familiares aprendem práticas culinárias e vão fornecer alimentos para escolas	3 de maio	Emater-PB	1 compartilhar
8. Documento final da Cnater vai orientar ações do MDA	3 de maio	Asbraer	1 compartilhar
9. Agricultores familiares debatem produção de leite no Cariri	3 de maio	Emater-PB	1 compartilhar
10. Estado assina convênio com produtores para implantar cultivo de palma adensada	3 de maio	Emater-RS/Ascar	1 compartilhar

11. Vinho baiano é premiado como melhor tinto do Brasil	3 de maio	Seagri-BA	1 compartilhar
12. Governo da Paraíba inicia campanha para vacinação de animais	3 de maio	Emater-PB	1 curtir
13. Kits de inseminação artificial auxiliam na qualidade da produção leiteira	4 de maio	Emdagro-SE	1 curtir
14. Minas Sem Fome beneficia famílias do Norte de Minas com projeto de abastecimento de água	7 de maio	Emater-MG	1 compartilhar
15. EBDA e Banco do Brasil promovem jornada de renegociação de dívidas	7 de maio	EBDA-BA	1 compartilhar
16. Programa Alagoas Mais Ovinos registra 65% de crescimento do rebanho	7 de maio	Seagri-AL	1 compartilhar
17. Alternativas para alimentação do gado permitem convivência com a seca	7 de maio	Seagri-BA	1 compartilhar
18. Agricultor familiar é exemplo de sucesso em Colíder	9 de maio	Empaer-MT	1 curtir
19. Agricultora familiar do Pará exporta farinha para Portugal	9 de maio	Emater-PA	1 curtir
20. Pará promove primeira feira da agricultura familiar da Amazônia Legal	15 de maio	Emater-PA	1 compartilhar
21. Secretário debate com produtores alternativas para a região do sisal	15 de maio	Seagri-BA	1 compartilhar
22. Começa a 5ª Agrobrasília, a grande feira do cerrado	15 de maio	Asbraer	1 compartilhar
23. IPA realiza Dia Especial de incentivo à produção de hortaliças orgânicas	17 de maio	IPA-PE	1 curtir
24. Comitê de Combate à Seca orienta Defesa Civil dos municípios alagoanos	17 de maio	Seagri-AL	1 compartilhar
25. Primeira festa da agricultura familiar reunirá em Belém os estados da Amazônia Legal	21 de maio	Emater-PA	1 compartilhar
26. Emater lança Agrifal 2013	29 de maio	Emater-PA	1 compartilhar
27. Extensionistas da Empaer participam do Projeto Amigos da Escola em Cárceres	30 de maio	Empaer-MT	1 compartilhar
28. Agricultores da bacia leiteira recebem orientação sobre crédito rural	30 de maio	Seagri-AL	1 compartilhar

Fonte: Bruno Andrade, a partir de dados identificados na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook.

Das 153 publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo, apenas 28 receberam algum tipo de manifestação por parte dos seguidores da entidade no Facebook. Dessas, somente 9 foram *curtidas* uma única vez pelos amigos virtuais da entidade. O botão *curtir* presente no Facebook é uma ferramenta direcionada à interação entre os usuários desse site de redes sociais. Para Kerpen (2011), o botão *curtir* do Facebook é um indicador do interesse que os usuários inseridos numa determinada rede possuem a respeito de um conteúdo específico, que pode ser uma foto, link, texto, comentário, vídeo, arquivo de áudio, entre outros. Essa ferramenta de interação do Facebook pode ser considerada um termômetro em relação à aceitação dos conteúdos publicados por uma pessoa ou entidade. Além disso, essa funcionalidade favorece a propagação das informações para além das redes às quais os indivíduos ou entidades estão inicialmente vinculados. Segundo Kerpen (2011, p.5), “é a possibilidade de apresentar a você

exatamente o que os seus amigos e os amigos de amigos gostam que faz do botão *curtir* uma ferramenta poderosa”. Para organizações como a Asbraer, o botão *curtir* pode ser considerado como uma forma de compreender os interesses dos seus contatos mais próximos na rede, o que favorece à realização de ações de comunicação com mais possibilidades de sensibilizar e “engajar” os seguidores – criar condições para um diálogo com e entre os participantes da rede. Ao que parece, essa funcionalidade possibilitada pelo sistema do Facebook não foi aproveitada de forma satisfatória pela Asbraer.

O número de compartilhamentos de conteúdos também se mostrou relativamente baixo no período analisado. Por meio da função *compartilhar*, os usuários do Facebook podem transmitir a seus amigos virtuais ou grupos on-line as informações e os conteúdos que forem do seu interesse, ampliando o total de usuários que receberão a comunicação específica que foi compartilhada. O número de compartilhamentos registrados na Linha do Tempo da Asbraer entre março e maio de 2012 foi de apenas 22. Todas as publicações compartilhadas pelos *nós* da rede da Asbraer foram de conteúdos diferentes, de modo que nenhuma das ações de comunicação da Associação foram partilhadas mais de uma vez por usuários diferentes.

Esse número incipiente de interações por meio do botão *curtir*, ao que parece, sugere que o espaço público da Asbraer no Facebook, a sua Linha do Tempo, está longe de ser um ambiente marcado pela participação, diálogo e de construção do coletiva de conhecimento. A inteligência coletiva a que se referiu Lévy (1999), encontrou pouco espaço na teia virtual formada pela Asbraer e seus seguidores no site de redes sociais Facebook. Neste sentido, mesmo que tenha promovido ações de comunicação voltadas à divulgação as ações de suas associadas e com o objetivo de influenciar as políticas voltadas à Ater no Brasil, conforme consta em seu estatuto oficial, a Asbraer despertou pouco interesse entre seus companheiros de rede virtual. Conseqüentemente, não conseguiu aproveitar potencialidades e benefícios da comunicação possibilitadas pelo Facebook.

CAPÍTULO IV - AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA ASBRAER NO FACEBOOK E A PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL E ATER

Neste capítulo da pesquisa, nossas atenções se voltaram aos conteúdos publicados pela Asbraer em sua Linha do Tempo. Nosso objetivo neste momento da análise era o de compreender até que ponto a Asbraer contemplou temáticas específicas relacionadas aos princípios da Política Nacional de Ater (PNATER). Nosso ponto de partida foi a própria Linha do Tempo da Entidade, local no ambiente virtual do Facebook em que era possível acessar as ações de comunicação realizadas desde que foi criado o seu perfil nessa rede social virtual. Em seus estatutos oficiais, a Asbraer se compromete com a divulgação das iniciativas de suas associadas com a participação e influência da formulação de políticas de desenvolvimento rural e de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nesse sentido, como parte integrante de conjunto de ações de comunicação institucional, o Facebook corresponde a uma iniciativa da Associação que busca fortalecer à realização de sua missão institucional.

Conforme foi afirmado em outras partes da pesquisa, grande parte das publicações feitas pela Asbraer no Facebook tiveram origem em notícias que a própria Associação divulgou em seu site institucional. Em geral, a entidade disponibiliza em seu perfil no Facebook um link que conduz o internauta ao texto completo em seu site institucional. Conforme destacado no capítulo III deste trabalho, das 153 publicações registradas na Linha do Tempo da Asbraer entre março e maio de 2012, 137 foram produzidas pelas assessorias de comunicação de uma das 27 entidades estaduais a ela vinculada, ou pelas assessorias de órgãos às quais estas mantêm vínculos institucionais. Ao navegarmos na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, é possível acessar todos estes conteúdos, geralmente acompanhados por títulos jornalísticos, um pequeno resumo referente à publicação, algumas fotografias e o link para o texto integral, que fica na página oficial da Asbraer – www.asbraer.org.br.

A princípio, nosso intuito era o de realizar essa análise exclusivamente por meio das publicações registradas na Linha do Tempo da Asbraer, por meio da análise proposta pela etnografia virtual ou netnografia. Este caminho metodológico de coleta e análise de dados prevê a possibilidade de utilizar as práticas comunicacionais feitas entre os usuários de uma determinada rede ou comunidade virtual. No entanto, conforme destacado no capítulo III, as ações de comunicação presentes neste espaço virtual se resumiram praticamente às postagens feitas pela Asbraer. Possíveis interlocuções entre a Associação e seus seguidores e destes entre si praticamente não aconteceram, sobretudo por meio de comentários escritos. Desta forma, tivemos que fazer uma ajuste em relação ao caminho inicialmente proposto. Nesse sentido, as

mensagens em estudo são os textos integrais a que as publicações da Asbraer no Facebook conduziam por meio de link. Nossa análise foi realizada a partir de quatro diferentes categorias: 1) Ater e desenvolvimento sustentável; 2) Ater e agricultura de base ecológica; 3) Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política; e 4) Ater e relações de gênero, geração e etnia.

4.1 Ater e Desenvolvimento Sustentável

Das 153 postagens que coletamos na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, identificamos oito em que a temática ambiental é apontada com destaque em seus respectivos títulos. Como aconteceu com a quase totalidade das publicações feitas pela Asbraer nesse espaço virtual durante o período analisado nesta pesquisa, todas as postagens remetiam ao site institucional da entidade, onde era possível contemplar a totalidade dos conteúdos por meio do hiperlink disponibilizado na Linha do Tempo. Da mesma forma, as publicações feitas pela Associação tiveram como fonte as assessorias de comunicação das entidades estaduais de Ater.

De uma forma geral, percebemos que as postagens que apresentaram conteúdos ligados à sustentabilidade apresentavam certa ambiguidade de conceitos e preocupações. Queremos afirmar com isso que em algumas publicações tanto era possível identificar preocupações verdadeiramente focadas na preservação do planeta e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo agricultores familiares e comunidades tradicionais; quanto propostas relacionadas a uma forte intenção de conquista de nichos de mercado e consumidores, por meio da utilização do cultivo de orgânicos como estratégia de marketing.

Destacamos anteriormente a preocupação de Jara (1996) sobre as diversas dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável. Além da dimensão econômica e ambiental, as questões sociais, políticas e culturais também devem ser levadas em consideração. Nesse sentido, há que se levar em consideração o compromisso com as futuras gerações, a segurança alimentar, o equilíbrio ecossistêmico, a preservação dos recursos naturais, estruturas e práticas de tomada de decisão, distribuição de poder na sociedade, entre outros fatores. Milanez (2003) também ressaltou a necessidade de superar a visão ingênua a respeito do desenvolvimento sustentável, de forma que se devem considerar criticamente as verdadeiras causas da devastação ambiental, ligada à uma lógica neoliberal e industrial de desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, identificamos que as publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo do Facebook apresentam, em alguns momentos, interpretações diversas a respeito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

4.1.1 Alimentos saudáveis para um mundo sustentável

No dia 24 de maio, por exemplo, a Asbraer disponibilizou a publicação intitulada “Semana dos Alimentos Orgânicos debate desenvolvimento sustentável”, texto de autoria da assessoria de comunicação da entidade estadual de Ater do Tocantins, a Ruraltins-TO (RURALTINS, 2012a). A publicação destacou a realização do evento, uma parceria entre a Ruraltins-TO e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realizado entre 27 de maio a 3 de junho, na cidade de Palmas, que teria como tema a seguinte proposta: Produto Orgânico: Melhor para a vida de todos e do planeta. O texto apresenta ações da Ruraltins-TO no sentido de sensibilizar agricultores familiares a produzirem orgânicos e a aproveitarem o potencial de agregação de valor desses produtos. Citando exemplos da produção de jaboticabas e de flores tropicais com certificação, além de ações ligadas ao projeto de Produção Agroecológica Irrigada Sustentável (PAIS), definindo-as como produções orgânicas sem certificação. Ao mesmo tempo em que a publicação destaca a valorização da agricultura familiar e necessidade de inserção de produtos livres de agrotóxicos para o consumo da sociedade, há um interesse declarado de conquista de mercado e de novos consumidores. Especialmente porque a “chegada de grandes atacadistas em Palmas gerou perspectivas de mercado para os agricultores dessa modalidade, impulsionando o interesse pelo cultivo de alimentos orgânicos” (RURALTINS, 2012a). Apesar de valorizar o cultivo de orgânicos e a inserção desses produtores em nichos de mercado, vale lembrar as preocupações de Caporal e Costabeber (2007, p. 18) quando enfatizam que podemos estar:

diante do perigo de se ampliar as diferenças entre os agricultores que têm e os que não têm acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, crédito, tecnologias de base ecológica, assim como entre os que dispõem e não dispõem de apoio para se organizar em grupos com objetivos de conquistar nichos de mercado que melhor remunerem pelos produtos limpos ou ecológicos que oferecem (CAPORAL E COSTABEBER, 2007, p. 18)

Em situação parecida, identificamos a publicação intitulada “Produção animal de base ecológica é tema da Semana de Alimentos Orgânicos de Santa Maria” (EMATER-RS, 2012a), divulgada pela Asbraer no Facebook em 23 de maio de 2012. No texto é afirmado um aumento na produção de animais de base ecológica, motivado por consumidores que discordam da forma de criação de animais tradicional e industrial. A publicação enfatiza que o respeito à dignidade animal, somada a utilização de técnicas de manejo sustentáveis socialmente, economicamente e ambientalmente atrairia consumidores dispostos a pagar mais caro por esses produtos. A utilização de recursos homeopáticos e fitoterápicos no manejo dos animais e à alimentação a base de pastagens, para ruminantes, são elementos que garantiriam a esse consumidor final um

produto livre de resíduos, como “antiparasitários e promotores de crescimento”. Aliado a esses benefícios, os “consumidores conscientes” supostamente ficariam satisfeitos em pagar a mais pelo fato de estarem colaborando com a permanência de famílias agricultoras no campo, com a geração de emprego e renda e, também, “contribuindo para que estes agricultores preservem e respeitem os recursos naturais de que todos nós e as gerações futuras dependem” (EMATER-RS, 2012a). A produção de alimentos de base ecológica – agrícolas ou pecuários – somada ao consumo consciente e à valorização dos agricultores familiares enquanto agentes de preservação ambiental certamente constitui uma alternativa a ser perseguida pelas entidades de Ater estaduais e não-governamentais. No entanto, é preciso garantir condições para que essa Assistência Técnica e Extensão Rural efetivamente não se restrinja a pequena parcela com condições de investir e de aproveitar possíveis vantagens comerciais sobre os produtos agrícolas orgânicos ou animais ecológicos. Essa discussão é pouco presente entre as publicações feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook.

4.1.2 Encontros de formação e conscientização

Registramos também na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook algumas ações de cunho educativo, não ligadas apenas à produção agrícola ou pecuária, mas voltadas a sensibilizar populações rurais e técnicos/extensionistas das entidades estaduais de Ater em relação à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Na publicação intitulada “Capacitação enfoca educação ambiental sustentável” (EBDA, 2012a), disponibilizada pela Asbraer em 17 de maio de 2012, é apresentada uma ação deste tipo, em que agricultores familiares participam de formação voltada a o conhecimento e preservação da fauna e flora do território de Irecê, município localizado no Agreste baiano. Além da preocupação com a preservação do referido ecossistema, os técnicos responsáveis pela formação, vinculados ao Centro de Formação de Agricultores Familiares de Irecê (Centrefértil), unidade da EBDA-BA, destacaram nessa publicação que a formação busca “trabalhar os assuntos voltados para a agricultura familiar, pontuando os impactos ambientais negativos e suas potencialidades, além da legislação, os princípios éticos e a importância do conceito dos R’s (repensar, reciclar, recusar, reutilizar e reduzir) da sustentabilidade” (EBDA, 2012a).

Nesse mesmo sentido, a publicação “Jornada Agroecológica mostra experiência em áreas degradadas”, feita pela Asbraer no Facebook em 11 de maio de 2012, apresentou a experiência do Projeto Rondônia Mais Verde, em que jovens filhos de agricultores que frequentam a Escola da Família Agrícola (EFA) e estudantes secundaristas da educação no campo de Ouro Preto do Oeste, região do Tocantins, participam de um processo formativo

voltado à recuperação de áreas em processo de degradação ambiental por meio de técnicas de manejo e práticas agroecológicas, entre elas o uso de um coquetel de leguminosas, que formam uma biomassa, para a adubação e “recuperação da estrutura física, química e biológica de solos após anos de usos inadequados” (EMATER-RO, 2012b). Na mesma ação, os técnicos da extensão rural recomendam a diversificação da propriedade, plantio de árvores, recuperação de matas ciliares, formação de quintais agroecológicos, criação de animais de pequeno porte – ovinos, suínos, aves, peixes e abelhas –, entre outras ações. Em Pernambuco, com o objetivo de promover o cultivo de hortaliças orgânicas, o IPA-PE promoveu, na cidade de Vitória de Santo Antão, um intercâmbio entre agricultores voltados ao uso de tecnologias alternativas – como a irrigação por gotejamento em tubulações em forma de fita; a cobertura de canteiros com tecido TNT, sobre a armação de bambu flexível, “que impedem a entrada de insetos nocivos à cultura” (IPA-PE, 2012). Esta iniciativa foi divulgada pela Asbraer em 17 de maio, na sua Linha do Tempo no Facebook, com o título “IPA realiza Dia Especial de incentivo à produção de hortaliças orgânicas”.

Embora essas sejam ações de comunicação que apresentam iniciativas positivas de Assistência Técnica e Extensão Rural, atendendo em parte ao princípio da Política Nacional de Ater que trata da promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural, cabe ressaltar que elas são uma pequena parcela em relação ao que foi publicado pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. Como foi afirmado acima, das 153 publicações feitas pela a Asbraer em sua Linha do Tempo, identificamos apenas 08 – cerca de 5,2% - que chamavam a atenção dos seguidores/amigos virtuais para questões ligadas especificamente à sustentabilidade, com ambiguidade em alguns casos. Some-se a isso a quase ausência de conteúdos como: problematização de práticas difusionistas de extensão rural; críticas ao modelo de desenvolvimento economicista do meio rural; construção de projetos políticos pedagógicos voltados à sustentabilidade; formação de parcerias com entidades não-governamentais ou de ensino e pesquisa na perspectiva da capacitação de extensionistas e comunidades rurais; entre outras questões.

4.2 Ater e agricultura de base ecológica

Nesta parte de nossa análise, tínhamos o objetivo de identificar as publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo em que as atividades agrícolas eram colocadas em destaque para, então, compreender em que medida as ações de comunicação da entidade contribuía com a promoção da agricultura de base ecológica a que se refere o princípio IV da Política Nacional de Ater (PNATER). Apesar das ações de Ater em todo país buscarem

fortalecer a construção de iniciativas para além das agrícolas, como é o caso do fomento à prestação de serviços - como o turismo rural - ou mesmo a inclusão digital de populações de jovens rurais - a agricultura promovida pelas famílias beneficiárias da PNATER constitui uma atividade essencial para a segurança alimentar de todo o país. Não é à toa que dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme já assinalado, destacam que a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% do alimento que vai à mesa dos brasileiros e brasileiras. Nessa perspectiva, nosso intuito era o de compreender até que ponto as ações de Ater publicadas pela Asbraer em seu perfil virtual no Facebook favoreciam a promoção de agriculturas que buscassem:

"a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas, que já se mostrou excludente e socioambientalmente inadequado, por formas mais modernas e complexas de fazer agricultura, que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Mais do que mudar práticas agrícolas, tratar-se de mudanças em políticas e em enfoques econômicos e socioculturais que regem os processos de desenvolvimento (CAPORAL, 2009, p. 19)

Nossas preocupações se concentraram em experiências voltadas não só para o não uso de agrotóxicos e insumos químicos, mas também que apontassem para a construção de novas formas de agricultura voltadas à superação do modelo de desenvolvimento rural imposto pela Revolução Verde, baseado, sobretudo, na implementação de tecnologias e insumos químicos. Também era do nosso interesse a identificação de políticas e ações que promovessem o fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar, sobretudo a comercialização e introdução dos da produção das famílias rurais em novos espaços e nichos de mercado.

4.2.1 Agricultura familiar em destaque

Diferentemente das demais categorias desta etapa de nossa análise, que receberam relativamente poucas publicações diretas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, as atividades agrícolas obtiveram grande atenção nesse espaço virtual entre os meses de março e maio de 2012. Das 153 postagens feitas pela Asbraer em seu perfil, pelo menos 36 se relacionavam diretamente à promoção de iniciativas de fortalecimento da agricultura, ao fomento das atividades agrícolas e à valorização das mesmas como elemento fundamental das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em todo o país. As publicações feitas pela Asbraer que tiveram a agricultura como ênfase maior apresentaram uma grande diversidade de iniciativas de diversas partes do Brasil, desde intercâmbio entre agricultores à realização de pesquisas científicas, ou mesmo encontros de formação, atividades de campo, feiras e eventos

de fomento, ações de combate a pragas nas plantações, propostas de diversificação da produção, fortalecimento da comercialização e cessão de crédito agrícola para a agricultura familiar.

Entre as publicações feitas pela Asbraer no Facebook no dia 9 de maio de 2012, chamou nossa atenção o caso de uma família de agricultores familiares apontada como bem-sucedida pela Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer-MT). Intitulada “Agricultor familiar é exemplo de sucesso em Colíder”, a postagem relata a experiência vivida por uma família rural assistida por técnicos da Empaer-MT em Colíder, município do Mato Grosso. Definido como “pequeno produtor bem sucedido”, o agricultor familiar em questão há 22 anos produz melancias em sua propriedade. A partir da assistência prestada pela Empaer e contando com o apoio da Associação dos Pequenos Agricultores Familiares Vale do Rio do Meio, da Comunidade Branca de Neve, em Colíder, passou a diversificar sua produção, a fazer o beneficiamento de diversos produtos e a inseri-los em programas de programas de compra direta de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O “sucesso” do agricultor, como se percebe no texto analisado, está relacionado não só a seu próprio interesse e esforço, mas, sobretudo, à Ater realizada pela entidade estadual do Mato Grosso e à sua participação na referida associação. Essa publicação apresentou grande diversidade de temas ligados ao debate da Ater e agricultura de base ecológica, como a diversificação e beneficiamento de produção, comercialização da produção por meio do PAA, importância das associações e projetos coletivos, entre outras questões, tendo como pano de fundo a importância da ação da Ater oficial para o “sucesso” da agricultura familiar (EMPAER-MT, 2012a).

Nessa mesma direção, a Asbraer publicou, também no dia 9 de maio de 2012, um relato sobre uma agricultora familiar que, por meio de assessoria técnica da Emater-PA (2012a), passou a beneficiar mandioca para a produção de farinha a ser exportada para a Portugal, Europa. A publicação “Agricultora Familiar do Pará exporta farinha para Portugal” será melhor destacada na seção Ater, relações de gênero, geração e etnia desta pesquisa, mas já adiantamos que se tratava de mais um exemplo de experiência aparentemente bem-sucedida de Ater, em que, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural prestada pela entidade estadual, uma agricultora familiar conseguiu se destacar e exportar sua produção. No entanto, essa publicação deu ênfase a questões relacionadas ao aumento da produtividade – “O manejo adequado do plantio garante o aumento de 50% da produtividade” - ou ligadas a procedimentos de higiene utilizados durante a produção da farinha pela agricultora.

Dias de campo, intercâmbios e encontros de formação voltados a agricultores familiares também ganharam destaque na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook. Em geral, as

publicações relatavam experiências realizadas por diferentes equipes de Ater no país no sentido de diversificar a produção agrícola, promover a utilização de novos métodos de cultivo ou o uso de tecnologias diferenciadas para a agricultura familiar. No dia 11 de maio de 2012, a Asbraer divulga o “Dia de campo mostra viabilidade do maracujá”, publicação sobre uma iniciativa da Emater-RO (2012b) em que foi apresentado a agricultores familiares do município de Guajará Mirim, em Rondônia, um estudo que apontava os benefícios desse tipo de cultura na região. O uso de tecnologias alternativas e a produção de hortaliças orgânicas foi o tema central do dia de campo promovido pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE, 2012a), divulgado pela Asbraer em seu perfil no Facebook no dia 17 de maio de 2012, com o título “IPA realiza Dia Especial de incentivo a produção de hortaliças”. De acordo com o texto disponível no site da Asbraer, 200 agricultores participaram da iniciativa. Nessa ocasião, foi destacada a fala de um dos agricultores participantes, que revelou a seguinte afirmação: "Antes eu produzia, mas não consumia porque não considerava meus próprios alimentos saudáveis. Hoje, me sinto realizado em consumi-los e comercializá-los" (IPA-PE, 2012a).

Essas iniciativas são alguns exemplos positivos quanto à divulgação de iniciativas de agricultura de base ecológica na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, colaborando na promoção de propostas da Política Nacional de Ater (PNATER). No entanto em algumas oportunidades percebemos incoerências e propostas contraditórias de Ater. Um exemplo disso pôde ser observado na postagem feita pela Asbraer em 19 de maio de 2012, cujo título era “Paraíba promove eventos para conscientizar agricultor familiar sobre produção orgânica”, de autoria da assessoria de comunicação da Emater-PB, que tratava de uma parceria desta Instituição e a Agência Estadual de Vigilância Sanitária da Paraíba (Agevisa). O texto destacava que o objetivo desses encontros de formação - realizados com agricultores de 10 municípios paraibanos - era o de alertar "sobre a importância de evitar o uso de defensivos químicos na produção agrícola em suas propriedades" e que, por meio desse processo de conscientização os agricultores eram chamados para que “se posicionem em uma transição agroecológica” (EMATER-PB, 2012a). No entanto, o profissional de Ater responsável pelas palestras com os agricultores, uma nutricionista da Agevisa, “ressaltou a importância de levar o conhecimento aos agricultores para que trabalhem com produto de boa qualidade”, afirmação que, ao que parece, sugere a realização de uma Assistência Técnica e Extensão Rural de caráter difusionista, o que não condiz com as propostas da Política Nacional de Ater e, sobretudo, com a perspectiva da Agroecologia para o mundo rural.

4.2.2 Compra direta da agricultura familiar

Entre as iniciativas de comunicação divulgadas pela Asbraer no Facebook relacionadas a políticas de inserção e comercialização da produção agrícola, identificamos 8 publicações que relatam iniciativas dessa natureza, especialmente em relação ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ao todo, cinco publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo relataram experiências ligadas ao PNAE em diferentes estados do país. Duas delas, da Secretaria de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas (Seagri-AL) no sentido de fomentar o cumprimento da Lei 11.947 de 2009 (BRASIL, 2009), que estabelece que no mínimo 30% dos alimentos adquiridos pelas prefeituras com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, sejam oriundos da agricultura familiar. Nesse sentido, as duas publicações feitas pela Asbraer referentes a ações da Seagri-AL, em 12 e 15 de março de 2012, destacaram o fomento dado pela referida Secretaria à compra de alimentos da agricultura familiar em três diferentes municípios alagoanos. No dia 12, a publicação intitulada “Agricultores podem vender para alimentação escolar em Mata Grande”, ressaltou a abertura de chamada pública voltada a esse fim, por meio da qual agricultores com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) poderiam vender alimentos à prefeitura municipal de Mata Grande para a merenda escolar (SEAGRI-AL, 2012a). Da mesma forma, no dia 15, a postagem “Agricultores de Alagoas fornecerão a alimentação escolar em Pão de Açúcar e Belo Monte” destacou o mesmo processo, ressaltando a necessidade de cadastro de agricultores interessados em fornecer produtos agrícolas e também importância de “sensibilizar os municípios, para que eles cumpram a lei e ao mesmo tempo comprem a produção da agricultura local” (SEAGRI-AL, 2012b).

Ainda em relação ao PNAE, duas outras publicações relataram experiências da EMATER-PB – 2 de abril e 3 de maio de 2012 – e uma terceira destacou uma iniciativa da EBDA-BA no sentido de incentivar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar por meio do PNAE. Na Paraíba, a publicação “Produção familiar paraibana atende demanda do Pnae” apresentava que a meta do governo do estado, por meio da EMATER-PB, tinha como meta superar em pelo menos 13,9% o mínimo exigido pela Lei 11.947 de 2009 (EMATER-PB, 2012b). Na cidade de Jaguarari, região norte da Bahia, o percentual de alimentação escolar oriunda da agricultura familiar é de cerca 60%, pelo menos é o que apresentou a Asbraer na postagem “Lei 11.947 intensifica mercado para agricultores familiares de Jaguarari”, de 4 de maio de 2012, em que apresentou uma experiência da EBDA na promoção do PNAE (EBDA, 2012b).

Em relação ao PAA, a Asbraer divulgou 3 publicações específicas: em 23 de março de 2012, a Associação disponibilizou o conteúdo “Extensionistas rurais da EMATER-RN são capacitados para atuar no Compra Direta 2012”, que relatou a realização de oficinas de formação voltadas a técnicos e extensionistas rurais para atuação no PAA (EMATER-RN, 2012a); no dia 29 de março, a Asbraer destacou que o “Programa de Aquisição de Alimentos pode beneficiar 67 municípios em Alagoas”, ressaltando a parceria entre a Seagri-AL e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na promoção do Programa (SEAGRI-AL, 2012c); e no dia 17 de maio, a Asbraer divulga uma publicação de autoria do próprio MDS – “MDS lança edital para para (sic) criação de unidades de distribuição de alimentos” –, em que divulga o anúncio de abertura de edital para seleção de propostas de implantação de unidades de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar, em que um dos critérios de seleção dos municípios era a participação no PAA (MDS, 2012).

Embora as publicações feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook referentes a políticas de compra direta de alimentos junto a agricultura familiar por meio do PNAE e PAA possam ser consideradas positivas, em sintonia com os princípios da Política Nacional de Ater, cabe ressaltar que as experiências relatadas nesse espaço virtual tiveram origem em entidades estaduais de Ater de apenas cinco estados do Brasil. Ao considerarmos o intervalo do recorte feito por nossa pesquisa – de três meses – e levando em conta a importância desse tipo de política – tanto para inserção econômica e comercial da agricultura familiar, quanto da garantia do acesso a alimentos de boa qualidade para estudantes da rede básica de ensino –, acreditamos que este tipo de conteúdo poderia ter encontrado mais espaço na rede social virtual da Asbraer no Facebook. Seria oportuno para o trabalho de comunicação feito pela Asbraer no Facebook que as experiências de outros estados fossem contempladas, possibilitando uma maior compreensão de como o processo de compra direta de alimentos da agricultura familiar por programas como o PNAE e o PAA funcionam em outras partes do país.

4.2.3 Agricultura ecológica

Identificamos também duas ações de combate a pragas nas plantações que levaram em consideração a utilização de métodos não agressivos ao meio ambiente. Uma delas, publicada pela Asbraer em 11 de maio de 2012– “Governo lança campanha para combater praga de coqueirais nas Várzeas de Souza” –, mostrou uma iniciativa da Emater-PB junto a agricultores familiares do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, município de Souza, localizado no sertão paraibano, para o controle da broca-do-olho-do-coqueiro, inseto responsável, segundo a publicação, pela disseminação de uma doença chamada anel-vermelho. Para esse fim, a Emater-

PB (2012c) realizou encontros de formação com agricultores da região para disseminar uma técnica em que afirmava que “todo o tratamento é agroecológico”. O combate à broca-do-olho-do-coqueiro seria feito pela distribuição de armadilhas do tipo “balde”, que seriam utilizadas para capturar o inseto com a aplicação de ferormônios no local, que serviriam para atrair a praga. Em 23 de maio, a Asbraer divulga outra postagem com preocupação semelhante – “Produtores de laranja lima são capacitados para combater pragas e doenças” –, em que trazia a experiência da Seagri-AL no combate a pragas e doenças que atingem pomares por meio da elaboração de uma “calda sulfocálcica”. O conteúdo da notícia, disponível no site institucional da Asbraer, divulgou a futura realização do encontro, por meio do qual cerca de 40 agricultores participariam da iniciativa. Entre as preocupações da equipe técnica da Seagri-AL era a de assegurar que a utilização da calda sulfocálcica não agrediria o meio ambiente: “o composto que será elaborado é uma forma natural de combater doenças, ou seja, não agride o meio ambiente, não contamina as frutas e é bem mais barato que os produtos industrializados vendidos em lojas de insumos agrícolas” (SEAGRI-AL, 2012d).

4.2.4 Pesquisa e crédito rural

Chamou nossa atenção entre as publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook que, das 4 postagens que se referiam a divulgação da realização ou de resultado de pesquisas científicas voltadas à agricultura, 3 foram de autoria da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer-MT). Duas dessas publicações referiam-se a pesquisas feitas para o melhoramento genético de variedades de banana a serem cultivadas no município de Cárceres, Mato Grosso. A outra pesquisa realizada pela Empaer-MT que foi divulgada pela Asbraer no seu perfil virtual tinha o título “Pesquisa recomenda novas cultivares de abacaxi para produtores de MT”, disponibilizada no dia 27 de março, em que foi enfatizada a divulgação de uma publicação com resultados de pesquisa sobre as variedades de abacaxi que mais se adaptaram à fruticultura mato-grossense, especialmente entre agricultores de base familiar (EMPAER, 2012b).

Por fim, destacamos ainda a presença de pelo menos 11 publicações que se referiam a propostas de crédito voltadas aos agricultores familiares, sejam propostas de renegociação de dívidas, de aquisição de crédito emergencial em decorrência de estiagens, ou mesmo de realização de investimentos em projetos específicos. Vale ressaltar, que todas as 11 publicações realizadas sobre a temática do crédito para a produção agrícola apresentaram experiências de empresas estaduais de Ater localizadas no Nordeste do Brasil, especialmente Paraíba (5), Bahia (4) e Alagoas (2).

A realização de 23 publicações sobre eventos em todo o país – feiras, jornadas, exposições – ganharam destaque na Linha do Tempo da Asbraer. Esses eventos constituem, em grande medida, boas oportunidades de inserção de produtos da agricultura familiar, sejam produtos agrícolas *in natura*, ou derivados dos mesmos que passaram por processo de beneficiamento. Além disso, alguns dessas feiras e eventos podem se constituir de ocasiões de fortalecimento da agricultura familiar em diversas dimensões – sócio, político, cultural, ambiental, entre outras -, na medida em que, em alguns casos, são frequentados por milhares de pessoas de formações e ocupações profissionais diversas, que podem ter contato com agricultores e entidades de Ater e serem sensibilizadas a respeito da importância das famílias do campo e da promoção de políticas que beneficiem as mesmas.

4.2.5 Feiras e eventos para a agricultura familiar

Tais publicações, feitas pela Asbraer em seu Facebook, apresentavam a experiência de 14 eventos, feiras ou exposições, que por sua vez, apresentavam configurações diversas e específicas, realizadas em 9 diferentes estados do Brasil. Em algumas ocasiões, a agricultura familiar constituiu o mote central do referido evento. Em outros, foi registrado o esforço das entidades estaduais de Ater em inserir as famílias rurais beneficiárias da PNATER em iniciativas ligadas ao grande negócio rural. A realização da primeira Feira da Agricultura Familiar da Amazônia Legal (Agrifal), em Belém, Pará, foi noticiada pela Asbraer em quatro diferentes oportunidades em sua Linha do Tempo. Com o tema *Interagindo a sociabilidade, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável*, (EMATER-PA, 2012b) a Agrifal foi definida como “um espaço de interação e comunicação entre a sociedade civil e a agricultura familiar” uma oportunidade para conhecer diversos produtos da agricultura familiar de pelo menos 9 estados brasileiros, sobretudo os produtos de base agroecológica.

Por outro lado, iniciativas como a Rondônia Rural Show, divulgada pela Asbraer em 10 de maio de 2012, foram marcadas por forte apelo comercial, especialmente de máquinas, equipamento e tecnologias voltadas para pecuaristas e produtores rurais diversos. Na notícia disponível no site da Asbraer, era possível inclusive identificar as pretensões dos promotores do evento, na medida em que era afirmado no título da notícia que a “Feira tecnológica marcará o início da modernidade em Rondônia” (EMATER-RO, 2012c). Não sabemos exatamente as condições em que o estado de Rondônia se encontrava no ano de 2012, mas afirmar que a 1ª Rondônia Rural Show dará início à modernidade no Estado é, no mínimo, um exagero por parte de quem escreveu o referido texto.

4.3 Ater para a construção da cidadania e democratização da gestão da política pública

Nessa perspectiva de análise, tínhamos o objetivo era o de identificar na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook as publicações que relatavam experiências ou informações relevantes para o processo de empoderamento dos agricultores familiares, suas representações coletivas e dos demais públicos atendidos com exclusividade pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Pretendíamos analisar as ações de comunicação realizadas pela Asbraer nesse espaço que favoreciam a participação dos agricultores familiares em fóruns, audiências, conselhos, reuniões, encontros, no sentido de favorecer o protagonismo desses atores. Nesta análise, levamos em consideração a possível adoção de metodologias participativas, de que fala Brose (2004), que possibilitariam a distribuição do poder, sobretudo favorecendo a democratização da Política Nacional de Ater e das ações realizadas pelas entidades estaduais associadas à Asbraer. Nossa preocupação era a de observar até que ponto as ações divulgadas pela Asbraer no ciberespaço apresentavam iniciativas de extensão rural que fomentasse a criação de espaços de negociação entre agricultores e extensionistas, de modo a superar “métodos que geram dependência e alienação”, conforme ressaltou Caporal (2005, p2).

4.3.1 Conferências de Ater

Como nossa análise se deu nos meses em que boa parte do país se debruçava sobre os debates ligados à Conferência Nacional de Ater (CNATER), era esperado que o perfil da Asbraer no Facebook contemplasse ações em todo o país relacionadas à discussão sobre políticas públicas voltadas à Ater e, sobretudo, relacionadas ao debate da Política Nacional de Ater (PNATER) e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PRONATER). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre março e abril de 2012, mais de 40 mil atores em todo o Brasil estiveram envolvidos nas conferências temáticas, municipais, estaduais, distritais e nacional. A Lei de Ater – Lei 12.188 de janeiro de 2010 – previa a realização da CNATER a cada quatro anos com o objetivo de indicar das diretrizes do PRONATER, principal instrumento e implementação da PNATER. Segundo a Lei de Ater, o PRONATER “terá como objetivos a organização e a execução dos serviços de Ater ao público beneficiário” (BRASIL, 2010, p.2). Nesse sentido, a realização da Conferência Nacional de Ater e das conferências municipais, estaduais, temáticas e distrital busca cumprir dispositivo legal previsto em lei.

Em seu perfil no Facebook, a Asbraer buscou dar visibilidade a realização das conferências em alguns estados brasileiros. Na perspectiva da construção da cidadania e da

democratização da política pública de Ater, essas conferências foram momentos oportunos de participação dos diversos atores e segmentos interessados no debate da extensão rural em todos os níveis. No entanto, das 26 conferências estaduais e uma distrital realizadas no Brasil no mês de março, apenas 7 foram noticiadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. As conferências estaduais de Alagoas, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e a conferência do Distrito Federal foram noticiadas pela Asbraer em seu perfil virtual, cada entidade com uma respectiva publicação. Ao todo, 20 estados brasileiros não tiveram suas conferências estaduais disponibilizadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook. Essas conferências estaduais contaram com a participação de diversos atores de todos os estados ligados ao debate da Ater. A presença de um registro mais amplo das conferências estaduais de Ater poderia favorecer uma visão mais panorâmica sobre como essas iniciativas ocorreram em todo o país. Infelizmente esse processo foi contemplado de forma incipiente pela Asbraer em seu Facebook.

4.3.2 Protagonismo e empoderamento

Nas publicações feitas pela Asbraer na Linha do Tempo de seu perfil no Facebook, em poucas ocasiões encontramos relatos de experiências em que os agricultores familiares, suas representações – sindicatos, associações, federações, entre outras – participaram com voz ativa e protagonismo efetivo. Em geral, boa parte das publicações apresentaram atividades organizadas pelas entidades estaduais de Ater em que os agricultores familiares foram o público-alvo, ou seja, estavam presentes na condição de participantes – muitas vezes passivamente – e não na qualidade de promotores efetivos.

Um exemplo disso pôde ser observado na publicação feita pela Asbraer no dia 3 de maio, intitulada “Agricultores familiares debatem produção de leite no Cariri”. Ao acessarmos o conteúdo completo da publicação no site da Asbraer, percebemos que a participação a que o título da mensagem se referiu era apenas a de “conhecer as ações que governo do Estado, por intermédio da Emater Paraíba (...) desenvolve na região, durante a realização da 7ª Festa do leite de Santa Cecília” (EMATER-PB, 2012d). Ou seja, embora a publicação disponibilizada no Facebook da Asbraer afirmasse que os agricultores familiares estariam debatendo a produção leiteira no Cariri paraibano, o conteúdo total da publicação, disponível no site da entidade, afirmava apenas que a Emater-PB iria apresentar seus próprios projetos aos mesmos, o que caracterizaria uma participação limitada.

Das 153 publicações feitas pela Asbraer no Facebook entre março e maio de 2012, identificamos três em que os agricultores familiares e entidades participam ao que parece, em

condição de igualdade com os demais interlocutores no debate sobre políticas públicas de Ater. Numa delas, “CONTAG reconhece avanços na pauta do GTB”, publicada no dia 31 de maio, foi registrado uma audiência pública em que representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) receberam respostas, por partes de representantes do Governo Federal, da pauta apresentada pela entidade referente ao 18º Grito dos Excluídos da Terra Brasil. No encontro, estavam presentes a diretoria da CONTAG, das 27 Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), além de dirigentes de centrais sindicais. A comitiva foi recebida pelos os ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Na ocasião, os dirigentes da Confederação receberam um retorno quanto às suas reivindicações por políticas públicas nas áreas de obtenção de terras, habitação rural, assistência técnica e extensão rural, crédito fundiário, saúde, educação, trabalho, emprego e registro sindical. A própria presidenta Dilma Rouseff apareceu no fim da reunião possíveis incrementos orçamentários, em caso de necessidade, no Plano-Safra, que seria lançado apenas em junho de 2012 pelo Governo Federal. Na ocasião, a presidenta teria feito a seguinte afirmação: “Nesse ano, minha prioridade será a assistência técnica. Essa será minha obsessão” (CONTAG, 2012).

O registro acima é certamente o mais relevante registrado pela Asbraer em seu perfil no Facebook no sentido da construção da cidadania e democratização de políticas públicas, especialmente da PNATER. É o único conteúdo postado na Linha do Tempo da Asbraer que apresenta uma entidade ligada aos trabalhadores rurais e agricultores familiares em condições de igualdade frente a autoridades públicas, sobretudo ministros e a própria presidenta da República. Também é significativo registrar que esta publicação é a única divulgada pela Asbraer em seu Facebook que foi produzida por assessoria de comunicação de uma organização não-governamental. Ao se clicar no link disponibilizado pela Asbraer na sua Linha do Tempo, pudemos ter acesso ao conteúdo total da referente notícia e identificar que o mesmo foi produzido pela assessoria de imprensa da própria Contag. Esse foi o único caso desse tipo identificado entre as 153 postagens feitas pela Asbraer nesse espaço virtual no período desta pesquisa.

Ainda em maio, no dia 15, a Asbraer publica uma postagem em que é possível identificar a formação de um fórum de debate com participação ativa de pequenos produtores do sertão baiano: “Secretário debate com produtores alternativas para a região do sisal”. Tal publicação informa que o então secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Salles, participou de audiência pública com produtores, representantes de associações, organizações, lideranças políticas do Território do Sisal para tratar de alternativas de apoio para os problemas da região. A audiência

foi organizada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira, e contou também com a participação de técnicos de diversos órgãos do governo estadual da Bahia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), com o objetivo de “ouvir e articular alternativas estruturantes conjuntas que minimizem o cenário desolador” (SEAGRI-BA, 2012). À época a região do sisal, localizada no semiárido da Bahia, sofria com problemas relacionados à seca. A presidenta do Conselho destacou na ocasião a importância do encontro para os produtores locais, afirmando:

O encontro foi palco para troca de informações visando traçar, a partir da realidade do território, ações que possam viabilizar estratégias emergenciais e estruturantes, que efetivamente mudem o quadro crítico, tendo em vista que a seca é constante no semiárido. É um momento difícil, de angústia e apelos dramáticos, mas também de pensarmos encaminhamentos concretos e de agilização na liberação de recursos (SEAGRI-BA, 2012m).

No dia 23 de março, a publicação “Lideranças destacam importância do Programa de Sementes em Alagoas” deu voz a representantes de entidades ligadas à agricultura familiar e pequenos produtores rurais para um posicionamento sobre o referido programa (SEAGRI-AL, 2012e). Representantes da Central Estadual das Associações de Agricultores Familiares (Ceapa), da Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca (Capiál) e da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (Fael). Embora não possamos afirmar até que ponto essas entidades representam de fato comunidades e grupos de agricultores familiares e públicos beneficiários da Política Nacional de Ater, cabe ressaltar que os representantes destacaram em suas falas questões relacionadas à realidade dos pequenos agricultores brasileiros, como êxodo rural, segurança alimentar, crédito, acesso a sementes para o plantio de grãos.

4.3.3 Dias de campo e intercâmbios

Por fim, identificamos a realização e alguns encontros de integração entre agricultores e beneficiários da PNATER organizados pelas entidades estaduais em diversas cidades do país. Em 29 de março a Asbraer publica em sua Linha do Tempo no Facebook que a entidade oficial de Ater de Sergipe (EMDAGRO-SE) realizou um encontro com 160 artesãs de 14 diferentes municípios do Estado, voltado a “fortalecer a cadeia produtiva do artesanato, com qualidade e sustentabilidade de produção e comercialização” (EMDAGRO, 2012). Em sentido semelhante, agricultoras de Irecê, município da Chapada Diamantina, na Bahia, participaram de encontro voltado a aperfeiçoamento de técnica de pintura em tecido, texto publicado pela Asbraer no dia 15 de maio (EBDA, 2012d). A Asbraer também disponibilizou em sua Linha do Tempo os chamados dias de campo em Rondônia, em 11 de maio – “Dia de Campo mostra a viabilidade

do maracujá” (EMATER-RO, 2012b); em Pernambuco, no dia 17 de maio – “IPA realiza Dia Especial de incentivo à produção de hortaliças orgânicas” (IPA-PE, 2012); na Bahia, em 23 de maio – “Intercâmbio leva agricultores familiares da área de abacaxi em Itaberaba” (EBDA, 2012c).

Embora atividades como os dias de campo e de intercâmbio entre agricultores sejam oportunidades de fortalecimento coletivo e de discussão sobre temáticas diversas, nem sempre as entidades estaduais de Ater buscam praticar uma extensão rural efetivamente participativa e emancipadora, em que os agricultores são considerados sujeitos de suas próprias vidas. Uma análise mais cautelosa do texto disponibilizado no site oficial da Asbraer, por meio de link no perfil do Facebook da entidade, sobre o Dia de Campo promovido pela EMATER-RO, revela que “os extensionistas da Emater apresentaram números e resultados que apontaram a atividade como investimento importante na diversificação da produção local e no contexto na agricultura familiar”, é de se questionar que tipo de extensão rural é praticada quando se afirma que “tem-se levado aos agricultores o conhecimento das potencialidades e oportunidades para o aumento da renda familiar na pequena propriedade” (EMATER-RO, 2012b). Ao ressaltar que o conhecimento está sendo “levado” para o “aumento da renda”, tem-se a impressão de que outros aspectos fundamentais desse tipo de atividade são deixados de lado ou considerados menos importantes. Questões como a construção coletiva do conhecimento, a valorização dos saberes dos agricultores, suas opiniões e preferências, a articulação e organização dos mesmos entre si, a formação política e coletiva favorecida por intercâmbios e dias de campo, ao que parece, são diminuídas pela prática de uma extensão rural de cunho difusionista e vertical.

4.4 Ater e relações de gênero, geração e etnia

Nessa etapa da pesquisa, nossas preocupações se centraram em identificar na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook as ações de comunicação que favorecessem a promoção de políticas públicas e iniciativas de Ater destinadas às mulheres rurais, aos jovens do campo e às populações tradicionais e demais públicos beneficiários da Política Nacional de Ater (PNATER). Em que medida as iniciativas realizadas pela Asbraer em seu perfil virtual apresentaram preocupações com as questões de gênero, sobretudo quanto à inserção sócio, político e econômica das mulheres do meio rural? Até que ponto os problemas relacionados à juventude foram abordados pela Associação nesse espaço? Questões relacionadas às comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas e demais beneficiários da PNATER tiveram espaço entre as publicações feitas pela Asbraer nos meses de março, abril e maio de 2012?

4.4.1 Mulheres do campo, das florestas e das águas

Público fundamental nas preocupações da Política Nacional de Ater, as mulheres receberam atenção discreta entre as publicações feitas pela Asbraer na Linha do Tempo, do total de postagens feitas pela entidade, apenas 7 destacaram o público feminino em ações diversas. Duas delas ressaltaram a posse de presidentes de entidades estaduais de Ater. Em 13 de março a Asbraer noticia em seu perfil no Facebook a posse da nova presidenta do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins-TO), uma das entidades estaduais de Ater. No texto, é enfatizado que a empossada é a primeira mulher a assumir a direção do órgão máximo de Ater no Tocantins e que a posse havia ocorrido no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher (RURALTINS, 2012b). Em 21 de maio é a vez de uma mulher assumir o comando geral de outra entidade Associada à Asbraer, o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (Emater-AL), órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas (Seagri). A Asbraer registrou em seu Facebook a posse da nova presidente, no dia 23 de maio de 2012, com a postagem “Inês Pacheco é nomeada presidente diretora da Asbraer”. Em ambos os casos é apresentado um perfil das novas gestoras, com suas realizações, cargos e funções político-administrativas mais importantes. Embora não se trate de agricultoras familiares ou de outras beneficiárias da PNATER, é relevante o fato de o relato apresentar a posse de mulheres aos cargos máximos de entidades estaduais de Ater, visto que a função, em grande parte, é quase sempre exercida pela figura masculina. Das 27 entidades estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, apenas 3 – Alagoas, Pará e Tocantins – possuem mulheres no cargo máximo da instituição, configuração que se reflete na configuração da própria Asbraer, formada pelos dirigentes de cada estado.

As demais publicações com enfoque nas mulheres rurais – 5 ao todo – tratavam de ações diversas de extensão rural realizadas pelas entidades estaduais no sentido de favorecer a inclusão produtiva e o aumento da renda entre esse público. Três delas destacavam a realização e cursos de capacitação, uma delas divulgava a realização de um seminário e outra trazia a história de uma agricultora que realizava a produção de farinha de mandioca para comercialização. Esta última postagem, intitulada “Agricultora familiar do Pará exporta farinha para Portugal” contava a história de uma mulher rural, líder comunitária, que era apontada como “um dos destaques na diversificação e na qualidade da produção familiar local”, da cidade de Igarapé Preto, estado do Pará. Por meio de assessoria técnica da Emater-PA, diz o texto, a agricultora chegou a exportar parte de sua farinha para a Europa. Além de receber orientações sobre o manejo adequado do plantio da mandioca, a produtora também recebeu apoio para trabalhar a identidade visual de seu produto e na regularização fiscal de suas vendas. Ao que

parece, a assistência prestada possibilitou que cultivadora se tornasse um modelo para a região e buscasse voos ainda mais amplos: “Nossa exportação ainda é tímida por que não estamos regularizados, nossa intenção também é patentear nosso produto”, ressaltou a produtora rural no texto disponível no site institucional da Asbraer (EMATER-PA, 2012a).

Entre os encontros de formação destinados às mulheres rurais promovidos pelas entidades estaduais de Ater e que foram divulgados no perfil do Facebook da Asbraer, três deles abordam iniciativas voltadas ao fortalecimento de cadeias de produção e comercialização de artesanato. Em 29 de março, a Associação divulgou uma iniciativa da Emdagro-SE – “Emdagro promove seminário para 160 artesãs de 14 municípios sergipanos” – em que apresentou um seminário voltado à integração e intercâmbio entre as mulheres artesãs, realizado na cidade de Itabaiana. Esta publicação afirmava que a iniciativa buscava “atender a Chamada Pública nº 26, Contrato 161 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)”. De acordo com a publicação, este contrato tinha o objetivo de atender à cadeia produtiva do artesanato, “com qualidade e sustentabilidade de produção e da comercialização” (EMDAGRO-SE, 2012).

Esta é uma das poucas ações que identificamos que se tratava de um projeto financiado pelo MDA e que foi selecionado por meio de Chamada Pública, modalidade contratação de serviços de Ater prevista na Lei 12.188 – Lei de Ater –, por meio das quais entidades vinculadas aos governos estaduais e Organizações Não-Governamentais concorrem em busca de recursos para suas atividades. O encontro promovido pela Emdagro-SE, divulgado pela Asbraer em seu perfil no Facebook, marcava o encerramento das atividades financiadas pelo Contrato 161 do MDA, o que colocaria em risco a continuidade das atividades de formação e articulação das 160 artesãs dos 14 municípios as que o texto se referiu. Um das críticas feitas ao modo de financiamento proposto pela Lei de Ater, 12.188, para a contratação das ações específicas junto a agricultores familiares e demais beneficiários da Política Nacional de Ater – as Chamadas Públicas – é que para ter continuidade as ações dependem da aprovação de projetos em novas chamadas. Caso a entidade não consiga aprovar um projeto numa das Chamadas Públicas propostas pelo MDA, o trabalho corre um sério risco de ser encerrado prematuramente sem que os processos propostos pela Ater tenham sido concluídos ou fortalecidos. No seminário realizado pela Emdagro-SE com as artesãs sergipanas, essa era uma das preocupações dos técnicos ali presentes, sendo externada por um diretor de Ater da organização: “esse trabalho não acaba por aqui por que ele vai continuar, independentemente de outra chamada pública, pela presença permanente da Emdagro com as populações rurais, consolidando as conquistas que se realizaram nessa etapa” (EMDAGRO-SE, 2012). O fato de a entidade oficial de Ater de Sergipe ser um órgão público, que conta com verbas daquele estado na realização de parte de

suas atividades minimiza esse risco iminente. No entanto a chance de a Emdagro-SE não ser contemplada em novas chamadas públicas do MDA para projetos dessa natureza põe em risco o acompanhamento a ser dado às artesãs dos municípios atendidos.

No dia 15 de maio, “Agricultoras familiares de Irecê aperfeiçoam técnica de pintura em tecido” foi o título da publicação feita pela Asbraer, relatando um curso que seria promovido pela EBDA-BA para 15 mulheres da região. Em 23 de maio a Associação divulgou outra iniciativa de Ater da EBDA-BA junto a mulheres artesãs: “EBDA desenvolve ações em parceria com associação de artesanato”. A publicação destacou as ações feitas em parceria com mulheres rurais ligadas à Associação Mulungu do Sol, que contava com a participação de 10 agricultoras familiares. Neste caso, há uma ênfase na atuação das próprias mulheres, que mantêm uma “relação com a EBDA de dar e receber. (...) A parceria (com a EBDA-BA) foi consolidada na troca de conhecimentos” (EBDA, 2012d), conforme afirma a responsável pela Associação Mulungu do Sol, entidade localizada no município baiano de Mulungu do Morro. A partir do link disponibilizado na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook, tivemos acesso ao texto por completo da publicação. Nele encontramos o relato de que as agricultoras de Mulungu são estão inseridas em outras políticas por meio da Ater, como a comercialização de polpas de fruta para escolas da região, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Segundo o texto, as artesãs são estimuladas a produzirem diversos artigos, como bolsas, porta-retratos, quadros decorativos, pulseiras, colares, entre outros, utilizando-se de materiais disponíveis na própria região, cabendo à EBDA-BA favorecer a inserção e comercialização dessa produção em estandes de feiras realizadas em toda a região. Além disso, segundo a publicação, as mulheres rurais também exercem um papel importante de formadoras de outras agricultoras, conforme destaca o depoimento de uma das responsáveis pela Associação Mulungu do Sol:

Já ministramos cursos de artesanato para outras agricultoras familiares a pedido da EBDA, assim como também por meio de cursos de derivados de umbu, a Empresa nos ensinou a aproveitar esta fruta que tanto a gente via ser desperdiçada, por não saber como aproveitá-las (EBDA, 2012d).

As experiências acima, divulgadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook, apresentam ações das entidades estaduais de Ater, associadas à Asbraer, em que as mulheres aparecem como o público principal. Sobretudo em relação à sua inserção econômica e política. No entanto, vale ressaltar que o número de publicações que tratam abertamente de questões de gênero e da valorização da mulher rural foi bastante reduzido em relação ao total – 7 entre 153. Se levarmos em consideração que o período analisado foi de três meses, temos uma média de publicações de pouco mais de duas postagens por mês, o que revela que num espaço de 30 dias

as mulheres rurais só aparecem prioritariamente de duas a três vezes. Chamou nossa atenção também a ausência de algumas temáticas relacionadas à garantia dos direitos às mulheres, como a divulgação de iniciativas de combate à violência contra a mulher rural; ao fomento de implantação de creches e unidades infantis de ensino – que possibilitariam à mulher dedicar-se por mais tempo a outras atividades; ao incentivo à participação feminina em fóruns políticos, movimentos sociais, sindicatos rurais; entre outras questões.

4.4.2 Juventude rural

Em relação à juventude rural o número de publicações diretas foi ainda menor na Linha do Tempo da Asbraer. Na análise realizada, identificamos apenas 4 postagens na Linha do Tempo da Asbraer que trataram prioritariamente de questões referentes aos jovens do meio rural. Em 19 de abril, com a postagem “Ruraltins firma convênio e beneficia alunos do Colégio Agrícola de Monte Carmo”, a Asbraer disponibilizou em seu perfil virtual o link de um texto que abordava uma parceria entre a entidade estadual de Ater do Tocantins e a Associação de Apoio ao Colégio Agrícola Brigadas Che Guevara, que fica no município de Monte do Carmo. Por meio da parceria, estudantes do colégio poderiam realizar estágios curricular na Ruraltins-TO, complementando suas formações profissionais e conhecendo melhor as ações de Ater desenvolvidas pela organização (RURALTINS, 2012c). O texto disponível no site da Asbraer nos revelou uma informação relevante quanto à origem dos estudantes do Colégio Agrícola: “Os estudantes em questão são filhos de agricultores familiares, público alvo do Ruraltins, e no futuro serão profissionais de qualidade atuando ao lado das próprias famílias” (RURALTINS, 2012c), destacou a diretora do colégio na ocasião. Não foi informado na publicação que tipos de atividades esses jovens estudantes realizaram durante a experiência de um ano de estágio no Ruraltins-TO, no entanto vale salientar que o fato de serem filhos de agricultores familiares com idade mínima de 16 anos, conforme descreve o texto, configura uma possibilidade de contato pessoal e profissional desses estudantes com as ações da empresa estadual responsável pelo acompanhamento de famílias de agricultores no estado do Tocantins, o que pode gerar oportunidades não só para esses estudantes mas também para o próprio Ruraltins, no sentido de conhecer melhor a realidade desse grupo geracional específico.

No dia 11 de maio a Asbraer divulga em sua Linha do Tempo a publicação “Jornada Agroecológica mostra experiência em áreas degradadas”, em que apresenta o relato de autoria da assessoria de comunicação da Emater-RO em que jovens rurais da região de Ouro Preto do Oeste, matriculados na Escola da Família Agrícola (EFA), participam de uma jornada voltada à adoção de práticas agroecológicas para a recuperação de áreas ambientalmente degradadas

(EMATER-RO, 2012a). Em 23 de maio, a Asbraer publica que “Agricultores familiares recebem certificados de cursos profissionalizantes”, em texto produzido pela assessoria de comunicação da Emater-RN, que noticia a finalização de cursos voltados a jovens agricultores de 20 a 25 anos, de oito diferentes municípios do Rio Grande do Norte. Ao todo, os cursos profissionalizantes envolveram agricultores familiares divididos em 24 turmas, nas áreas de fruticultura, mandiocultura, agroecologia e meio ambiente, avicultura, sanidade animal, bovinocultura e ovinocultura, com cargas horárias de 200 horas/aula cada (EMATER-RN, 2012b). Por fim, identificamos que no dia 31 de maio a Asbraer divulgou uma publicação em sua Linha do Tempo sobre a Feira da Biodiversidade do município de Três Cachoeiras, no Rio Grande do Sul, evento que, diz o texto, dar visibilidade às ações e experiências dos agricultores familiares da região, tanto na preservação do meio ambiente, quanto na produção de alimentos saudáveis para toda a população. O evento também teria o objetivo “o estímulo para melhorar e fortalecer a permanência do agricultor e especialmente do jovem no meio rural” (EMATER-RS, 2012a).

As ações acima citadas ao mesmo tempo em que abordam preocupações de algumas entidades estaduais promotoras da Ater sobre a juventude rural, especialmente em relação a sua permanência no campo, deixam a desejar quanto à diversidade de iniciativas para esse fim. As publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo e que abordam a juventude rural como tema central, além de numericamente reduzidas – apenas 4 num universo de 153 postagens – enfatizam apenas ações voltadas quase exclusivamente à agricultura ou a atividades agropecuárias, como bovinocultura ou ovinocultura. Embora em algumas das publicações feitas pela Asbraer os jovens sejam chamados a serem agentes de preservação ambiental ou é apresentada, mesmo que sucintamente, a possibilidade de diversificação das iniciativas econômicas, em geral a ênfase dada nas publicações refere-se à permanência no campo por meio de atividades eminentemente à produção agropecuária. A promoção de atividades ligadas à prestação de serviços – turismo rural, por exemplo –, à cultura e ao artesanato, à inclusão digital e tecnológica ou a educação formal e até universitária.

4.4.3 Quilombolas, Indígenas e povos tradicionais

Chamou nossa atenção na presente análise a quase ausência total de publicações que se referissem às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais povos tradicionais a que a Política Nacional de Ater distingue como públicos exclusivos da ação da extensão rural. Nos três meses do recorte de nossa análise, - março, junho e julho de 2012 – identificamos apenas três publicações na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook que abordavam ações de

Assistência Técnica e Extensão Rural sendo realizadas com alguns desses grupos. Uma delas, publicada no dia 23 de maio, referia-se a doação de sementes de milho e feijão feita pelo governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Seagri-AL), a 26 comunidades de todo o estado. Intitulada “Comunidades quilombolas recebem sementes de feijão e milho”, o texto ressalta que a ação busca garantir a produção de alimentos para os agricultores dessas comunidades e das cidades onde elas estão inseridas. Apesar de fazer a ressalva que a iniciativa conta com a parceria da Coordenação Estadual dos Quilombolas de Alagoas (Corqual), o então secretário da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas ressalta no texto que “O apoio a essas comunidades é uma determinação do governador” (SEAGRI-AL, 2012g), não fazendo nenhum vínculo dessa ação com as proposições da PNATER.

Os povos indígenas também só foram contemplados pela Asbraer com apenas uma publicação em sua Linha do Tempo, no dia 18 de maio, com a postagem “Empaer presta assistência técnica a índios da tribo Bakairi em Nobres”. O conteúdo completo do texto apresentava uma iniciativa ações de extensão rural realizadas pela Empaer-MT vinculadas ao Projeto Vida Nova, voltado à “promoção da segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas, por intermédio e metodologias participativas que valorizem os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais” (EMPAER, 2012c). O projeto recebe o financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e teria o objetivo de atender 84 municípios com ações de Ater, devendo ser envolvidos pelo menos 470 indígenas e nove mil agricultores tradicionais. Foi destacada também nesta publicação a atuação de um extensionista rural que trabalha com comunidades indígenas desde 1989, no município de Campo Novo de Parecis, que afirma ter o “cuidado em respeitar a cultura, tradição e costume da tribo Paresi”. Essa iniciativa, ao que parece, busca caminhar próxima às preocupações da Política Nacional de Ater, na medida em que se afirma o respeito à cultura, tradições e costumes dos povos indígenas atendidos e se prega a promoção uma Ater específica e individualizada, voltada aos problemas vividos pelas comunidades nativas da região.

No dia 2 de Abril, a Asbraer havia noticiado em seu perfil no Facebook a realização de uma oficina de nivelamento promovida pela mesma Empaer-MT, com o objetivo de oferecer uma Ater diferenciada para “agricultores familiares, jovens, quilombolas e comunidades indígenas” (EMPATER, 2012d). Esta foi a única experiência citada pela Asbraer em sua Linha do Tempo entre março e maio de 2012 em que uma entidade estadual de Ater buscou promover um encontro de formação para seus extensionistas rurais com esse tipo de preocupação.

Na perspectiva de análise de uma Ater voltada à promoção de políticas para mulheres e jovens rurais, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais povos tradicionais – públicos de preocupação prioritária da PNATER – encontramos um número pequeno de experiências na Linha do Tempo da Asbraer. Além disso, o enfoque dado a essas iniciativas das entidades estaduais de Ater estava voltado, em sua maioria, à realização de atividades que tiveram como prioridade esses grupos específicos. Das 153 publicações feitas pela Asbraer, apenas 14 enfatizaram ações de Ater específicas para a inclusão de mulheres (7), jovens (4) e comunidades tradicionais (3), o que correspondeu a cerca de 9% do total de postagens feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar as ações de comunicação da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) no Facebook, no sentido de promover os princípios da Política Nacional de Ater (PNATER). Mais especificamente, pretendíamos compreender até que ponto as ações de comunicação da Asbraer no Facebook favoreciam a promoção de questões ligadas à Ater e o Desenvolvimento Sustentável, a agricultura de base ecológica, às questões de gênero, geração, raça e etnia e à construção da cidadania e democratização da política pública de Ater.

Neste sentido, buscamos compreender as preocupações da Asbraer no cenário contemporâneo da Ater brasileira. Fundada em 1990 com o objetivo de minimizar os efeitos negativos que se seguiram com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a Asbraer é formada pelas entidades oficiais responsáveis pelas ações de extensão rural em todos os estados do país. Ao todo, 27 entidades compõem a Asbraer, que tem sede em Brasília, Distrito Federal. Os presidentes das respectivas entidades estaduais de Ater representam as mesmas nos fóruns da Associação.

Entre os objetivos sociais da Asbraer, demos ênfase àqueles que se referem à participação e influência na política de desenvolvimento rural, com ênfase na política de Ater; e à divulgação das atividades de suas associadas na perspectiva da promoção da Ater no Brasil.

Nesta perspectiva, identificamos que a Asbraer se compromete estatutariamente a influenciar as políticas públicas destinadas à Assistência Técnica e Extensão Rural e, também, a divulgar as ações desenvolvidas por suas 27 entidades associadas, como forma de favorecer a atividade de extensão rural no Brasil. Entre as ações que a Associação buscou desenvolver, para atingir seus objetivos institucionais, a partir do mês de maio de 2011 está a utilização de ferramentas virtuais voltadas à formação de redes sociais e ao compartilhamento e divulgação dos conteúdos que produz e os de suas associadas. Nesse sentido, a Asbraer introduziu entre suas iniciativas de comunicação organizacional a utilização de sites de redes sociais como Facebook, Twitter e Orkut, além do compartilhador de vídeos YouTube. Nossas preocupações se recaíram sobre o perfil institucional da Asbraer no site de redes sociais Facebook, a rede social virtual mais utilizada no Brasil e no planeta, seja para fins pessoais ou institucionais.

Na análise, identificamos o perfil virtual do Facebook da Asbraer - [facebook.com/asbraer.brasilia](https://www.facebook.com/asbraer.brasilia) – como um espaço utilizado amplamente pela instituição entre suas estratégias de comunicação social, que, entre outros aspectos, tem o objetivo de favorecer a realização da missão a que a referida instituição se propõe a exercer.

Na pesquisa, foram utilizadas uma combinação de técnicas metodológicas que nos possibilitaram a compreensão do objeto e sua respectiva análise. Neste sentido, a utilização da análise documental e, sobretudo, da etnografia virtual ou netnografia nos possibilitou conhecer aspectos relevantes das ações de comunicação feitas pela Asbraer em seu perfil no Facebook, especialmente em sua Linha do Tempo, nesse espaço virtual. Por meio da análise documental, tivemos acesso a documentos-chave para a compreensão da estrutura organizacional da Asbraer e de seus objetivos institucionais. Somado a isso, a realização de uma entrevista semiestruturada com o atual presidente da Associação nos ajudou a compreender os caminhos percorridos pela Asbraer na contemporaneidade na realização das ações a que se propõe a realizar. A etnografia virtual foi um caminho metodológico que se mostrou adequado a análises significativas de aspectos da rede social virtual formada pela Asbraer e seus seguidores, bem como das próprias práticas comunicacionais realizadas entre a Associação e os demais *nós* da rede e destes entre si, mediados pelas ações de comunicação feitas pela Asbraer. Por fim, buscamos compreender em que medida as publicações feitas pela Associação em seu perfil virtual favorecem a promoção de aspectos relacionados à Política Nacional de Ater, sobretudo aos seus princípios.

Em nossa análise, identificamos que a Asbraer vem se esforçando nos últimos anos para ocupar um espaço de protagonismo no debate da Ater contemporânea. A Instituição buscou participar de diversos fóruns de discussão, encontros, reuniões, audiências junto a diversas instâncias de poder, no sentido de exercer influência nos rumos tomados pelas políticas públicas destinadas aos homens e mulheres do campo de todo o Brasil. Foram palco para atuação política da Asbraer entre maio de 2011 e julho de 2012 espaços como o Congresso Nacional – Senado e Câmara Federal -; os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA, Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), das Relações Internacionais da Presidência da República, entre outros fóruns de discussão.

A proposta defendida com mais empenho pela Asbraer nos últimos anos foi a criação do Sistema Brasileiro de Ater (Sisbrater) e de uma entidade pública que o gerenciasse. A Asbraer, inclusive, faz parte do comitê constituído pelo Governo Federal com o intuito de pensar e planejar a formatação desse novo órgão da administração federal, a ser criado para a articulação das ações de Ater em todo o país por determinação da presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, a Asbraer defende que o futuro órgão nacional de Ater seja vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável atualmente por grande parte das políticas públicas voltadas à Ater no país. Ao contrário do que estabelece a Ater, que trata os agricultores familiares, populações ribeirinhas, quilombolas e comunidades tradicionais como os públicos exclusivos das ações ligadas à Política Nacional de Ater, a Asbraer defende que o

novo órgão não se restrinja exclusivamente a esses públicos específicos, mas que também acompanhe por meio de ações e políticas outros grupos que necessitem de Assistência Técnica e Extensão Rural, como médios e grandes agricultores.

A análise da rede social virtual formada pela Asbraer e seus seguidores no Facebook possibilitou a identificação dos atores ali envolvidos, dos processos comunicativos realizados entre estes. Num primeiro momento, buscamos compreender quais eram os atores, entidades e organizações em geral presentes entre os seguidores da Asbraer no Facebook. Ao todo, identificamos pelo menos três grupos específicos, cada um com características semelhantes. O primeiro grupo que chamou nossa atenção foi o de profissionais com formação específica nas Ciências Agrárias. Agrônomos, médicos-veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas e agropecuários, entre pessoas de outras formações marcaram presença entre os seguidores da Asbraer. Neste sentido, dos 179 amigos virtuais da Associação no Facebook identificados 49 afirmaram em seus próprios perfis nesta rede virtual que tinham algum tipo de formação vinculada às Ciências Agrárias, dos quais pelo menos nove se definiram publicamente como extensionistas rurais. Os profissionais dessa área do conhecimento e, especialmente, os extensionistas rurais poderiam constituir um público de interesse primordial por parte das ações de comunicação da Asbraer neste espaço, já que quase a totalidade dos conteúdos postados pela Associação neste espaço se referiam a algum aspecto relacionado ao mundo rural, sobretudo relacionados à Ater. No entanto, acreditamos que esse número de contatos poderia ser mais amplo, levando-se em consideração que apenas nas entidades associadas à Asbraer possuem um quadro de profissionais de cerca de 16 mil extensionistas rurais.

Identificamos também a presença de 40 perfis relacionados a veículos e profissionais de comunicação social – jornalistas, produtores, publicitários, assessores de imprensa – que foram responsáveis pela grande maioria das interações registradas na Linha do Tempo da Asbraer – ínfimas por sinal. Esse público poderia constituir um grupo específico de interesse da Asbraer em suas ações de comunicação, já que – vinculados a jornais, revistas, sites entre outros veículos de comunicação – estes poderiam levar adiante as publicações feitas pela Asbraer, compartilhando-as em suas próprias redes virtuais no Facebook ou tomando-as como sugestões de reportagem a serem veiculadas nas empresas em que trabalham. Chamou nossa atenção o pequeno número desse perfil profissional que estava vinculado a alguma das empresas estaduais de Ater que são associadas à Asbraer. Apenas quatro dos 40 perfis vinculados a profissionais de comunicação social afirmaram trabalhar em uma das entidades oficiais de Ater. Entre estes, três afirmaram publicamente atuarem no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA-PE). Ao

todo, a rede virtual da Asbraer no Facebook não contou com a participação de sequer um único profissional de 25 das 27 entidades oficiais de Ater.

A respeito das práticas comunicacionais realizadas na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook - entre a entidade e seus seguidores e desses entre si -, podemos afirmar que na quase totalidade do período analisado – de março a maio de 2012 – o referido espaço se assemelhava à execução de um monólogo por parte da Associação, na medida em que esta entidade buscou disponibilizar uma quantidade significativa de conteúdos mas não encontrou quase nenhum interlocutor que realizasse comentários, manifestasse-se positivamente por meio da ferramenta “curtir” disponível na rede ou, simplesmente compartilhasse as postagens da Asbraer em sua própria rede pessoal ou institucional de contatos. Apesar de ter publicado 153 diferentes tipos de conteúdo em sua Linha do Tempo no Facebook, a Asbraer não conseguiu fazer deste espaço um lugar de discussão, debate ou de diálogo sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural. Não registramos nenhum único comentário dos *nós* da rede virtual em que a Asbraer está inserida com seus seguidores. Além disso, apenas nove manifestações positivas por meio do botão “curtir” e outros 22 compartilhamentos foram registrados na Linha do Tempo da Asbraer entre março e maio de 2012, número que pode ser considerado incipiente em relação às possibilidades de interação e diálogo permitidas por ferramentas de comunicação digital como o Facebook.

Quanto à análise das mensagens postados na Linha do Tempo da Asbraer, percebemos que as mesmas ora apresentavam experiências concernentes aos princípios da PNATER, ora se afastavam destes princípios, na direção de práticas e Ater difusionistas e limitadoras. Nossa análise se dividiu em quatro categorias: Ater e Desenvolvimento Sustentável; Ater e agricultura de base ecológica; Ater, construção da cidadania e democratização da gestão da política pública; e Ater e relações de gênero, geração e etnia.

Na primeira categoria de nossa análise – Ater e desenvolvimento sustentável – buscamos compreender até que ponto as ações de comunicação realizadas pela Asbraer em sua Linha do Tempo favoreciam o fortalecimento de um tipo de desenvolvimento rural que contemplasse as diversas dimensões do desenvolvimento, e não se limitasse apenas à questão do aumento de produtividade e de lucros. Nesse sentido, percebemos uma pequena presença de conteúdos que abordassem especificamente essa temática. E ainda assim, as experiências apresentadas na Linha do Tempo da Asbraer se limitaram, em grande medida, à ações voltadas à produção de alimentos mais saudáveis para a conquista de nichos de mercado. Identificamos também a realização de alguns eventos de formação com o objetivo de sensibilizar jovens rurais para a recuperação de áreas degradadas ou incentivar agricultores familiares a não utilizarem insumos químicos e agrotóxicos.

Em relação à categoria Ater e agricultura de base ecológica, identificamos publicações que apresentavam diversas experiências de estímulo, fortalecimento e incentivo à realização de atividades agrícolas junto às famílias rurais. Em alguns casos, registramos depoimentos e citações dos textos em que era possível perceber a prática de uma extensão rural de caráter funcionalista, sobretudo em casos nos quais os agentes de Ater afirmaram a importância de “levar o conhecimento para os agricultores” sem levar em consideração a importância dos saberes dos próprios camponeses no processo de extensão rural. Em geral, percebemos que os agricultores e agricultoras familiares foram tratados em parte significativa das publicações como o público-alvo de projetos. A proposta era a de “levar conhecimento” para o aumento da produção, a implementação de tecnologias ou a mudança de hábitos na produção agrícola. Registramos também experiências positivas, que relataram os exemplos de agricultores e agricultoras familiares na diversificação e beneficiamento de sua produção agrícola, que apresentaram iniciativas de inserção dos produtos da agricultura familiar em feiras e nichos de mercado ou por meio de políticas de compra direta como o PNAE e o PAA.

Em relação à categoria Ater, cidadania e democratização da política pública, destacamos o número reduzido de publicações em que agricultores e agricultoras aparecem como verdadeiros protagonistas, em que o empoderamento das famílias rurais foi colocado em destaque, nas quais esses atores foram colocados em pé de igualdade com autoridades, gestores, extensionistas rurais e outros atores políticos relacionados ao debate da Ater pública. Um dos poucos exemplos identificados em nossa análise relatou o encontro entre dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que foram recebidos por representantes do Governo Federal – ministros e a própria presidente Dilma Rousseff – para receberem as respostas a respeito da pauta de reivindicações apresentadas pela entidade, fruto do 18º Grito dos Excluídos da Terra do Brasil. Em geral, a sensação que se tem ao navegar por entre as publicações da Linha do Tempo da Asbraer no Facebook é a de que este ocupou um papel secundário, respondendo ou reagindo a iniciativas que partiram das entidades estaduais de Ater.

A quarta e última categoria de análise destacou as ações de Ater que buscassem promover a inserção política, econômica e social das mulheres do campo. O que ocorreu igualmente em relação as iniciativas específicas para a juventude rural, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais povos tradicionais apontados com exclusividade como beneficiários da Política Nacional de Ater. Das 153 publicações feitas pela Asbraer em sua Linha do Tempo no Facebook, entre março e maio de 2012, apenas 7 se relacionaram à iniciativas específicas relacionadas às mulheres. Duas dessas destacaram a posse das

presidentes das entidades de Ater do Alagoas e do Tocantins. As outras cinco detalharam experiências de integração de agricultoras e mulheres artesãs, voltadas sobretudo à inclusão produtiva e geração de renda. A juventude rural e as comunidades tradicionais encontraram ainda menos espaço entre as publicações feitas pela Asbraer nesse espaço. Apenas 4 publicações destacaram iniciativas de Ater entre os jovens de diferentes contextos rurais, entre notícias que relataram a oportunidade de estágios e a realização de encontros de formação ligados à pauta da sustentabilidade ou a cursos profissionalizantes. Quanto aos povos tradicionais, apenas duas publicações abordaram iniciativas de Ater junto a essas comunidades: uma referiu-se a comunidades indígenas do município de Nobres, Mato Grosso, e a outra destacou a distribuição de sementes de milho e feijão entre membros de comunidades quilombolas de Alagoas. A pouca presença de publicações referentes a questões geracionais, de etnia ou raça, somada à pouca diversidade de temáticas tratadas no espaço virtual da Asbraer no Facebook, deixou a impressão de que estas populações – jovens e povos tradicionais – não foram contemplados de forma expressiva na Linha do Tempo da Asbraer no Facebook.

Mais do que a realização de críticas ou o apontamento das fraquezas e pontos negativos da experiência da Asbraer nos usos do Facebook, nossas preocupações de pesquisa se concentraram em compreender os possíveis caminhos que favoreçam o fortalecimento das políticas públicas de Ater por meio dos usos dessas ferramentas de comunicação digital. Se é verdade que muitas iniciativas no Facebook ou em redes como o Twitter têm conseguido bons resultados no sentido de sensibilizar e mobilizar pessoas, exercer influência sobre grupos, promover debates e aprofundamentos, dar visibilidade a problemas e a situações específicas, então a utilização destas ferramentas de comunicação também devem estar entre os interesses dos atores comprometidos com a promoção da Ater pública e de qualidade em todos os níveis. Embora sejamos de opinião favorável de que as mudanças tão almejadas por homens e mulheres do campo passam necessariamente, como assinala Tauk Santos (2009), pela apropriação destes das esferas reais de participação, como conselhos, fóruns, audiências públicas, conferências, entre outros, também acreditamos que o bom uso das ferramentas disponíveis por sites de redes sociais virtuais podem favorecer esse processo, na medida em que esses espaços ganham cada dia mais novos usuários e passam a ocupar cada vez mais importância na vida das pessoas e instituições.

Entre nossas sugestões à Asbraer para a realização de melhorias em suas ações de comunicação no Facebook, acreditamos que a Associação poderia se dedicar a ampliar os contatos com atores de seu interesse direto, sobretudo extensionistas rurais, entidades oficiais de Ater que possuam perfis nessa rede virtual, organizações não-governamentais interessadas e

atuantes junto a agricultores familiares e demais beneficiários da PNATER. Além disso, a Asbraer também poderia realizar esforços para *conquistar* mais e mais seguidores e, especialmente, gerar interesse entre aqueles que já a seguem no sentido de interagirem, comentarem, compartilharem os conteúdos que a mesma disponibiliza em sua Linha do Tempo. Também seria interessante que a Asbraer se esforçasse no sentido de garantir uma maior e melhor divulgação das iniciativas de suas associadas nesse espaço, especialmente assegurando uma participação mais homogênea entre os diferentes estados do Brasil. Cabe recordar que 12 entidades estaduais associadas à Asbraer não tiveram nenhuma iniciativa sua divulgada nesse espaço virtual. Estas poderiam ser sensibilizadas, por meio de suas assessorias de comunicação, para que enviem sugestões de pauta e conteúdos que apresentem suas iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Em relação aos conteúdos publicados, embora tratassem, em sua grande maioria, de publicações de autoria das entidades estaduais associadas, a Asbraer poderia fazer um esforço no sentido de assegurar que alguns temas significativos para a Ater contemporânea sejam contemplados com maior frequência. Conteúdos que divulgassem ações de iniciativas com mulheres rurais, jovens do campo e comunidades tradicionais poderiam ser contemplados mais frequentemente no perfil virtual da Asbraer no Facebook. Em alguns casos, esse tipo de publicação pode ajudar extensionistas rurais e promotores de Ater a incluírem em suas práticas e preocupações esses públicos tão importantes. Iniciativas de Ater para a promoção de atividades não-agrícolas poderiam ter mais presença na Linha do Tempo da Asbraer. Embora a Asbraer tenha apresentado diversas iniciativas como a apicultura, a piscicultura, a avicultura e a ovinocultura, atividades voltadas à prestação de serviços como o turismo rural, a inclusão digital de jovens do campo, entre outras, certamente enriqueceriam e aumentariam o leque de iniciativas de Ater presentes nesse espaço virtual.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, XLV, 2007, Londrina. **Anais**. Londrina: Sober, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/diwpM>>. Acesso em: 5 maio 2012.
- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico em comunicação digital. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 20, p. 34-40, dezembro, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/diww6>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- AMARAL, 2010. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, São Paulo, n. 86, p. 122-135, junho/agosto, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/dixd1>>. Acesso em: 13 set. 2012.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em <<http://migre.me/dixqN>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; ABER. Academia Brasileira de Extensão Rural. **Serviços de ATER para o Brasil contemporâneo: contribuição da Extensão Rural Estatal aos candidatos à presidência da República**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diz90>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **2º Fórum dos dirigentes das entidades oficiais de Ater: convênio MDA/ASBRAER Nº 029/2008**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://migre.me/dizAc>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- _____. **Frente da Extensão Rural de Santa Catarina será lançada nesta quarta-feira**, Florianópolis, 2 de agosto de 2011b. Disponível em <<http://migre.me/diLpP>>. Acesso em: 7 dez. 2012.
- _____. **Asbraer propõe mudanças nas chamadas públicas**, Brasília, 21 de julho de 2011c. Disponível em: <<http://migre.me/diLzf>>. Acesso em: 7 dez. 2012.
- _____. **IPA recebe deputados da Comissão de Agricultura**, Recife, 8 de junho de 2011d. Disponível em: <<http://migre.me/diM11>>. Acesso em: 7 dez. 2012.
- _____. **Presidente da ASBRAER defende a recriação da Embrater**. Brasília, 6 de julho de 2011e. Disponível em: <<http://migre.me/diWET>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- _____. **ASBRAER propõe ao governo a criação de órgão para coordenar a política nacional de extensão rural**, Brasília, 20 de julho de 2011f. Disponível em: <<http://migre.me/diMVo>>. Acesso em: 7 dec. 2012.
- _____. **ASBRAER apresenta proposta para um novo tempo de extensão rural**, Brasília, 13 de setembro de 2011g. Disponível em: <<http://migre.me/diN6R>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Para um Brasil sem miséria, é preciso investir na extensão rural**, Brasília, 16 de setembro de 2011h. Disponível em: <<http://migre.me/diNhk>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Criação de entidade nacional de ATER é consenso no Congresso Nacional**, Brasília, 8 de dezembro de 2011i. Disponível em: <<http://migre.me/diNot>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Subcomissão aprova proposta do Sisbraer**, Brasília, 13 de dezembro de 2011j. Disponível em: <<http://migre.me/diOFU>>. Acesso em: 7 dec. 2012.

_____. **Comissão de Agricultura da Câmara recomenda ao governo federal a criação do Sisbrater**, Brasília, 14 de dezembro de 2011k. Disponível em: <<http://migre.me/diORu>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Dirigentes das entidades de ATER vão lutar pela criação de frentes parlamentares nos estados e municípios**. Brasília, 5 dez. 2011m. Disponível em: <<http://migre.me/dm411>>. Acesso: 9 dez. 2012.

_____. **Estatuto Social da Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2012a. Não paginado. Disponível em: <<http://migre.me/diyNL>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

_____. **Criação do Sisbrater ganha mais apoio no Congresso**. Brasília, 2012b. Disponível em <<http://migre.me/dizFb>>. Acesso: em 13 de jun. 2012.

_____. **Asbraer faz 22 anos e defende um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural**, Brasília, 26 de junho de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/diKtH>>. Acesso em: 9 dez. 2012.

_____. **Criação do Sisbrater ganha mais apoio no Congresso**. Brasília, 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dIKuH>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. **Presidente Dilma Rousseff vai criar a agência nacional de extensão rural**, Brasília, 28 de junho de 2012d. Disponível em: <<http://migre.me/diMiK>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

_____. **Conferência Nacional de ATER e criação do Sisbrater são prioridades políticas de 2012**. Brasília, 24 de janeiro de 2012e. Disponível em: <<http://migre.me/dm32B>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. **ASBRAER reforça necessidade de criação do Sisbrater no Senado**. Brasília, 27 de março de 2012f. Disponível em: <<http://migre.me/dm36b>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Criação do Sisbrater ganha mais apoio no Congresso**. Brasília, 28 de março de 2012g. Disponível em: <<http://migre.me/dmfvV>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Asbraer propõe a construção de um sistema de Ater na abertura da 1ª Conferência**. Brasília, 24 de abril de 2012h. Disponível em: <<http://migre.me/dmfrx>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato F. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/dizHO>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/diA6G>>. Acesso em: 7 maio 2011.

_____. Lei Nº 8.029, de 12 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução das entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://migre.me/diAM0>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diARI>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

BROSE, Markus (org). **Participação na Extensão Rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004, pp. 08-19.

CALLOU, Angelo Brás. Ciberextensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34, 2011, Recife. **Anais**. Recife, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/dmNzs>>. Acesso em: 11 out. 2012.

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011

CAPORAL, F.R. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/diAU9>>. Acesso em: 6 de jun. 2012.

_____. **Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, V. 4, nº 1, ago/dez, 2011. Porto Alegre: EMATER-RS-ASCAR, 2011, pp. 23-33. Disponível em: <<http://migre.me/diBdX>>. Acesso em: 15 set. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Análise multidimensional da sustentabilidade**: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. **Extensão Rural e Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; V.1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (org.) **Por uma Outra Comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003. pp. 255-287.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. **Agricultura familiar**: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2009 p. 47-70.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. CONTAG reconhece avanços na pauta do GTB. **ASBRAER**, 31 de maio de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/dlkOw>>. Acesso em: 12 de dez. 2012.

DE JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTAN, Antonio David (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores. 2003.

DIAS, Marcelo Miná. **Políticas Públicas de Extensão Rural e inovações conceituais**: limites e potencialidades, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/diBpZ>>. Acesso em: 4 jun. 2012.

DOWBOR, Ladislau. Redes de Informação de gestão local. In: SILVEIRA, Cio Márcio; REIS, Liliane da Costa (orgs.). **Desenvolvimento Local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

EBDA. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. Capacitação enfoca educação ambiental sustentável. **ASBRAER**, Brasília, 17 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dl7sx>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Lei 11.947 intensifica mercado para agricultores familiares de Jaguarari. **ASBRAER**, Brasília, 4 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlf3J>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Intercâmbio leva agricultores familiares da área de abacaxi em Itaberaba. **ASBRAER**, Brasília, 23 de maio de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dlvS6>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Agricultoras familiares de Irecê aperfeiçoam técnica de pintura em tecido. **ASBRAER**, Brasília, 14 de maio de 2012d. Disponível em: <<http://migre.me/dlwG4>>. Acesso em: 11 de maio 2012.

EMATER-PA. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. Agricultora familiar do Pará exporta farinha para Portugal. **ASBRAER**, Brasília, 8 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dlbyW>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Primeira feira da agricultura familiar reunirá em Belém os estados da Amazônia Legal. **ASBRAER**, Brasília, 21 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dljFi>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

EMATER-PB. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba. Paraíba promove eventos para conscientizar agricultor familiar sobre produção orgânica. **ASBRAER**, Brasília, 19 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dlbX8>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Produção familiar paraibana atende demanda do Pnae. **ASBRAER**, Brasília, 2 de abril de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dleRw>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Governo lança campanha para combater pragas de coqueirais em Várzeas de Souza. **ASBRAER**, Brasília, 11 de maio de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dligq>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Agricultores familiares debatem produção de leite no Cariri. **ASBRAER**, Brasília, 2 de abril de 2012d. Disponível em: <<http://migre.me/dlkAp>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

EMATER-RN. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte. Extensionistas rurais da EMATER-RN são capacitados para atuar no Compra Direta 2012. **ASBRAER**, Brasília, 23 de março de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/dlfkm>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Agricultores familiares recebem certificados de cursos profissionalizantes. **ASBRAER**, Brasília, 23 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlwTD>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

EMATER-RO. Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. Jornada Agroecológica mostra experiência em áreas degradadas. **ASBRAER**, Brasília, 11 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dlwPh>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Dia de campo mostra viabilidade do maracujá. **ASBRER**, Brasília, 11 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlbG7>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Feira tecnológica marcará o início da modernidade em Rondônia. **ASBRAER**, Brasília, 10 de maio de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dljX9>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

EMATER-RS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul. Produção animal de base ecológica é tema da Semana de Alimentos Orgânicos de Santa Maria. **ASBRAER**, Brasília, 23 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dl7k7>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Feira da Biodiversidade em Três Cachoeiras inicia no Dia Mundial do Meio Ambiente. **ASBRAER**, Brasília, 31 de maio de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlx0h>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

EMDAGRO-SE. Emdagro promove seminário para 160 artesãos de 14 municípios sergipanos. **ASBRAER**, Brasília, 29 de março de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/dlmm0>>. Acesso em: 9 dez. 2012.

EMPAER-MT. Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Agricultor familiar é exemplo de sucesso em Colíder. **ASBRAER**, Brasília, 8 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dlbaR>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Pesquisa recomenda novas cultivares de abacaxi para produtores em MT. **ASBRAER**, Brasília, 27 de março de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dliBN>>. Acesso em: 9 dez. 2012.

_____. Empaer presta assistência técnica a índios da tribo Bakairi em Nobres. **ASBRAER**, Brasília, 17 de maio de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dlx8l>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Empaer oferece atendimento diferenciado a 8,5 mil agricultores familiares de Mato Grosso. **ASBRAER**, Brasília, 2 de abril de 2012d. Disponível em: <<http://migre.me/dlxdJ>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

FACEBOOK, 2012. Termos e políticas do Facebook. Disponível em: <<http://migre.me/diBuZ>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, nº 02, p.20-31, maio-agosto, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/diBxF>>. Acesso em: 15 de jul. 2012.

GOHN, Maria da Glória. (org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

IBOPE/NIELSEN. **Brasil: Perfil da Audiência Período: mês de Agosto, 2012:** Acesso Domiciliar/Trabalho. Rio de Janeiro, 2012.

IPA-PE. Instituto Agrônomo de Pernambuco. IPA promove Dia Especial de incentivo à produção de hortaliças orgânicas. **ASBRAER**, Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/dlaR2>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Projeto IPA Conectado**. Recife, [2010]. Disponível em: <<http://migre.me/dlNTa>>. Acesso em 17 dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Síntese de indicadores 2011**. Rio de Janeiro, 2012.

JARA, Carlos Júlio. **Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais**. Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Ação Local e Desenvolvimento Sustentável, Caderno Debates, n. 11, São Paulo, 1996.

KANTER, Beth; FINE, Allison H. **Mídias sociais transformadoras: ação e mudança no terceiro setor**. São Paulo: Évora, 2011.

KERPEN, Dave. **Likeable social media**. How to delight your customers, create an irresistible brand, and be generally amazing on Facebook (and other social networks). MacGraw-Hill, 2011. ISBN: 978-0-07-176950-1. E-book.

KIRKPATRICK, DAVID. **O efeito Facebook: os bastidores da história da empresa que está conectando o mundo**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

KOZINETS, R. V. **The field behind the screen: using Netnography for marketing research in online communities**. 2002. Disponível em: <<http://migre.me/dkVnR>>. Acesso em: 10 jul. 2011

_____. **Netnography: Doing Ethnography research online**. London: Sage, 2010.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

_____. Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas. **Análisi: Cadernos de Comunicação e Cultura**, 34, 2006, p.25-139. Disponível em <<http://migre.me/dkV1x>>. Acesso em: 20/09/2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Irenilda de Souza; ROUX, Bernard. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, Gustavo. **Comunicación, tecnología y desarrollo**. Argentina: Editorial Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008, p.91-102.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: 2003/2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

_____. **MDA e Asbraer discutem Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/dlJ3h>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

_____. **1ª Conferência nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar e reforma agrária**. Relatório das propostas aprovadas na plenária final: versão preliminar. Brasília, 2012a.

_____. **1ª Conferência Nacional de Ater:** Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. Documento-Base versão nacional. Brasília, 2012b.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS lança edital para para (*sic*) criação de unidades de distribuição de alimentos. **ASBRAER**, Brasília, 17 de maio de 2012. Acesso em: < <http://migre.me/dlfQe>>. Acesso em 11 dez. 2012.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Local. In: Cattani, A. David. (org). **A Outra Economia**. Porto. Alegre: Vaz Editores, 2003. PP. 76-84.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet:** an ethnography approach. Oxford: Berg, 2001.

MONTARDO, Sandra Portella. Redes temáticas na web e biossociabilidade online. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 295-303, setembro/dezembro, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/diBNx>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

MONTARDO, Sandra Portella; ROCHA, P.J. Netnografia. Incursões metodológicas na cibercultura. **Revista E-Compós**, 2005, V. 4, Brasília. Disponível em: <<http://migre.me/diBQP>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

MOREIRA, José Roberto. Críticas ambientalistas à Revolução Verde, In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – Sober. Rio de Janeiro, 2000. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 39-52. Disponível em: <<http://migre.me/diBUe>>. Acesso em: 5 maio 2012.

PEÑA, V.T.; MORILLO, J. **La complejidad de Análisis Documental:** Información, cultura y sociedade. Madrid, n. 6, p. 55-81, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/diBXR>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

PERUZZO, Cicília K. Comunidades em tempos de redes. In: Peruzzo, Cicília K; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel (orgs). **Comunicação e movimentos populares:** quais redes? Comunicación y movimientos populares: caules redes? São Leopoldo: Ed. Unisinos; La habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King Jr; Montevideo: Ciências de la comunicación. Universidade de La república, 2002.

RECUERO, Raquel. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 38, abr. 2009, p. 118-128. Disponível em: <<http://migre.me/dlSkC>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

RURAI, P. Produtores. **Sobre**. Ouro Verde-MG. Disponível em: <<http://migre.me/dmMq4>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

RURALTINS. Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. Semana dos Alimentos Orgânicos debate desenvolvimento sustentável. **ASBRAER**, Brasília, 24 de maio de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dl6ec>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Governador empossa Miyuki Hyashida e Ruraltins tem primeira mulher na presidência. **ASBRAER**, Brasília, 13 de março de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dlwmX>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Ruraltins firma convênio e beneficia alunos do Colégio Agrícola de Monte do Carmo. **ASBRAER**, Brasília, 19 de abril de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dlwK8>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes Sociais Digitais. A cognição conectiva do Twitter**. São Paulo, Paulus, 2010. Coleção Comunicação.

SABOURIN, E. **Sustentabilidade da agricultura e multifuncionalidade: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro**. 1999.

SEAGRI-AL. Secretaria de Estado de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas. Agricultores podem vender para alimentação escolar em Mata Grande. **ASBRAER**, Brasília, 11 de março de 2012a. Disponível em: <<http://migre.me/dlerW>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Agricultores de Alagoas fornecerão a alimentação escolar em Pão de Açúcar e Belo Monte. **ASBRAER**, Brasília, 15 de março de 2012b. Disponível em: <<http://migre.me/dleJH>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos pode beneficiar 67 municípios de Alagoas. **ASBRAER**, Brasília, 23 de março de 2012c. Disponível em: <<http://migre.me/dlfJ7>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Produtores de laranja são capacitados para combater pragas e doenças. **ASBRAER**, Brasília, 22 de maio de 2012d. Disponível em: <<http://migre.me/dlioE>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Lideranças destacam importância do Programa Sementes em Alagoas. **ASBRAER**, Brasília, 23 de maio de 2012e. Disponível em: <<http://migre.me/dllmS>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Inês Pacheco é nomeada diretora presidente da Emater. **ASBRAER**, Brasília, 22 de maio de 2012f. Disponível em: <<http://migre.me/dlwyV>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Comunidades quilombolas recebem sementes de feijão e milho. **ASBRAER**, Brasília, 23 de maio de 2012g. Disponível em: <<http://migre.me/dlx5z>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

SEAGRI-BA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Secretário debate com produtores alternativas para a região do sisal. **ASBRAER**, Brasília, 15 de maio de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/dllmS>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. São Paulo: Campus, 1998.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Internet: novas sensibilidades nova cidadania? In: **Inclusão digital, inclusão social?** TAUK SANTOS, Maria Salett (org.). Recife: Edições Bagaço, 2009.

_____. Juventude Rural e Cibercultura: a inclusão digital ainda é um sonho. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 12, 2010, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: INTERCOM, 2010.

TRIVINHO, Eugênio. **O mal-estar da teoria: a condição crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro. Quarteto Editora e Comunicação Ltda. 2001.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural**. Lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

UOL. **Facebook chega a 1 bilhão de usuários com Brasil entre os 5 países mais conectados à rede**. Disponível em: <<http://migre.me/bgtxf>>. Acesso em: 04 out. 2012.

WANDERLEY, M.N.B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-47.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papirus, 1998.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Tradução de Isabel Crosseti. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Posmex
Professora: Maria Salett Tauk Santos
Mestrando: Bruno de Oliveira Andrade

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ASBRAER

BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Sexo:
Endereço para contato:
Formação:
Organização onde trabalha:
Cargo ou função:

BLOCO 2: APROPRIAÇÃO DAS PROPOSTAS DA ASBRAER

1. Quando foi fundada a Asbraer e em que circunstâncias?
2. Como é formada a estrutura organizacional da Asbraer?
3. Qual é a função social da Asbraer no cenário de Ater contemporânea?
4. Como você compreende a missão da Asbraer?
5. Que tipo de atividades a Asbraer desenvolve para realizar sua missão institucional?
6. Como se dá o processo de articulação entre a Asbraer e suas associadas?
7. Quantas entidades participam da Asbraer?
8. Que tipo de discussão os gestores da Asbraer buscam promover junto a suas associadas?
9. Como se dá a articulação da Asbraer com o Governo Federal e outras instâncias públicas (Câmara dos Deputados, Senado, outras organizações)?
10. Na sua avaliação, a Asbraer tem sido exitosa na realização de sua missão institucional?

BLOCO 03: ASBRAER E POLÍTICA NACIONAL DE ATER

1. Como você define a Assistência Técnica e Extensão Rural e que tipo de Ater a Asbraer defende em suas propostas institucionais?
2. Na sua opinião, quais são os maiores desafios da Ater pública contemporânea?

3. Até que ponto as ações da Asbraer são norteadas pela Política Nacional de Ater, promulgada pela Lei de Ater de 2010?
4. No início de 2012, a 1ª Reunião do Conselho Diretor da Asbraer apontou a CNATER e a criação do Sisbrater como prioridades da agenda política para o ano. Por que?
5. Como você analisa a realização da 1ª Cnater e como se deu a participação da Asbraer nos debates realizados pela Conferência?
6. Quanto ao Sisbrater/Entidade Nacional de Ater, que tipo de propostas a Asbraer tem defendido junto ao Governo Federal? Seria a criação de uma entidade nos moldes da antiga Embrater?
7. Essa proposição encontra respaldo junto a todas as Associadas da Asbraer? Há consenso quanto à criação de um Sistema Nacional de Ater?
8. Há grupos políticos articulados que disputam a hegemonia das Asbraer entre os representantes das Associadas? Na questão do Sisbrater, isso é observado?